

Ailana Cristina de Amorim

**Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da
classe operária no Rio Grande do Sul**

Porto Alegre – RS
Agosto de 2006

Ailana Cristina de Amorim

**Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária
no Rio Grande do Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sílvia Regina Ferraz Petersen

Porto Alegre - RS
Agosto de 2006
Ailana Cristina de Amorim

**Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária
no Rio Grande do Sul**

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sílvia Regina Ferraz Petersen (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Evangelia Aravanis
Universidade Luterana do Brasil

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo:

Este trabalho analisa as relações de solidariedade e conflito no processo de formação da classe operária no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX. Parte-se do pressuposto que a classe se forma nas relações travadas com a burguesia, mas também naquelas relações que se estabelecem entre seus próprios membros, as quais nem sempre são de união e cooperação. Preocupou-se em analisar estas relações de solidariedade e conflito em diversos espaços e situações da vida operária: as relações entre trabalhadores homens e mulheres, a instrução operária, as entidades associativas, a exploração fabril, as greves entre outros. Procurou-se demonstrar que o processo de formação da classe foi baseado em critérios como de gênero, etnia, ideologia e que estes interferiram diretamente no modo de vida e de luta destes trabalhadores operários.

Palavras-clave: classe operária, solidariedade, conflito.

Abstract:

This study analyses the solidarity and conflict relations on the making of working-class in Rio Grande do Sul at the end of nineteenth century and the beginning of twentieth century. We believe that as far as the struggle class is responsible for the making of working-class are also the relations between the workers. But we also know that in some cases those relations aren't of cooperation and union. Our goal is to understand those relations in some spaces and situations of working-class life: the relations between men and women workers, worker education, the associations they founded, the factory exploration, the strikes, etc. We tried to demonstrate that the making of working-class was built-up in aspects like gender, ethnical and ideological elements that directly interfered in the way of life and struggle of these workers.

Key-words: working-class, solidarity, conflict.

*“Fim do expediente cinco e meia
Cartão de ponto, operários
Saem da fábrica cansados da exploração
(...)
Vida de operário
Vida de operário
Braços na máquina
Operando a situação”
(Vida de Operário – Falcão)*

Agradecimentos:

Eis o momento de se fazer uma “viagem no tempo”. Relembrar para aqui registrar os muitos que, próximos ou distantes, fizeram parte da minha existência como mestranda nestes últimos dois anos.

Agradeço inicialmente ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela possibilidade de realizar o mestrado nesta instituição. Os professores que fazem parte deste programa estiveram presentes na minha formação desde a graduação e faço aqui um carinhoso agradecimento pelo auxílio e compreensão de muitos.

Ao CNPq gostaria de agradecer pelo apoio financeiro que auxiliou a custear esta pesquisa e que sem este, bem mais complicadas seriam as já tão conhecidas dificuldades pelas quais passam todos os mestrandos.

Também merece aqui menção um agradecimento aos funcionários do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa que, mesmo anonimamente, tornaram esta pesquisa materialmente possível. Não podem ficar de fora também os funcionários responsáveis pelo Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS (NPH), em especial a Lizete, o Francisco e a Rose, que muitas (longas...) tardes compartilharam gentilmente comigo a sala de trabalhos do Núcleo.

Agradeço aos professores Beatriz Ana Loner (UFPEL) e Benito Bisso Schmidt (UFRGS), pela atenciosa leitura e participação na banca do colóquio para qualificação do mestrado. Os comentários e sugestões feitos naquela ocasião foram fundamentais para identificar algumas lacunas da pesquisa e reconhecer os limites da mesma.

Aos professores Evangelia Aravanis (ULBRA), Benito Bisso Schmidt (UFRGS) e Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS), meu sincero agradecimento por aceitarem o convite para participação na banca de defesa desta dissertação. Aos dois professores, Benito e Guazzelli, sou grata por uma participação já vinda de outrora quando, desde a graduação, participaram da minha formação acadêmica nas discussões sobre Teoria da História.

Silvia Regina Ferraz Petersen, minha orientadora querida, sou mui grata e não tenho palavras para expressar a generosidade e atenção que a mim e à minha pesquisa dispensaste. Em meio a tantas turbulências que a vida nos coloca, sempre arranjaste tempo para ler com carinho e para orientar com dedicação. Lamento por nunca ter sido tua aluna “em sala de aula” (pesar que carreguei desde os tempos em que era tua bolsista na graduação), mas fui tua orientanda e aprendi muitas outras lições que a nossa *amiga*

História lega apenas àqueles que já passaram muito tempo ao lado dela, como é o teu caso, Silvia. Por estas coisas e tantas outras mais o meu sempre Muito Obrigada!

Na seqüência dos agradecimentos venho falar de alguns colegas que, no início apenas eram meus “conhecidos”, mas que ao longo desta estrada pedregosa e cheia de angústias, se tornaram meus amigos. Do grupo de estudos (e risadas) para discutir Teoria, das conversas tomando um café lá no “Chiques & Famosos”, da semana da ANPUH em Pelotas comendo muito doce e conhecendo a cidade, dos medos, dúvidas e “desconstrução” pelos quais passamos e sobrevivemos, ficaram bons amigos...: o Aristeu, o Artur, a Lu, a (sumida) Letícia, a Ten. Noris, a Vivi, a Rê(nata), obrigada por fazerem desta época menos dura, mais engraçada e feliz.

Agradeço ao Adriano que, presente durante todo o processo de realização deste trabalho, contribuiu para as reflexões aqui apresentadas e para um diálogo mais aberto sobre teoria da história.

Agradeço agora a um grupo de pessoas que passaram, talvez, pela parte mais chata de se fazer um mestrado: a minha família. Obrigado ao meu pai, minha mãe e meu irmão por agüentarem as maluquices que só quem faz mestrado tem: “Não mecham na pilha de livros que está na mesa da sala!”, “Não, estas folhas rabiscadas não podem ser colocadas no lixo!”, “Não usem o computador, pois um vírus letal pode apagar a minha dissertação!!!”. Haja paciência!

Agradeço ao meu pai por sempre ter me incentivado a ler (desde muito pequena) e por ter escutado as minhas divagações sobre as aulas de teoria e sobre a minha pesquisa muitas noites após o jantar. À minha mãe, agradeço por todo apoio e todo o “colo” que ela sempre me deu, sendo paciente, amiga e generosa, fazendo-me ver que as coisas são menos complicadas do que parecem e no final elas acabam sempre se acertando. É dela uma frase que muito escutei ao longo destes dois anos: “calma minha filha, pois no final tuuuudo de ajeita!”. Obrigada!

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1. A experiência de exploração e seus efeitos nas condições de vida e trabalho dos operários	32
1.1. A exploração no trabalho: tempo, disciplina, máquinas, acidentes.....	32
1.2. A carestia, os salários e as condições de moradia.....	59
Capítulo 2. Nem só de solidariedade vive a classe! As duas faces das relações intra-classe: solidariedade e conflito	73
2.1. O trabalho feminino e infantil.....	73
2.1.1. A mulher operária.....	75
2.1.2. As greves: participação das mulheres e relações com os precoces operários.....	89
2.2. As greves: momentos de solidariedade e conflito entre operários.....	99
2.3. Trabalhadores de diferentes etnias: a solidariedade (ou ausência dela) nas relações intra-classe.....	113
2.3.1. Profissões, associações e instrução: trabalhadores estrangeiros e a experiência de classe.....	116
Capítulo 3: Capítulo 3: “Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado, dando força e coesão às lutas por suas reivindicações”¹: a solidariedade na ordem do dia	127
3.1. Educação operária.....	127
3.1.1. Estratégias para promoção da instrução e da solidariedade.....	129
3.1.2. A participação da imprensa operária na “elevação cultural” da classe.....	144
3.2. O 1º de Maio: comemorações e propagação da solidariedade.....	149
Conclusão	161
Referências documentais	164
Referências bibliográficas	166

¹ *Estatutos da Federação Operária do Rio Grande do Sul*. 1911, Art. 1, item b.

Introdução

O principal objetivo deste trabalho é analisar as relações de solidariedade e conflito entre trabalhadores operários no Rio Grande do Sul durante o período final do século XIX e a primeira década do XX. Este período interessa particularmente, pois podemos identificar nele o processo de formação da classe operária no estado, sendo justamente no interior de tal processo que buscamos compreender as relações que se estabeleceram dentro da classe.

A escolha dessa perspectiva de análise, aparentemente tão específica e pontual, decorre, como procurarei explicar adiante, de considerar que, para entender a formação da classe operária “como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas”², é preciso investigar não apenas as relações que estabelece com a sua antagônica, a burguesia, mas também as relações que se constituem entre os próprios membros da classe, ou seja, suas relações intra-classe.

Este trabalho, portanto, possui um recorte deliberado que busca privilegiar uma questão a qual os trabalhos em geral sobre a classe operária não conferem tanto destaque. Sem desconhecer a existência de outras dimensões de análise da formação e organização da classe, buscou-se estudá-la sob a ótica específica das suas relações internas, no caso a solidariedade e o conflito. Da mesma forma, estou ciente que as informações e situações analisadas nos capítulos seguintes são *algumas* dentre muitas existentes sobre este momento de formação da classe, e que devido à necessidade de delimitação e seleção dos materiais são apenas parte de um conjunto mais amplo.

Para justificar a escolha temática e suas formas de abordagem é necessário, portanto, retomar algumas questões sobre a própria formação da classe, pois é neste marco que as relações de solidariedade e conflito entre trabalhadores ganham sentido. Tratarei então inicialmente de explicar, ainda que de forma breve, o percurso historiográfico que trouxe esta questão para a reflexão dos historiadores.

A historiografia sobre a classe operária resultante de pesquisas acadêmicas desde os anos 60 e 70, via de regra, trabalhou com a idéia da classe como um efeito direto (ou quase) das relações de produção. Também pela mesma ordem de raciocínio, a classe operária foi analisada mais atentamente a partir de seus locais institucionais de

² THOMPSON, E. P. Prefácio. In. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9.

organização – como o sindicato, o partido – e em suas manifestações reivindicatórias mais explícitas contra a classe dominante e o Estado – as greves.³

Com base nestes enfoques, as ações dos sujeitos praticamente desapareciam sob o peso das estruturas e sua presença se revelava via de regra através das lideranças operárias ou de manifestações excepcionais da classe. Portanto, a maioria dos trabalhadores não era “visível” senão através desta “classe” da qual faziam parte, definida mais como uma estrutura ou uma “coisa” que entrava em relação e lutava contra a classe dominante.⁴

Este quadro se transforma a partir, fundamentalmente, dos trabalhos de Edward Thompson⁵, cujas teses já são bastante conhecidas pelos historiadores e por isso me limito a retomar e resumir o que é necessário para dar seqüência ao argumento da dissertação. Com Thompson, os estudos sobre a classe operária ganharam outras dimensões: recuperou-se a ação dos sujeitos no processo em que a classe se forma à medida que as pessoas lutam, vivem e trabalham – experimentam, pois – “situações” de classe. E é neste sentido que, para Thompson, a luta de classes precede a classe, pois as relações de antagonismo e identificação que os indivíduos estabelecem nesse processo são as bases da sua formação.

No seu estudo clássico, *A formação da classe operária inglesa*, Thompson introduz o conceito mediador de “experiência”, uma experiência vivida com base nas relações de trabalho e produção e nas lutas e conflitos que a exploração própria do desenvolvimento capitalista acabava por gerar. Comentando a importância desse conceito, a cientista política norte-americana Ellen Wood, cuja contribuição a este trabalho será a seguir apontada, observa que:

A condição objetiva mais importante vivida em comum por diversos tipos de operários durante o período em questão foi a intensificação da exploração e Thompson dedica a segunda seção de *A formação da classe operária inglesa*, introduzida por um capítulo intitulado “Exploração”, a uma descrição de seus efeitos. Ele não se interessa apenas por seus efeitos em “sofrimento”, mas pela distribuição e organização do trabalho (e também do lazer), especialmente por suas conseqüências para disciplina e a intensificação do trabalho, por

³ Alguns exemplos de trabalhos direcionados para estas análises são os estudos de Boris Fausto e Edgard Carone, entre outros. CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Ed. Difel, 1984; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Ed. Difel, 1986. 4ª ed.

⁴ Crítica de Thompson ao tratamento da classe como “coisa”. Ver THOMPSON, E. P. Prefácio. In. *A formação da classe operária inglesa*. Op. Cit.

⁵ Entre outros: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Op. Cit.; *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

exemplo, com a extensão das horas de trabalho, a especialização crescente, a quebra da economia familiar, etc.⁶

A exploração interessa para esta dissertação, - seguindo a idéia de Thompson-, não pela “descrição de seus efeitos”, mas por seus resultados na formação da classe e, especificamente neste caso, na construção das relações de solidariedade e conflito entre operários.

Thompson considera ser por meio desta experiência comum, herdada ou partilhada, que toma forma a consciência social e, com ela, a disposição de agir como classe. As determinações históricas objetivas, ele reconhece, não se impõem sobre matéria-prima vazia e passiva, mas sobre seres históricos ativos e conscientes, que vivem e lutam com base nas condições históricas em que estão inseridos e nas tradições partilhadas.⁷

O trabalho de Thompson, por esta razão, tem sido inspiração para grande parte da historiografia recente sobre a classe operária, pois sem desconhecer a importância da estrutura, possibilita um avanço em relação às análises de base predominantemente estrutural: a classe é um processo ativo que se deve tanto aos condicionamentos quanto à ação humana.⁸ Na linha de suas reflexões sobre a formação da classe, a pesquisa histórica pôde estender-se por outros cenários, temas e problemas antes ausentes ou de importância menor na atenção dos historiadores interessados na classe operária: a identidade, as biografias, a vida cotidiana, a cultura, o lazer, a família, etc.

A despeito da inegável contribuição que a obra de Thompson oferece para o estudo da classe operária, ele deixa em aberto uma série de questões sobre sua própria reflexão a respeito da formação da classe, questões estas que continuam desafiando os historiadores. Uma delas é a natureza da experiência, este conceito fundamental na sua proposta explicativa. É muito citada a frase em que Thompson sintetiza a articulação entre relações de produção, experiência, consciência e cultura: “A experiência de classe é determinada em grande medida pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores e formas institucionais”⁹. Ou seja, o que os indivíduos experimentam é elaborado por sua consciência e valores de formas diversas, levando-os a agir sobre uma situação

⁶ WOOD, Ellen. Classe como processo e como relação. In. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 83.

⁷ THOMPSON, E. Exploração. In. *A formação da classe operária inglesa*. Op. Cit. v.2. p. 17.

⁸ Idem. Ibidem. p. 9.

determinada. O que Thompson propõe é que se perceba a experiência como um caminho capaz de transformar homens e mulheres em sujeitos históricos.¹⁰ Emília Viotti da Costa¹¹, contudo, questiona qual seriam então os componentes relevantes da experiência constitutiva da classe, numa reivindicação de um maior desenvolvimento desta questão tão central nos estudos thompsonianos.

[Seria] o local de trabalho, a região de moradia, o sindicato, as lutas operárias, as relações entre os trabalhadores e outras classes sociais, os partidos políticos, as ideologias, a cultura política, os discursos políticos, o mercado de trabalho, a composição da classe trabalhadora, o tamanho das indústrias, as relações entre o Estado e o trabalho, as formas de acumulação? Não existirá alguma forma de hierarquia entre estas várias experiências, sendo umas mais determinantes que outras? Como se articulam? Em outras palavras como se estrutura (constitui) a própria experiência?¹²

Esta observação de Viotti da Costa permite pensar se também não seria importante examinar como a experiência da exploração vivida em comum por estes trabalhadores influiria no sentido de que se estabelecessem relações *entre eles*, além daquelas antagônicas com os que os exploravam. Ou seja, devemos nos perguntar que experiências a exploração proporcionava para que estes homens e mulheres sentissem e articulassem uma identidade de interesses comuns ou divergissem entre si.

Supostamente, estas relações intra-classe que se estabeleciam em decorrência da exploração podem ser surpreendidas em circunstâncias muito variadas e desiguais. Podem ser elas a constância e intensidade da exploração, o local de trabalho, as entidades associativas, as greves, as comemorações, sendo todas estas experiências reais das condições da existência operária. Por outro lado, se parece legítimo perguntar pelos efeitos da experiência de exploração nas relações intra-classe, pois afinal, sem este tipo de relações não é possível imaginar a coesão e identidade necessária para sua formação, não se pode alargar indefinidamente o conteúdo desse conceito, tomando por experiência “tudo aquilo que os trabalhadores vivem quando inseridos em determinadas relações de produção”, pois nem todo o vivido ficava retido como experiência *de classe*. Assim, por exemplo, uma experiência afetiva que se estabelecia no local do trabalho, e que criava

⁹ Idem. Ibidem. p. 10.

¹⁰ DUTRA, Eliana & GROSSI, Y. S. Historiografia e movimento operário: o novo em questão. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 65, 1987. p. 126.

¹¹ COSTA, Emília Viotti da. Estrutura versus Experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos?, *História-Unisinos*. São Leopoldo: Número especial: V Encontro Estadual de História, 2001.

¹² Idem. Ibidem. p. 7.

uma relação inter-pessoal, não tinha necessariamente nenhuma repercussão na formação da classe.

É, portanto, nesta direção que relaciona a experiência e a formação da classe que está projetada a presente dissertação, a qual dentro dessa problemática concentra-se especificamente nas relações *entre* os trabalhadores e no modo como elas participaram da formação da classe operária.

Para a definição desse objetivo, foi também muito importante a contribuição de Ellen Wood, a seguir comentada. Esta investigadora norte-americana por muitos anos professora de Ciência Política na Universidade York, de Toronto, vem contribuindo com seus vários trabalhos para a renovação do caráter crítico do materialismo histórico. No que interessa a esta dissertação, em sua obra *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico* e, mais precisamente, no capítulo intitulado “Classe como relação e como processo”¹³, Wood desenvolve, na esteira das reflexões de Thompson, o seu entendimento sobre a classe *como um processo e uma relação*.

Ela explica que a classe é um *processo*, pois as ações dos indivíduos que constituem uma classe não podem ser percebidas isoladamente e estão associadas a certas condições históricas. E é uma *relação*, porque somente a partir das interações entre sujeitos e do modo como criam afinidades ou divergências através das suas experiências é que se pode perceber uma formação de classe.

A análise da autora despertou meu interesse justamente por destacar que esta forma de entendimento da classe como relação implica, na realidade, *duas relações*: a que existe entre as classes e a que existe entre os membros de uma mesma classe.¹⁴ Enquanto, via de regra, a produção historiográfica aborda a primeira, a segunda é ainda um campo por desenvolver, o que também estimulou a opção pelo tema da dissertação.

Para examinar o estatuto das relações intra-classe na formação da mesma, são importantes as considerações de Wood que seguem e que acrescentam novos desdobramentos ao caminho aberto por Thompson.

A autora observa que, apesar da importância central das relações de produção para formação da classe, estas relações que as pessoas estabelecem com base nas posições semelhantes que ocupam no processo produtivo não são dadas diretamente por ele. Isto porque tal processo não constitui imediatamente formações de classe ativas, mas

¹³ WOOD, Ellen. Op. Cit.

¹⁴ Idem. Ibidem. p. 87.

distribui os indivíduos em “situações” de classe e estas situações geram antagonismos essenciais e conflitos de interesses, criando assim condições de luta contra a burguesia.¹⁵

Não são as classes que produzem bens e se apropriam; em outras palavras, as pessoas que se reúnem numa classe não são todas reunidas diretamente pelo próprio processo de produção nem pelo processo de apropriação.¹⁶ Compreende-se nestas palavras que a formação de uma classe não está limitada às relações de produção ou ao lugar ocupado pelas pessoas dentro deste processo.

Para que ocorra a formação de uma classe e o reconhecimento dos indivíduos como fazendo parte dela, é necessário mais do que uma simples reunião objetiva destes através das mesmas relações de produção. Este é um processo que depende tanto da consciência de uma experiência de exploração e interesses comuns, quanto da disposição dos indivíduos em agir sobre eles.¹⁷ Ou seja, as relações de produção não são um elemento suficiente para compor (nem para explicar) a experiência de classe.

Os indivíduos estão imersos em certas condições históricas que podem gerar formações de classe, mas estas condições sozinhas não são suficientes para determinar sua ocorrência. A formação da classe é um processo que se estrutura através das ações humanas, pois necessita, além de certas condições materiais, de uma *disposição* dos indivíduos para agirem num determinado sentido.¹⁸

A questão fundamental encontra-se, portanto, em explicar “em que sentido e por que mediações, as relações de produção estabelecem ligações entre as pessoas”, uma vez que as pessoas não são “reunidas em classes”, mas as experimentam na vivência de relações de produção, de divisões entre produtores e apropriadores e, mais particularmente, na vivência de conflitos e de lutas inerentes às relações de exploração.¹⁹

Apesar do reconhecimento deste antagonismo entre burguesia e operariado como condição necessária de definição das classes, ele não é suficiente para explicar sua formação. É nesse sentido que vai o objetivo deste trabalho: analisar a classe através das relações entre os indivíduos que a estavam formando. Compreende-se, portanto, que a solidariedade e o conflito podem ser tomados como relações internas da classe e promotoras da experiência do “fazer-se” da classe.

¹⁵ Idem. Ibidem. p. 79 e p. 88-90.

¹⁶ Idem. Ibidem. p. 88.

¹⁷ Idem. Ibidem. p. 77-79.

¹⁸ Idem. Ibidem. p. 77-79.

¹⁹ Idem. Ibidem. p. 89.

Por esta razão a classe operária não se constitui isenta de diferenciações internas e conflitos, mas inclusive em função deles, o que contribui para desfazer a imagem de uma classe homogênea, indiferenciada e “pronta”.

Nesta perspectiva, o conceito de experiência é crucial para relacionar o lugar que as pessoas ocupavam no processo produtivo e as relações que estabeleciam entre si. Sem este conceito, torna-se muito difícil entender em que sentido e porque mediações as relações de produção propiciam não só relações inter-classes, mas também a criação de relações interpessoais dentro de uma mesma classe.²⁰

A experiência, como afirma Thompson, só pode ser analisada junto às ações dos indivíduos e no decorrer do processo histórico, pois as formações de classe surgem e se desenvolvem “a medida que homens e mulheres *vivem* suas relações produtivas e *experimentam* suas situações determinadas no interior do *conjunto* de relações sociais com a cultura e esperanças que herdaram e à medida em que trabalham de formas culturais suas experiências”.²¹ Assim, é com base em situações particulares que procurarei desenvolver as análises e reflexões a respeito da experiência das relações internas a esta classe.

Além disso, quando se trata de analisar as relações intra-classe, é preciso considerar que a experiência de exploração – como buscarei mostrar ao longo da dissertação – resulta não só em solidariedade como também em conflito. E, embora situações de solidariedade e conflito entre os operários sejam frequentemente mencionadas na historiografia, elas são muito pouco articuladas com a experiência de exploração e com o fazer-se da classe, questões que propomos trazer para análise. Mais do que apenas caracterizar as formas de solidariedade e conflito mais comuns entre trabalhadores, relações basilares da sua convivência, buscarei mostrar sua participação na formação da classe operária.

Antes de continuar, é necessário que se examine mais de perto o conteúdo de noções tão amplas como solidariedade e conflito, pois são os dois pontos que articularão a minha análise. Da mesma forma, buscarei apresentar algumas reflexões feitas sobre estes aspectos e também as limitações e inadequação de certas definições para este estudo.

Solidariedade é definida em dicionários filosóficos e sociológicos como *conexão recíproca ou interdependência*, ou ainda, *assistência recíproca entre membros*

²⁰ Idem. Ibidem. p. 89.

²¹ THOMPSON, E. *Eighteenth Century English Society: Class struggle without class?*. Apud. WOOD, Ellen. Op. Cit. p. 76.

de um mesmo grupo²² e solidariedade social define-se como *consistência interna de um agregado social*, que pode ser medida em termos do *grau de interação do agregado através do “espírito de corpo”, dos padrões de cooperação interna, da capacidade de prevenir ou acomodar conflitos entre componentes do agregado e da eficiência dos padrões de defesa externa.*²³ Também encontra-se definida como *laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes*, ou como *adesão ou apoio à causa, empresa, princípio*, etc. Além disso, é uma *relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação de apoiar o(s) outro(s).*²⁴

Da mesma maneira, para o verbete *conflito* encontramos as seguintes definições: *contradição, oposição ou luta de princípios, proposições ou atitudes.*²⁵ Também o conflito é entendido como *competição consciente entre indivíduos ou grupos que visam a sujeição ou destruição do rival* e pode assumir formas várias, desde a rivalidade, a discussão, até o litígio, o duelo, a sabotagem, a revolução e a guerra, incluindo, portanto, todas as formas de luta, aberta ou não.²⁶

Observamos nestas definições elementos tais como noções de oposição, disputa, contradição, ou então, cooperação interna, conexão recíproca, as quais auxiliam a uma primeira aproximação às relações de solidariedade e conflito entre operários. Porém, são definições genéricas e aplicáveis a qualquer grupo social, não possuindo maior valor explicativo para o entendimento da formação da classe operária do que teria para análise das mulheres muçulmanas, por exemplo.

Como observa a historiadora Virgínia Fontes:

O trabalho do historiador incorpora um esforço para adequar as relações sociais percebidas em outros tempos e lugares aos nossos repertórios conceituais. Algumas vezes isso pode significar o uso de noções sobre as quais se tem poucas informações ou que funcionam como um repertório de “palavras” para dar conta de situações específicas, inexistindo uma preocupação sistemática em explicá-las ou defini-las [...].²⁷

Por isso nos preocupamos em aproximar esses conceitos gerais de solidariedade e conflito ao objeto do nosso trabalho, de modo a torná-los mais específicos e mais

²² ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982. 2ªed.

²³ Vários. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Globo, 1963.

²⁴ LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²⁵ ABBAGNANO, Nicola. Op. Cit.

²⁶ Vários. *Dicionário de Sociologia*. Op. Cit.

²⁷ FONTES, Virgínia. *História e conflito*. In. BADARÓ, Marcelo (org.). *História: Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 34.

operativos para a análise, orientados não só pela perspectiva do “fazer-se da classe”, como pelo conteúdo próprio das fontes históricas da época.

Por solidariedade de classe estaremos então entendendo as ações empreendidas por meio da cooperação e da ajuda mútua visando o bem-estar e/ou proteção de um ou mais indivíduos entre os quais haja identificação e interesses comuns resultantes de experiências compartilhadas, especialmente aquelas de exploração, que os fazem um grupo (classe operária) e os diferenciam de outros.

Thompson, por exemplo, não faz menção explícita às relações de solidariedade entre trabalhadores. Ele fala em “experiências” que os indivíduos vivem, inseridos em determinadas relações de produção, as quais proporcionam uma consciência sobre certos interesses comuns. Se desdobrarmos o seu pensamento, é possível considerar que interesses comuns podem implicar ajudas, auxílios diversos e cooperação para alcance de determinados objetivos coletivos, ou seja, são as ações e relações de solidariedade de classe vinculadas às experiências de classe.

No que se refere à noção de conflito, Virgínia Fontes observa no mesmo sentido da sua citação anterior, que ele é um dos termos mais recorrentes “nesse repertório que o historiador incorpora, em parte retirado do senso comum, em parte construído em torno dos problemas mais corriqueiros.”²⁸

Tal como no caso da solidariedade, a busca por um conceito mais específico de conflito nos faz avançar sobre as questões empíricas que norteiam este trabalho. O conflito, nas relações intra-classe constituídas no marco da exploração, possui uma capacidade tanto de transformação quanto de manutenção de uma determinada condição ou estrutura social. Neste sentido, os conflitos existentes *entre* os trabalhadores não necessariamente desencadeariam transformações nas relações ou na estrutura daquela sociedade, aspecto que menciono para retomar a importância da análise pontual das experiências da classe.

Qualquer tentativa de apresentar a experiência e a cultura operárias como um todo, estático, unido e não contraditório é, como sabemos, no mínimo, uma leitura idealizada e ingênua. Afinal, “[...] as classes sociais, longe de algo estático e encapsulado [...], espriam-se para organização da vida social, com suas divisões, suas diferenças, suas experiências, seus conflitos internos”.²⁹ Mesmo que a união tenha um significado constitutivo para a formação e continuidade da classe operária frente à classe dominante, a diversidade é um fato e está relacionado às próprias características das

²⁸ Idem. Ibidem. p. 34.

²⁹ Idem. Ibidem. p. 50.

condições de trabalho (a divisão do trabalho, inclusive sexual e etária), as diferenças de renda, de habilidade profissional, de origem étnica, etc.³⁰ Ainda que, como observa Eric Hobsbawm³¹ a vida operária se caracterize mais pela mutualidade, coletivismo e consciência de classe do que por diferenciações, estas existem.

Estas são algumas reflexões que demonstram não ser simples definir solidariedade e conflito para estudá-los entre os operários em relação à experiência de exploração. Deve-se tomar cuidado com este repertório de palavras “fáceis”, como já observara Virgínia Fontes.

A solidariedade e o conflito são, portanto, faces de um mesmo processo: o desenvolvimento das relações internas da classe norteadas pela experiência de exploração. Interferindo e compondo estas relações estão elementos variados como (e principalmente) a exploração, mas também a etnia, o gênero, o ofício, a ideologia e outros. Todos eles são elementos presentes na formação desta classe, estreitando ou rompendo laços entre indivíduos, produzindo conflitos ou solidariedade entre eles. É importante ressaltar, portanto, que nem a diferença interdita automaticamente a cooperação e solidariedade de classe, nem estas impedem dissensões e conflitos intra-classe, pois tanto elementos de diversidade e semelhança, quanto de divisão e unidade coexistem entre os trabalhadores.³²

Estas reflexões e aproximações que se buscou realizar sobre a solidariedade, o conflito e as relações internas da classe serão melhor explicitadas ao longo das análises. De qualquer forma quero destacar que as relações entre operários, que são o objeto desta pesquisa, devem ser pensadas (o que pretendo demonstrar) na sua diversidade, heterogeneidade e ambigüidade.

A vida operária, a despeito de possuir muitos aspectos comuns definidos pela situação de classe, também se caracterizava pela diversidade: o grau de especialização da mão-de-obra, domínio do ofício, relação com o empregador, categoria profissional, gênero, idade, nacionalidade ou raça. Assim, se os próprios trabalhadores eram tão distintos entre si, mesmo estando sob relações muito semelhantes de exploração, é fundamental considerarmos que o conflito e a solidariedade intra-classe se davam com base nestas condições e só poderemos compreendê-los ao analisar algumas dessas

³⁰ KIRKE, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In. BATALHA, Cláudio. *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 31.

³¹ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: novos rumos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 10 e 11.

³² KIRKE, Neville. Op. Cit.

situações e espaços concretos do universo operário, que acabaram por constituir capítulos e seções desta dissertação.

É importante frisar, por fim, que este trabalho não busca estabelecer uma “tipologia” ou uma busca romântica pelas origens da solidariedade entre os trabalhadores ou da gênese de seus conflitos. O esforço despendido por meio das reflexões e apontamentos aqui desenvolvidos procura contribuir para melhor compreensão de um objeto em um momento histórico específico: as relações entre trabalhadores na formação da classe operária no Rio Grande do Sul.

É preciso esclarecer que, embora a proposta refira-se ao “Rio Grande do Sul”, como costuma acontecer em trabalhos sobre a temática da formação da classe no estado, este também acabou privilegiando os centros onde a classe teve sua maior expressão, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Isto se deveu às conhecidas razões de menor sistematização das fontes em outros municípios e o limite de tempo da dissertação.

Tendo caracterizado o ângulo que pretendo abordar na dissertação, quero agora comentar algumas referências bibliográficas cujas abordagens e sugestões sobre a investigação das relações da classe operária têm afinidades com o tema analisado. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que esta não é uma seleção bibliográfica exaustiva, uma vez que, em praticamente todos os trabalhos sobre a classe operária, encontram-se referências às relações de solidariedade e conflito entre trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, cabe observar que estas questões raramente merecem mais que alguns parágrafos, porque integram sempre uma proposta mais ampla na qual ficam, muitas vezes, periféricas frente às preocupações com outros aspectos da classe.

Desta maneira, algumas das obras e referências bibliográficas citadas neste e nos demais capítulos comparecem pelas aproximações que permitem com o objeto aqui tratado – as relações de solidariedade e conflito – e também pelas reflexões que proporcionam acerca da formação da classe operária e suas características no Rio Grande do Sul.

Não está, pois, entre os objetivos da dissertação refazer todo o percurso historiográfico dos estudos sobre a formação da classe operária gaúcha. Pretendo trabalhar com algumas fontes e bibliografia em geral conhecidas, mas utilizando-as sob uma outra perspectiva: a das relações intra-classe.

Dentro de um repertório bibliográfico muito vasto, portanto, selecionei obras cujo conteúdo passo a comentar no sentido de estabelecer alguns pontos de contato com o tema da dissertação.

O estudo de Isabel Bilhão, intitulado *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre (1906-1911)*³³ é um dos que propõe mais explicitamente trabalhar com as questões encaradas nesta pesquisa.

Ao tratar das rivalidades no interior da classe operária, Bilhão buscou mostrar que entre as diferentes correntes ideológicas existiam disputas pela liderança do movimento operário e elas não resultavam na suplantação de um projeto político-ideológico por outro. Ela centrou suas análises nos conflitos de ordem político-ideológica, mas observando que tais relações se misturavam, por vezes, a outros elementos como as relações pessoais, familiares e afetivas.

A partir da análise destes conflitos, a autora pôde também identificar continuidades e rupturas nas práticas adotadas pelos grupos conflitantes no interior da classe, o que permitiu observarmos uma dinâmica muito mais complexa e rica nas relações das lideranças do movimento.

Ao mesmo tempo, analisou a interação entre as relações afetivas e familiares com as de militância, principalmente quanto à solidariedade fundada a partir delas. Optou por acompanhar a história de uma família de militantes anarquistas, buscando entender a teia de relações construída com os laços de afeto, fidelidade e amizade que perpassavam os âmbitos público e privado da vida desta família. Salienta a autora:

As solidariedades das quais pretendo falar são aquelas que impregnam a vida dos trabalhadores, ultrapassam o âmbito puro e simples do trabalho e vão misturar-se às relações cotidianas das afetividades familiares e das amizades, já não sendo possível, muitas vezes, separar o que é a própria relação de afeto da relação de militância.³⁴

Por outro lado, ao tratar da solidariedade, como foi observado acima, seu estudo abordou a interação dos âmbitos da vida privada e pública, mostrando as relações entre estes dois espaços e a sua mútua interferência e interdependência, ou seja, o modo de vida influenciando o modo de luta e vice-versa. Bilhão deteve-se em analisar como se entrecruzavam a vida familiar, as relações afetivas e as aspirações e objetivos da luta e militância operária. Interessaram-lhe os laços de solidariedade e afetos tão presentes e que “impregnam a vida desses indivíduos que lideram o movimento dos trabalhadores”.³⁵

³³ BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre (1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

³⁴ Idem. Ibidem. p. 101.

³⁵ Idem. Ibidem. p. 12.

Apesar de compartilharmos a mesma temática, a presente dissertação não se superpõe ao enfoque proposto por Isabel Bilhão. Por um lado, como a citação deixa entender, a autora toma a solidariedade em sentido amplo, de modo que o familiar e o afetivo se misturam ao que poderia ser a solidariedade de classe. Quanto às rivalidades o interesse da autora centra-se na análise daquelas que se desenvolviam no movimento operário em razão das disputas pelo controle e orientação do operariado via direção da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), para demonstrar que não há propriamente a substituição de uma vertente política por sua rival, mas certas continuidades e coexistência destes grupos no interior do movimento operário.³⁶ A autora realizou um recorte mais circunscrito aos próprios conflitos, sem preocupação maior em relacioná-los à formação da classe operária, como é o caso deste trabalho. Seu trabalho tendo dado conta exaustivamente das rivalidades e das questões ideológicas envolvidas permitiu-me que pudesse pensar em outras questões e situações de solidariedade e conflito entre os trabalhadores.

Optou-se também, diferentemente de Bilhão, pela noção de *conflito*, ao invés de *rivalidade*, pois considerou-se que ela abrigaria melhor um amplo leque de ações, situações e aspectos relacionados às divergências entre os trabalhadores. Desse modo, o estudo de Bilhão avança sobre alguns importantes aspectos do universo operário a partir dos quais se pôde pensar e propor novos recortes analíticos.

Também analisei o estudo de Adhemar Lourenço da Silva Jr., com o título *A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925)*³⁷, que presta auxílio às reflexões apresentadas na dissertação, pois trata de algumas cisões e embates ideológicos ocorridos entre grupos operários, mostrando ser este um fenômeno constante nas relações que se estabeleciam dentro da organização do movimento. Neste sentido, os trabalhos de Silva e Bilhão mantêm uma interlocução, pois ambos reconhecem a importância que tais conflitos e disputas tinham para os rumos da organização do operariado.

Outra referência importante e que possui muitas aproximações com a proposta desta dissertação é o estudo de Maria Cecília Velasco e Cruz³⁸, *Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro*, referente aos trabalhadores da estiva no Rio de Janeiro. A autora preocupou-se em analisar como ocorriam as

³⁶ Idem. Ibidem. p. 11.

³⁷ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925)*, *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.22, n.2, dez. 1996.

³⁸ CRUZ, Maria C. Velasco e. *Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro*, *História-Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS. v.6, n.6, jul/dez. 2002.

relações de solidariedade e conflito para uma categoria específica, considerando as formas de união, apoio e embates entre estes trabalhadores em razão das suas reivindicações e demandas comuns daquele espaço e tipo específico de trabalho.

Velasco e Cruz observa a existência de um grau de organização e consciência de suas demandas que estes trabalhadores tinham, mesmo quando ainda não haviam constituído um sindicato próprio. Com base nesta característica, ela focaliza a capacidade de organização destes indivíduos na defesa dos seus interesses em função das dificuldades particulares do seu trabalho, chamando a atenção para a evidência de redes informais de comunicação e saberes compartilhados que os agregavam em torno de um objetivo comum.³⁹

O interesse em citar este estudo não se deposita nos resultados e apontamentos específicos, mas nas possibilidades que ele lança para pensar formas de solidariedade que, muitas vezes a partir das mesmas demandas comuns, geravam também o seu contraponto, os conflitos. Velasco afirma que não foi sem divergências que esta categoria sindicalizou-se e organizou suas principais exigências na luta contra as empregadoras e agências de navegação. A existência de rivalidades entre estes trabalhadores, entretanto, tumultuava muito as suas iniciativas de conquista de benefícios e garantias frente ao grupo dominante, fragmentando-os em sua capacidade de fazer pressão.

Fica claro o esforço da autora em tornar inteligíveis tais conflitos e estratégias dos grupos de trabalhadores rivais que, em uma análise mais superficial, apareceriam resumidos a uma simples contradição ou a desavenças pessoais no interior desta categoria profissional. Não é suficiente o compartilhamento de interesses comuns – nem a inserção dentro de determinadas relações de produção, como já se observou – para que a solidariedade e a ajuda mútua estivessem presentes e atuantes no interior da classe. Apesar de estas serem condições fundamentais para efetivação de relações de solidariedade, somente a partir delas não conseguimos dar respostas para os conflitos ou a falta de solidariedade entre trabalhadores.

O trabalho realizado por Evangelia Aravanis, *Uma utopia anarquista: o projeto social dos anarquistas do periódico A Luta e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)*⁴⁰, também ingressa nesta seleção bibliográfica pelas informações e questões que suscitou sobre grupo militantes e suas relações. Seus objetos

³⁹ Idem. Ibidem. p. 35.

⁴⁰ ARAVANIS, Evangelia. *Uma utopia anarquista: o projeto social dos anarquistas do periódico A Luta e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)*. Porto Alegre: PPG em História/UFRGS, 1997. Dissertação de Mestrado.

de estudo são o projeto e as práticas dos anarquistas de Porto Alegre em torno do seu jornal *A Luta*. A autora mostra sintonia com os estudos de Thompson, principalmente no que se refere à questão da crítica ao determinismo estrutural e à ampliação analítica proporcionada pelo conceito de “experiência”, através do qual desenvolve as suas explicações.

Aravanis reconhece que a solidariedade era uma proposta defendida pelos anarquistas em seus discursos pela melhoria da condição geral dos trabalhadores e é sob esta ótica que ela analisa as relações entre os anarquistas. Porém, não foi objetivo explícito da autora relacionar a solidariedade construída entre os trabalhadores e a experiência de classe no processo de formação da mesma, estabelecendo-se assim uma diferença com a proposta desta dissertação.

O estudo de Beatriz Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*⁴¹, deve também ser citado pelas diferentes referências que oferece para esta pesquisa. Neste sentido, Loner traz importantes contribuições por tratar de diferentes experiências de trabalho – a presença do trabalhador imigrante, o recém extinto trabalho escravo – e também das diversas formas de associação provenientes daquele momento histórico.

Para esta dissertação foram especificamente importantes as suas análises sobre as associações mutualistas (algumas das quais serão aqui estudadas) e sobre as greves, inclusive quanto à participação de mulheres nestas mobilizações. Ao abordar tais situações e espaços de experiência, Loner possibilitou-me avançar sobre suas reflexões e aprofundar as questões envolvendo a solidariedade e o conflito.

A respeito das associações de socorros mútuos, por exemplo, ela afirma que tais entidades fomentavam e incentivavam as relações de solidariedade em seu interior por se constituírem em espaços de sociabilidade e conagração entre trabalhadores.⁴² Ela tenta identificar quais dos espaços de convivência dos trabalhadores eram caracterizados como propícios à troca de experiências, sociabilidade, confraternização e companheirismo, fomentando a criação de uma identidade para este grupo. A autora afirma, contudo, que devemos tomar cuidado para não confundirmos estes espaços de confraternização com espaços de experiência operária, pois não necessariamente onde existissem operários reunidos estaria presente a identidade ou as relações de classe.

Ainda assim, Loner indica que o espectro dos locais onde poderiam se desenvolver laços afetivos e relações de companheirismo entre os trabalhadores é muito

⁴¹ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária/ Unitrabalho, 2001.

mais amplo do que se poderia imaginar. Por esta razão, as práticas da solidariedade não se davam exclusivamente em função da questão de classe, mas também a partir de outros elementos e interesses. Tal era o caso das sociedades com fins recreativos, que cumpriam o papel de auxiliares no processo de constituição de uma identidade de classe.⁴³ Por tratarem-se de lugares onde os trabalhadores podiam conviver, conhecer melhor o cotidiano e as semelhanças (ou diferenças) da vida de seus colegas associados, era possível o reconhecimento de uma experiência comum e coletiva por parte deles.

A autora, baseando-se em Thompson, defende a idéia de que os trabalhadores constituem-se enquanto classe não somente como um efeito das relações produtivas, mas principalmente, na forma como estes indivíduos que a compõem se relacionavam entre si, tanto na vida cotidiana quanto nas suas formas de luta. Conforme Loner afirma, era tanto no processo de trabalho, quanto fora dele, em suas reivindicações e lutas, na vida cotidiana, em sua cultura, numa consciência de sua igualdade com outros indivíduos, do reconhecimento de interesses comuns, e de uma relação de diferenciação e antagonismo que a classe se desenvolvia na relação com as outras classes ou sujeitos sociais.⁴⁴

Sobre as greves, Loner as considera momentos muito importantes no reforço dessa identidade forjada a partir de experiências e interesses comuns. Isso se evidencia no fato de certas demandas ao serem alçadas à esfera pública, colocadas, portanto, em confronto com os interesses da classe dominante, produziam mobilização, ampliação de esforços e angariavam apoios e aproximações entre os trabalhadores. Contudo, como pode-se observar, Loner preocupa-se mais centralmente com as relações entre classes do que as intra-classe, embora seu trabalho ofereça elementos para desenvolver a análise destas últimas, foco do meu interesse.

Adhemar Lourenço da Silva Jr. também oferece elementos para análise das associações mutualistas, não tanto pela via da construção de relações de solidariedade, mas quanto às condições de existência destas associações. Este é o foco do seu trabalho *Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul:1854-1889)*.⁴⁵ Estas entidades interessam à dissertação em função de terem surgido como uma resposta direta dos trabalhadores aos problemas imediatos criados ou agravados pelas relações de exploração: o desemprego, a doença, a morte e a invalidez.

⁴² Idem. Ibidem.

⁴³ Idem. Ibidem. p. 133-134.

⁴⁴ Idem. Ibidem. p. 38.

⁴⁵ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul:1854-1889)*. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v.5, n.2, 1999.

Tais associações tinham como base de sua existência e funcionamento a solidariedade e o auxílio mútuo. Na inexistência ou mesmo efemeridade de diversas associações de cunho classista capazes de congregar os trabalhadores, estas associações cumpriam tal papel, reunindo-os em assembleias, festejos, celebrações diversas, contribuindo para ampliação dos espaços de interação e exercício da solidariedade entre indivíduos. Neste sentido, as observações de Silva Jr. e Loner se aproximam no que se refere a tal atuação destas associações.

Prosseguindo no exame das obras que tratam da solidariedade e do conflito, o trabalho de Benito Schmidt, *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antonio Guedes Coutinho (1868-1945)*⁴⁶, também oferece várias contribuições. Seu estudo constrói-se com base na vida particular e na militância de um operário socialista, Antonio Guedes Coutinho. Schmidt analisou a vida deste militante buscando compreender através dela os meandros do desenvolvimento da organização operária e das características de vida da classe. A partir de um estudo de caso, conseguiu dialogar com o contexto em que atuava este operário, entrelaçando elementos do individual e do coletivo tais como as experiências, a cultura, as possibilidades abertas pelas relações e pelas escolhas daquele sujeito no meio em que se encontrava.

O militante Antonio Guedes Coutinho, que também será referido na sequência dessa dissertação, teve importante atuação no movimento operário gaúcho, sempre tratando de arregimentar apoio entre companheiros e conhecidos para alcançar os objetivos de defesa e politização da classe na luta contra os abusos patronais. Coutinho possuía também opositores, com os quais desenvolveu relações conflitantes, geralmente ligadas às discordâncias quanto aos rumos ideológicos do movimento operário no estado.

Através da construção de uma biografia que comportou o universo multifacetado da vida de Coutinho – congregando suas experiências enquanto operário, militante e aquelas ligadas à sua vida pessoal – Schmidt conseguiu deslindar as diferentes experiências que compunham a vida deste trabalhador: a militância, a família, o ofício, o socialismo.

Outro estudo de Schmidt, *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*⁴⁷, analisa desta vez a história de vida de dois militantes socialistas, Francisco Xavier da Costa – importante líder socialista que, na década de 10 passara a Conselheiro Municipal pelo Partido Republicano – e Carlos Cavaco, seu companheiro ao

⁴⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antonio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

⁴⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

longo de muitos anos de militância, com destacada participação na greve geral de 1906. O objetivo de tal estudo foi acompanhar não somente suas histórias pessoais, mas os desdobramentos da história do movimento operário a partir da atuação destes indivíduos.

Muitas vezes, as diferenças pessoais ou entre correntes ideológicas acabavam influenciando nos acontecimentos do movimento operário, como já foi observado nas análises de Isabel Bilhão, Adhemar Lourenço da Silva Jr. e Benito Schmidt que demonstram como as lideranças divergiam e disputavam sobre os meios de obtenção de ganhos para os trabalhadores, e sobre os projetos de transformação social. Isto produzia tanto relações de solidariedade e união quanto conflitos pela ampliação do controle sobre o operariado. A heterogeneidade e a divergência conviviam com a solidariedade e a união entre trabalhadores, suas lideranças e grupos específicos.

Não há interesse direto nas biografias operárias enquanto possibilidade de escrita da história, mas quanto a algumas de suas abordagens, como a referida imbricação do espaço público e do privado na vida destes indivíduos. O que mais interessa são as maneiras como, através dessas biografias, pode-se ter noção das escolhas pessoais, conflitos, relações particulares e modos de lidar com as diferentes situações, principalmente as de exploração, experimentadas pelos indivíduos. É uma maneira de abordar as experiências de vida relacionadas às experiências de luta e militância, propondo outras lógicas nem sempre diretamente visíveis aos olhos do pesquisador.

Embora, em muitas biografias de militantes, a solidariedade seja abordada em seu nível pessoal/individual e nas questões relacionadas à vida privada, muito da solidariedade que ocorria entre os trabalhadores dava-se num nível público e coletivo de ação – através das redações dos jornais, das associações, etc. Decorre disto a necessidade de relacionar as ações individuais com os projetos coletivos que envolviam a solidariedade operária e o conflito intra-classe nestes diferentes níveis de interação social.

Também merece destaque o artigo de Joan Bak, *Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906*⁴⁸, por articular as relações de solidariedade e conflito na dinâmica da formação da própria classe.

O foco da autora é a greve geral de 1906, na qual a mobilização de várias categorias permitiu que ela acompanhasse as mudanças ocorridas nas relações e na identidade dos operários. Para Bak, por meio desta greve foi possível ampliar os laços entre trabalhadores devido à ampliação da própria experiência comum entre eles numa

⁴⁸ BAK, Joan. *Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906*. *Metis: história e cultura*. Caxias do Sul: Educs, v.2, n.4, Jul-Dez. 2003.

situação de embate e reivindicação. Seu estudo, portanto, nos oferece uma dupla contribuição, servindo tanto para análise das relações entre os operários quanto pela interpretação que a autora realiza de momentos de ação coletiva que também integram a proposta da dissertação.

Bak, contudo, leva também em conta a existência de diferenças entre as várias etnias, e diferenças de gênero entre os operários, que acabavam por criar cisões e conflitos no interior da classe. Explicitando uma dessas situações, Bak cita um texto do militante socialista Francisco Xavier da Costa, no qual ele pedia aos trabalhadores que pusessem fim a certas mesquinhas de “espírito de raça” e lembrassem que eram todos, antes de qualquer coisa, trabalhadores.⁴⁹ Isto também revela que algumas lideranças estavam cientes destas rivalidades que dificultavam uma luta comum por bandeiras específicas da classe trabalhadora.

Com base nesta reflexão, Bak apontou a greve de 1906 como um momento de grande importância, pois a experiência de reivindicação coletiva rompera com laços étnicos pré-existentes entre patrões e operários. Ela demonstra que existira uma solidariedade baseada na identificação étnica, que auxiliava a mascarar as diferenças de classe e a exploração entre empregados e empregadores. Nesta questão, a mobilização para a greve resultara numa aproximação e conscientização dos trabalhadores quanto aos seus interesses de classe.

Bak afirma que as contratações no mercado de trabalho local muitas vezes favoreciam trabalhadores da mesma origem étnica do seu empregador. Isso fazia com que se estruturasse uma solidariedade de raiz etno-cultural, camuflando as diferenças de interesses entre os operários e patrões e criando rivalidades entre trabalhadores nacionais e estrangeiros. Entretanto, quando da eclosão da greve, não mais fora possível desconhecer a experiência comum de exploração, antagônica a outra experiência, dos empresários, baseada no interesse da manutenção da ordem social e do lucro.⁵⁰

O trabalho de Bak também aponta para a participação das mulheres no movimento grevista:

As trabalhadoras tiveram uma participação visível nas demonstrações públicas da greve, contribuindo para que se tornasse um espetáculo de rua e de teatro.

‘Moças operárias’ dramatizavam sua adesão ao movimento grevista rasgando vestidos vermelhos para fazer laços que usavam orgulhosamente no peito como símbolo de

⁴⁹ Idem. Ibidem. p. 200.

⁵⁰ Idem. Ibidem. p. 200.

classe. Elas também salientavam o entusiasmo geral marchando juntas pelas ruas da cidade levando um estandarte vermelho pedindo uma jornada de oito horas de trabalho.⁵¹

Portanto, estas situações apenas reforçam a tese de que momentos como as greves eram propícios tanto para a agudização das diferenças de interesses entre as classes, quanto para o reforço das relações de união e solidariedade classista (inclusive solidariedade entre membros da burguesia). É interessante observar que, tendo a greve iniciado com a paralisação de uma única categoria – a dos marmoristas – acabou mobilizando diversos outros segmentos do operariado em prol de um interesse comum e revelou uma integração destes trabalhadores que antes estavam mais articulados em razão de outras relações (étnicas, profissionais, de gênero, etc.). As greves, contudo, também se prestam à análise de outro aspecto que nos interessa, pois sem que isso seja um paradoxo, eram momentos especialmente favoráveis para evidência de discordâncias e conflitos entre os trabalhadores, fazendo das paralisações também foco de nossas análises nos capítulos que se seguirão.

O estudo de Bak contribui para esta dissertação, colocando em pauta relações dinâmicas no interior da classe, permitindo que sejam evidenciadas as ambigüidades e contradições presentes no interior deste grupo social, cuja formação incorpora, ao invés de excluir, a solidariedade e o conflito em seu processo.

Na linha dos trabalhos que refletem sobre a formação da classe operária “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”: *história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*, de Silvia Petersen,⁵² não poderia ficar de fora. A autora debruça-se sobre a formação, organização e luta da classe operária gaúcha, acentuando a capacidade de organização dos trabalhadores, mas também as suas diferenciações internas e os resultados que alcançaram levando em conta estas características.

Petersen busca salientar as dificuldades enfrentadas pela classe operária desde as suas primeiras tentativas de organização, mostrando os inúmeros revezes pelos quais os trabalhadores e suas lideranças tiveram de passar, tanto no que se refere às experiências coletivas e públicas, como as pessoais e privadas e as formas e estratégias que usaram para enfrentar essas dificuldades, onde a solidariedade intra-classe foi uma das que mais está registrada nas fontes.

⁵¹ Idem. Ibidem. p. 212.

⁵² PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”: *história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora UFSM, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

Em seu trabalho, portanto, temos a idéia de uma solidariedade atrelada às experiências do trabalho e da exploração que os trabalhadores vivenciaram desde o final do século XIX. As dificuldades materiais, por exemplo, decorrentes desta exploração produziam algumas respostas tais como a criação das associações de socorro mútuo, os auxílios através dos jornais, ajudas entre vizinhos, etc.

Sobre as entidades de socorro mútuo, Petersen desenvolveu um estudo, *As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário gaúcho*⁵³ no qual fez várias observações a respeito destas que foram das primeiras formas de organização dos trabalhadores. As vicissitudes da vida marcavam o foco destes auxílios. A base de funcionamento de tais sociedades era a ajuda mútua, através da qual o sócio se comprometia em pagar uma mensalidade em troca do recebimento destes serviços quando viesse a necessitar.

Por suas características eram também entidades muito importantes para promoção da solidariedade e aproximação entre os indivíduos, bem como para uma valorização dos interesses comuns e de um espírito coletivo. Por congregarem trabalhadores, acabavam explicitando (através de seus estatutos) quais eram suas maiores necessidades e qual o tipo de resposta possível para seus problemas. Petersen formula uma importante questão a respeito do surgimento dessas relações de solidariedade no final do século XIX:

Caberia perguntar se, em um período tão difícil de caracterizar quanto aquele momento de transição de uma sociedade tradicional, com determinados mecanismos de proteção como eram as próprias relações de trabalho no ambiente patriarcal-escravista, para uma sociedade urbana em que se instauravam relações capitalistas de trabalho, em que o trabalhador era livre, mas desprotegido, *o estudo das sociedades de auxílio mútuo não poderia revelar alguns traços desse trabalhador no limiar de um mundo em que desaparecia o trabalho escravo, em que a individuação, a migração, imigração e o trabalho na fábrica significavam a necessidade de construir novos mecanismos de proteção e novos laços de solidariedade.*⁵⁴

O mutualismo traz, portanto, elementos importantes para compreensão das relações de solidariedade operária. E é neste sentido que a análise das associações de socorro mútuo interessa para este trabalho, como uma via construída pelos trabalhadores para driblarem os percalços e vicissitudes que os abatiam.

⁵³ Idem. Ibidem. *As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário gaúcho*. *Cadernos do ISP*. Pelotas, n.11, dez.1997.

⁵⁴ Idem. Ibidem. p.5. Grifo meu.

Cabe ainda um comentário a respeito das condições gerais da vida operária pelo interesse dessa dissertação em analisar a exploração da classe. O trabalho de Sandra Pesavento, *Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)*⁵⁵, contribuiu neste sentido, pois apontou uma série de espaços e situações nas quais a exploração estava presente direta ou indiretamente.

Reiteramos uma última vez que esta análise bibliográfica caracteriza-se mais como uma seleção de autores que contribuíram para os objetivos da dissertação e com os quais acreditamos que foi possível um diálogo fértil para a melhor compreensão das relações intra-classe operária no processo de sua formação no Rio Grande do Sul.

Como se observará ao longo dos capítulos, as fontes hemerográficas da imprensa operária constituíram o principal recurso para a obtenção dos dados, geralmente dispersos e pontuais, que eram necessários para desenvolver o trabalho.

Para dar conta dos objetivos da dissertação, e depois de algumas tentativas de enfrentar o desafio de uma exposição que articulasse a proposta analítica do trabalho e a multiplicidade de dados e indícios esparsos e fragmentados nas fontes e na bibliografia, optei por trabalhar com questões que fossem melhor documentadas e tivessem sido menos investigadas em outros estudos.⁵⁶

A dissertação está organizada em três capítulos, através dos quais buscamos desenvolver a questão central desse trabalho: a experiência da exploração desenvolvendo relações de solidariedade e conflito na formação da classe operária gaúcha.

Os capítulos foram intitulados: *1. A experiência de exploração e seus efeitos nas condições de vida e trabalho dos operários; 2. Duas faces das relações intra-classe: solidariedade e conflito e 3. “Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado, dando força e coesão às lutas por suas reivindicações”: a solidariedade na ordem do dia.*

No primeiro capítulo busquei caracterizar a vida operária e a exploração de classe naqueles aspectos que eram comuns a maioria dos trabalhadores e também que

⁵⁵ PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998.

⁵⁶ Esta foi a principal razão pela qual não tratei dos conflitos ideológicos entre operários, pois a vasta produção acadêmica sobre o tema fez com que optasse por mencioná-los apenas de forma secundária. Para mais informações sobre estes conflitos ver: BILHÃO, Isabel A. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999; LONER, Beatriz A. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária/ Unitrabalho, 2001; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *“Que a união operária seja a nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001; SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004; SILVA Jr, Adhemar. *Povo! Trabalhadores!: tumultos e movimento operário: estudos centrado em Porto Alegre 1917*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado PPGH/UFRGS, 1994.

traziam maiores mudanças e necessidades de adaptação àquelas pessoas. Além disso, procurou relacionar permanentemente as formas de exploração com as relações que se firmavam entre os trabalhadores, numa tentativa de analisar de modo mais complexo as condições de vida e trabalho e as relações resultantes de tal experiência de exploração.

O segundo capítulo procurou focalizar a ambivalência das relações entre trabalhadores resultantes de situações compartilhadas por sua condição de classe explorada, que resultavam em solidariedade, assim como em conflito. Ao mesmo tempo em que não perdeu de vista as características da exploração capitalista analisadas no primeiro capítulo, também buscou mostrar que o universo de relações entre os membros da classe operária é muito vasto e não deve ficar restrito apenas às que decorrem dos interesses de classe.

O terceiro capítulo buscou analisar mais especificamente as relações de solidariedade intra-classe, pois se a união é um elemento constitutivo da classe, a solidariedade é um de seus aspectos essenciais. Investiu-se na parte final da dissertação sobre as formas de manifestação, defesa e propagação da solidariedade por entender que os operários só se formaram enquanto classe se existe um predomínio da solidariedade e união nas relações que estabeleceram entre si sobre os conflitos e disputas que se fizeram presentes.

Capítulo 1: A experiência de exploração e seus efeitos nas condições de vida e trabalho dos operários

Neste capítulo serão tratadas as experiências de exploração que constituíram a experiência de classe e resultaram em relações de solidariedade e conflito entre os operários. O capítulo divide-se em dois eixos que se interligam: a exploração envolvendo as relações de trabalho e o modo como esta exploração se fazia sentir em todos os aspectos que caracterizavam a vida operária.

1.1. A exploração no trabalho: tempo, disciplina, máquinas, acidentes

A exploração foi uma experiência definitiva dentre as que marcaram a vida dos trabalhadores, suas formas de se colocar na sociedade e de estabelecer quais eram seus inimigos e seus companheiros. As condições de vida e trabalho da classe operária foram marcadas pela exploração em diferentes locais, circunstâncias e momentos em que esta surgiu. Thompson afirma que “para a maioria dos trabalhadores, a experiência crucial da Revolução Industrial foi percebida como uma alteração na natureza e na intensidade da exploração”, uma exploração que era mais do que a soma das injustiças e antagonismos mútuos, pois se relacionava também a formas correspondentes de propriedade e poder estatal.⁵⁷

A exploração material, através do uso de máquinas, das agressões ao corpo do trabalhador, da pauperização da vida, fez parte da história dos trabalhadores e foi responsável pela geração das condições necessárias à eclosão de greves, manifestações, aproximação dos indivíduos com vistas à ajuda mútua e à prestação de auxílios diversos. Deve-se reconhecer na exploração um elemento propulsor de organização, mobilização e formação de laços e relações entre os trabalhadores, mas, também ela foi causadora de conflitos, disputas e tensões em geral. Uma vez que era necessário à garantia da própria sobrevivência pensar antes em si mesmo e na própria família do que em terceiros, a exploração também abriu espaço para rivalidades e concorrência entre trabalhadores. Partindo destas considerações, considero que a experiência da exploração ocupa importante papel no entendimento das relações tanto de solidariedade quanto de conflito na formação da classe operária.

Nos trabalhos acadêmicos, como vimos na Introdução, na história da classe operária a questão da exploração, via de regra, comparece quando se trata de caracterizar

as relações no processo de trabalho. A despeito da sua reconhecida importância, ela não é muito analisada sob o prisma de uma experiência que desenvolve vínculos diversos – e às vezes contraditórios – entre os trabalhadores, pois implica ora solidariedade, ora conflito. A exploração também não costuma ser pensada pelos pesquisadores enquanto “bandeira de luta”⁵⁸, embora o uso feito em especial pelas lideranças do movimento origine também laços de solidariedade e relações conflituosas.

A vivência da exploração, portanto, está relacionada tanto às transformações de um sistema produtivo que se inicia, quanto intrinsecamente ligada aos laços estabelecidos entre trabalhadores, sejam eles formadores de uma unidade ou de dissensões. A exploração será abordada através de dois aspectos, ou seja, enquanto resultado de um sistema produtivo que cria novas formas de controle do trabalho e da relação com a mão-de-obra, e enquanto motivação ou fundamento de ações empreendidas pelos trabalhadores.

Na linha dos efeitos da produção capitalista e de seu caráter de exploração, uma das características mais marcantes da vida operária pode ser identificada na idéia de Mike Savage a respeito de uma “insegurança estrutural”.⁵⁹ Este traço, por ser comum a todos os trabalhadores acabaria por diferenciá-los de outros grupos sociais, visto que “a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa estrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma”.⁶⁰ Isso implica analisarmos as inúmeras estratégias utilizadas para contornar ou superar estas dificuldades inerentes à vida operária, desde as lutas contra uma classe que os oprimia até a formação de redes e laços de ajuda mútua e solidariedade. Esta condição de insegurança estrutural, portanto, impelia o trabalhador a agir tanto individualmente quanto em coletivo (através da maximização de suas forças no interior de um grupo) no intuito de impedir práticas exploratórias ou amenizar suas conseqüências.

A solidariedade entre trabalhadores tem seu alicerce fundamentado tanto na exploração propriamente dita – característica fundamental das relações capitalistas – quanto no desamparo do trabalhador pelo Estado e pela classe patronal. As condições de penúria geral e marginalização dos trabalhadores decorriam justamente das relações de

⁵⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Op. Cit. p. 23 e p. 28.

⁵⁸ É devido à atenção que, em geral, os militantes davam à questão da exploração que podem ser recuperadas, através da imprensa operária, as condições e formas de sua ocorrência. Portanto, essa utilização enquanto “bandeira” na luta operária possui aspectos tanto empíricos, por terem fornecido um registro material, quanto analíticos, pela abordagem aqui proposta.

⁵⁹ SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. In. BATALHA, Cláudio et al. (org.) *Culturas de classe...* Op. Cit. p. 33.

classe e da suas lutas ao longo do processo de industrialização. Portanto, mais do que responsabilizar o poder público pela condição do trabalhador – desprovido de leis que protegessem e regulassem as relações de trabalho – as características da vida e trabalho desses indivíduos decorriam das formas como eram travadas as relações entre classes, ou seja, as ações e opções feitas pela burguesia e pelo proletariado.

No Brasil, a ausência de leis para proteção do trabalhador o colocava numa situação de profunda vulnerabilidade. O trabalhador não possuía controle sobre a organização do trabalho e da produção e o estado republicano liberal agia no sentido de uma não interferência nas esferas particulares das relações produtivas. A falta de diretrizes ou normas para regular este processo e as relações daí decorrentes faziam com que as negociações entre patrões e empregados se dessem sem a interferência ou a mediação de outras instâncias de poder – salvo exceções em que o aparato policial atuava nos embates entre trabalhadores e burguesia em favor da última. Tal condição favorecia a ocorrência de arbitrariedades por parte da classe patronal que também contava com a impunidade sob a qual assegurava seus interesses e anulava os dos trabalhadores. Algumas destas situações serão analisadas mais adiante para melhor identificarmos as características dessa exploração.

Este quadro de fragilidade em que viviam os trabalhadores foi propício à construção de relações internas à classe para driblar os revezes e dificuldades cotidianas. As opções dos trabalhadores na luta contra a exploração eram bastante limitadas e os resultados incertos. Mas as ações eram acompanhadas de permanente campanha pelo engajamento dos trabalhadores nessas lutas, pois na maior adesão garantia-se maior pressão e chance de resultado favorável. Além disso, o sucesso de uma campanha podia repercutir positivamente entre operários, ampliando a participação em ações futuras. Assim, os trabalhadores não assistiram passivos a este processo de exploração, nem ficaram inertes frente às diversas tentativas de manter-lhes como uma mão-de-obra ordeira e disciplinada num processo crescente de industrialização e arregimentação da força de trabalho.

Algumas das ações realizadas consistiam em denúncias, difundidas especialmente através da imprensa operária, sobre as situações de exploração, assim como em campanhas de auxílio a alguma causa específica, ou em ações mais radicais, como as greves e paralisações. Mas existiram também aquelas ações minúsculas de solidariedade entre os trabalhadores, mais dificilmente captadas na documentação, mas

⁶⁰ Idem. Ibidem. p. 33.

não menos importantes para o estreitamento das relações intra-classe e para o sucesso de projetos mais amplos de interesse dos trabalhadores.

Antes de prosseguir nessa linha de análise é importante caracterizar o que de particular havia na exploração sofrida pelo trabalhador assalariado na Primeira República que a diferenciaria daquela que sofreram os operários em outros momentos históricos.

São muitas as permanências, por exemplo, entre as formas de vida e trabalho dos milhares de indivíduos nossos contemporâneos e aqueles do passado que estudamos. As permanências encontram-se na precariedade das condições de moradia, na carestia geral da vida, na falta de instrução, nos baixos salários, na ausência de garantias, mesmo que hoje esteja vigente uma legislação própria. Porém, ante estas semelhanças entre um passado e um presente de exploração operária, há um aspecto que talvez seja o mais elementar e, ao mesmo tempo, o mais revelador desta distinção entre dois contextos. É o *ineditismo* que caracterizou aquela exploração.

O contingente de trabalhadores que crescia e se multiplicava nas principais cidades industriais do estado no final do XIX e início do XX conhecia relações de exploração, dificuldades econômicas, discriminação social, marginalização, desamparo por parte do Estado. Porém, a forma assumida pela exploração que sobre eles se abateu, nos moldes da sociedade industrial que se formava, foi inédita tanto em termos das alterações na vida social pública e privada – o tempo e processo de trabalho, a organização familiar, o espaço da fábrica e o da casa – quanto das respostas que estes sujeitos puderam oferecer e da leitura que muitos então fizeram desta exploração.

A escravidão, vizinha muito próxima no tempo, foi certamente uma das experiências mais marcantes e duradouras de exploração de mão-de-obra na estrutura sócio-econômica brasileira. Esta experiência conhecida e/ou já vivida por trabalhadores assalariados ancorava-se fundamentalmente na exploração de outrem, mas caracterizando-se por uma exploração baseada na posse desta mão-de-obra e na sua manutenção como cativa e não-remunerada. Não era a exploração em si que se colocava como novidade para os trabalhadores que ingressavam em oficinas e fábricas. O elemento novo estava representado na relação paradoxal entre liberdade e dependência que se colocava no cerne desta exploração. Liberdade para ir e vir, para vender a força de trabalho a quem melhor remunerasse, mas gradual dependência produzida pela expropriação dos meios mais elementares de sobrevivência e reprodução dos trabalhadores.

É claro que a nova modalidade da exploração sobre os trabalhadores assalariados não se caracterizava somente por estas condições apresentadas. A exploração foi se desenvolvendo e adaptando instrumentos e tecnologias, estratégias e mecanismos de coerção a fim de manter os trabalhadores atrelados ao processo produtivo e à extração da mais-valia.

Mas afinal, na virada do século XIX, de que trabalhador estamos falando ao tratar da sua exploração? A indústria nesse período era ainda muito incipiente e conviviam, lado a lado, fábricas com uma centena ou mais de operários e pequenas oficinas domésticas, com um mestre e uns poucos artesãos. Os trabalhadores assalariados, portanto, não possuíam uma “padronização” quanto ao nível de conhecimento, de habilidades ou de propriedade dos meios de produção. A existência de “artistas”, cujo grau de especialização e conhecimento de um ofício eram grandes, fazia com que estes indivíduos tivessem uma maior procura e valorização no mercado de trabalho local, regional e mesmo nacional, ampliando tanto a sua capacidade de barganha com os patrões, como lhes garantindo uma menor dependência frente a um único centro fabril-industrial. Mas também existiam muitos trabalhadores e, em um número crescente, que realizavam atividades não especializadas, de fácil substituição e com maior grau de dependência perante seus empregadores.

A exploração que incidia sobre essa heterogênea classe trabalhadora em formação era tão distinta quanto eram os operários entre si. Assim, as respostas e relações sociais estabelecidas entre eles também não poderiam apresentar um padrão, seja de consciência e esclarecimento acerca da sua condição, seja das ações realizadas em combate à exploração.

Da mesma forma como se caracterizavam tão heterogeneamente estes trabalhadores, o mesmo ocorria com as leituras e opiniões que eles faziam sobre a realidade e as condições materiais que estavam vivenciando. Opiniões sobre a presença ou introdução de maquinário nos estabelecimentos de produção, por exemplo, não eram unívocas. Como os resultados deste processo de industrialização não estavam dados e não se possuía certeza sobre quais seriam suas implicações futuras, alguns rechaçavam tal opção, apontando para malefícios e danos irreversíveis de tal aplicação. Outros, entretanto, apoiavam a utilização de máquinas lado a lado com trabalhadores, como na enfática matéria de um jornal operário de Porto Alegre:

Sim, trabalhadores, é certo que hoje as máquinas vos fazem mal.

Causam a desocupação, fazem baixar os salários, e, pondo-os na rua em grande número, fazem vos lutar uns com os outros em torno dum lugar e aumentam a vossa miséria.

Mas deveis realmente atribuir-lhes o vosso mal? Não desejareis vê-las fazer por vós os trabalhos pesados e grosseiros? Não será para vós um ideal pôr em ação, do mar as forças naturais, entregando-lhes a execução dos esforços mais violentos?

Sim, se o que elas produzissem, fosse para todos; se morrêssemos de fome, vendo trabalhar as máquinas, de braços cruzados.

Justamente. Mas vós podeis conseguir isso tudo, fazendo desaparecer os parasitas, que não só absorvem o produto do vosso trabalho, mas impedem que as máquinas produzam em abundância e para todos.

A máquina é um mal agora, porque há patrões que se apoderam em seu proveito exclusivo de todos os melhoramentos introduzidos nos meios de produção.

A máquina é um mal porque existe a propriedade privada dos instrumentos de trabalho, porque o capital está monopolizado, e a produção faz-se em vista dos interesses duma classe.

Se as máquinas pertencessem a todos vós, aos homens todos se estivessem a disposição dos trabalhadores, vós as faríeis trabalhar para vantagem geral em vista das necessidades coletivas e não em atenção dos lucros de uma minoria de capitalistas.

E elas seriam um enorme benefício, uma fonte abundante de bem estar e alegria; em vez de provocarem o vosso ódio irrefletido e as vossas maldições levantariam dentro de vosso peito uma gratidão feliz.

As máquinas são a grande riqueza do futuro. Conquistai-as!⁶¹

Nesse artigo, os redatores do jornal porto-alegrense anarquista *A Luta* apontavam para os benefícios que as máquinas fariam nas mãos dos trabalhadores, sendo um instrumento de exploração e miséria somente por serem controladas pela burguesia. Entretanto, a defesa da utilização das máquinas por operários em favor desse coletivo estava condicionada ao esclarecimento da classe e à supressão da propriedade privada.

Havia casos, contudo, em que a máquina era estigmatizada, conforme notícias de outro jornal operário:

A justiça inspira que se diga, em sua honra, que esta fábrica foi outrora uma das poucas de Porto Alegre, onde os operários não tinham razão para queixa.

Mudou-se porém, a situação ali, desde que seu proprietário tratou de aumentar a fábrica e substituir o trabalho manual pelo maquinismo.

O Sr. Teichmann, na ânsia de enriquecer rapidamente, começou, então, reduzindo salários dos trabalhadores e se esforçando para explorá-los o mais possível.⁶²

.....

⁶¹ Quanto à transcrição das fontes, atualizou-se a escrita. *A Luta*. Porto Alegre, 13/10/1910, p. 4.

⁶² *A Democracia*. Porto Alegre, 02/07/1907, p. 2.

Os srs. Manoel Py, Victor Barreto e Alberto Bins, por exemplo, industrialistas hoje e que nunca conheceram por experiência própria o que são as dificuldades da vida para os operários, procuraram e procuram sempre tirar do esforço destes a maior soma de proveito possível - para eles industrialistas, compreenda-se bem - sem, entretanto, jamais chegarem ao extremo de que se faz uso na fábrica Teichmann!

E o proprietário desta, o sr. Oscar [Teichmann], que nem sempre foi patrão, que outrora precisou mourejar como nós para sustentar-se e sustentar sua família não sentir-se-á humilhado, pequenino, condenável em confronto com aqueles outros burgueses que, mesmo entendendo, como os demais seus colegas, como provocação à nossa classe, que o operário só existe para ser explorado tal qual uma qualquer máquina ou besta de carga, evitam praticar ‘todos’ os abusos e ‘todas’ as extorsões? ⁶³

Como se observa, a divergência de opiniões em relação a uma questão que incidia diretamente sobre o trabalho e o cotidiano dos estabelecimentos fabril-industriais nos revela a tradução cultural das experiências dos trabalhadores no decorrer do próprio processo de industrialização. Eles estavam presentes no processo como agentes e não como observadores externos daquela dinâmica social, o que fazia com que opinassem e interpretassem as transformações que lhes afetavam diretamente. Esta era a tradução cultural de uma experiência, uma vez que os agentes se percebiam envolvidos em situações nas quais podiam interagir alterando-as ou não em seu próprio benefício.

As denúncias da exploração dos operários no Rio Grande do Sul da época foram muito difundidas, tanto através da imprensa operária quanto da grande imprensa. Apesar da análise de fontes como a imprensa, seja qual for a sua procedência e filiação ideológica, estar subjugada ao filtro pelo qual as informações passam ao serem publicadas, ela possibilita obter dados que vão da vida pública à privada, dos interesses políticos às atividades culturais, enfim, elementos tão díspares e que só se encontram reunidos neste tipo de material.

Os periódicos atentos aos problemas dos trabalhadores expunham em suas páginas exemplos flagrantes de exploração e expropriação em suas mais diferentes formas. A motivação para publicação de tais denúncias podia variar dependendo do tipo de periódico e suas proposições políticas, mas o objetivo principal era, em geral, chamar a atenção dos leitores para a existência e as formas assumidas por esta exploração, a necessidade de combatê-la e as ferramentas ao alcance dos trabalhadores para este intento.

Os textos publicados na imprensa operária traziam, via de regra, discussões a respeito dos temas relacionados à exploração tais como a carestia, os abusos nos locais

de trabalho, a exploração da mulher e da criança e os esclarecimentos a respeito dos mecanismos de funcionamento desta exploração, como veremos adiante. Era comum também a emissão de julgamentos de valor, cujo tom recorrente era o de crítica e condenação da exploração, apontando nela a causa de outros males presentes na sociedade.

A exploração produzia danos reais aos trabalhadores, pauperizava suas vidas no presente e hipotecava suas expectativas para o futuro. Os trabalhadores podiam possuir uma consciência destas condições com menor ou maior clareza em relação ao que pensamos hoje ao analisarmos este passado. Mas o fato é que estes indivíduos experimentaram diariamente tais condições e isso lhes conferia um traço comum e identificável tanto entre si, como em outros sujeitos e momentos em que igual condição se fizesse presente. É nesta identificação que considero estar assentado um dos elos fortes da solidariedade operária. Como menciona Bronislaw Baczko sobre ações coletivas:

Para que una sociedad exista y se sostenga, para que pueda asegurarse un mínimo de cohesión, y hasta de consenso, es imprescindible que los agentes sociales crean en la superioridad del hecho social sobre el hecho individual, que tengan, en fin, una “conciencia colectiva”, un sistema de creencias y prácticas que unen en una misma comunidad, instancia moral suprema, a todos los que adhieren a ella.⁶⁴

Os trabalhadores naquele período estavam construindo um conhecimento acerca da exploração à medida que viviam e experimentavam suas formas e alcances. Este conhecimento incluía um aprendizado sobre as maneiras de tentar evitá-la, ou enfrentá-la quando esta recrudescia. Ao passo que este conhecimento ou, se quisermos chamar, esta consciência da exploração se desenvolvia, também avançavam formas de solidariedade entre trabalhadores ou, ao menos, de uma expectativa de solidariedade a se construir e efetivar.

Observa-se isso no relato do jornal socialista *A Democracia* sobre a atitude de um patrão ao tentar ampliar para 10 horas o turno de trabalho diário, sendo que os operários na greve de 1906 em Porto Alegre tinham conquistado uma jornada de 9 horas. O Sr. Schimidt, proprietário de oficinas de carpintaria, ao aumentar a carga horária dos seus empregados enfrentara o descontentamento destes e o pedido de demissão

⁶³ *A Democracia*. Porto Alegre, 13/07/1907, p. 1.

⁶⁴ BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991. p. 21.

voluntária entre alguns. O jornal, no entanto, afirmava não compreender como os demais trabalhadores não haviam agido da mesma maneira que aqueles poucos que haviam abandonado o trabalho. O texto dizia explicitamente que “o fato [ampliação da jornada] provocou protesto do pessoal das referidas oficinas e três dos operários despediram-se do serviço. Estranhamos que os outros obreiros da casa não os tenham imitados [sic]”.⁶⁵ Na opinião dos redatores a atitude mais condizente esperada pelos outros companheiros frente àquela situação de exploração seria a união de todos perante um inimigo comum. Para isso era necessário que a solidariedade entre eles prevalecesse acima de outros sentimentos e interesses. A ação coletiva deveria sobrepujar o interesse individual, contudo, observou-se uma preocupação com a preservação das garantias individuais, mesmo que isso significasse um recrudescimento da exploração.

Uma situação muito semelhante a anterior ocorreu nas oficinas de serralheria Costa e Gageiro, cujo proprietário resolvera propor aos trabalhadores um aumento de nove para onze horas de trabalho e um correspondente aumento no ordenado. Porém, um dos operários, abordado de antemão pelo patrão, resolvera avisar seus colegas de que no momento que o proprietário propusesse esse novo regime de trabalho deveriam rechaçá-lo, pois, provavelmente o aumento de horas se manteria, enquanto que o de salário não. O resultado desta contenda foi o seguinte:

Mais tarde comparece o Sr. Gageiro nas oficinas; e faz a mesma proposta que fizera ao foguista [o dito que avisara os colegas] aos operários; estes, que já estavam orientados da boa intenção do Sr. Gageiro, pôr unanimidade não aceitaram a proposta.

O Sr. Gageiro danou-se com a repulsa geral que sofreu a sua magnanimidade, indaga daqui, indaga de acolá, chegou a saber que o foguista fora quem avisara os seus companheiros do plano do Sr. Gageiro. E o que faz este? Despede da oficina o foguista!!!⁶⁶

Considero esta situação, assim como a anteriormente narrada, também como exemplo de uma ação que respondia a uma atitude de exploração patronal promovendo solidariedade entre trabalhadores, ou ao menos, uma expectativa de sua efetivação. No caso da oficina do Sr. Gageiro, a solidariedade esperada pelo companheiro que avisara os demais mostrou suas limitações, visto que estes trabalhadores acataram sua proposta negando a oferta do patrão, mas não mantiveram em segredo a autoria do plano, resultando na demissão do operário. Ao invés de uma atitude coletiva em defesa da manutenção das antigas 9 horas de trabalho e salário equivalente, provavelmente

⁶⁵ *A Democracia*. Porto Alegre, 10/03/1907. p. 1.

⁶⁶ *A Democracia*. Porto Alegre, 14/04/1907, p. 4.

prevaleceria um horário de interesse do patrão e a punição individual resultante de uma delação feita entre os próprios trabalhadores.

A construção de relações de solidariedade, como bem se pode notar, é um processo que não obedece a regras impostas por explicações generalizantes sobre o desenvolvimento de uma consciência de classe. A solidariedade, enquanto uma relação interna da classe, é construída nestas ocasiões de conflitos e interesses de classe, mas o momento teoricamente propício para seu surgimento não significa sua necessária ocorrência.

Temos nestas situações a demonstração de uma não-solidariedade de classe entre trabalhadores, explicitada pela preocupação com interesses individuais ao invés de coletivos. A não-solidariedade não representa propriamente um conflito, mas poderia originá-lo, uma vez que resultava em uma falta de unicidade na ação empreendida, não efetivando expectativas criadas. A exploração sobre o trabalho, seja nos salários, seja no número de horas, era favorecida por essa não-solidariedade, justamente pela fragmentação de interesses dos trabalhadores e enfraquecimento das suas ações coletivas.

A consciência da exploração era manifestada por alguns trabalhadores, em especial pelas lideranças, engajadas na luta por mudanças nas condições de vida e trabalho da classe. Deve-se mencionar, contudo, que existia uma amplitude internacional desta consciência, mais do que apenas uma constatação dos problemas cotidianos por estas lideranças locais.

Para estes ativistas era fundamental esclarecer seus companheiros quanto às formas de trabalho que se apresentavam e as melhorias que deveriam ser alcançadas. Uma das suas preocupações incidia diretamente sobre a jornada de trabalho que resultava na exaustão dos operários e no desinteresse pelo exercício de quaisquer outras atividades em seus momentos de folga, tais como a instrução e a participação na organização do movimento operário. O anarquista Cecílio Dinorá apontava em um texto do jornal *A Luta* as dimensões deste problema, como observamos a seguir:

O excessivo trabalho exerce uma depressão física e moral sobre o indivíduo que o torna indiferente e inapto para tudo que possa ser agradável a si e aos outros. Não estuda, em nada pensa de levado e nem sequer lhe vem a vontade de, nos dias de folga, dar um passeio, onde possa encontrar algumas distrações que lhe aclareie o espírito enuviado pelo fatigoso trabalho semanal.

Diminuindo os males que nos afligem, o pauperismo e a ignorância, teremos o melhor meio de prepararmos a nossa completa emancipação. Para isso é preciso que o operário

tenha o tempo necessário para estudar e se instruir e só o conseguirá fazendo a redução das horas de trabalho manual.

E é nestas conquistas que a ação direta dos indivíduos solidários desempenha importantíssimo papel.

Procurem, portanto, os trabalhadores de todas as classes, associarem-se, educando o seu espírito para a luta e, conquistadas as 8 horas, gozando então dum relativo bem estar, refarão as energias combativas e outras melhorias poderão alcançar com a ação contínua de suas atividades.⁶⁷

Na oficina de Germano Plentz, em São Leopoldo, os trabalhadores estavam sendo explorados ao trabalhar um número muito elevado de horas cuja correspondência em salário não havia se efetivado. A situação fora publicada pelo grupo do jornal *A Democracia* de Porto Alegre, atentando para o fato dos trabalhadores estarem sendo usados tal qual máquinas no processo produtivo. O proprietário, na opinião dos redatores, ignorava a exaustão do corpo humano, as suas necessidades de repouso físico e recuperação da força para o exercício diário das atividades laborais:

Sabendo o Sr. Plentz que o meio onde explora é escasso, prestando-se assim as suas exigências gananciosas, leva a sua audácia a andar constantemente a aumentar o horário e... o ordenado... não.

E dessa forma funciona a fábrica com um pessoal de 20 homens percebendo pingues vencimentos, sujeitando-se o operariado a isso devido ao meio acanhado.

Urge que o Sr. Plentz cesse de uma vez com tamanha exploração, fixando horário consentâneo com boa razão; pois que atualmente sujeita os seus trabalhadores a produzirem mais do que uma máquina, e isso não pode continuar.⁶⁸

O artigo também alertava para o problema da sujeição a que os trabalhadores estavam submetidos pela necessidade de sobrevivência e isso acabava sendo mais prioritário do que a busca por mais justas condições de trabalho. Referem a estas condições como “meio acanhado” ao qual o trabalhador tinha de se submeter, o que provavelmente relacionava-se à oferta de mão-de-obra e pouca organização do movimento operário, visto que o trabalhador acabava por aceitar manter-se nestes estabelecimentos.

A modernização e conseqüente introdução de maquinário nas fábricas era uma preocupação das lideranças da classe e, provavelmente, de muitos trabalhadores, uma vez que esta experiência não alcançava somente a vanguarda da classe, mas também os

⁶⁷ *A Luta*. Porto Alegre, 29/09/1906, p. 3.

⁶⁸ *A Democracia*. Porto Alegre, 14/04/1907, p.3.

trabalhadores mais alheios e/ou desinteressados em relação às demandas coletivas da classe. O avanço do processo de separação do trabalhador das suas ferramentas de trabalho e alienação do conhecimento sobre esse “fazer” tornava o operário uma engrenagem, uma peça deste sistema maior. Como analisava Karl Marx:

Na manufatura e nos ofícios, o trabalhador serve-se do instrumento; na fábrica, ele serve à máquina. No primeiro caso, ele é quem move o meio de trabalho; no segundo, ele só tem que acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo; na fábrica, são apenas os complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles.⁶⁹

As palavras de Marx, afora sua visão impregnada de um profundo realismo pessimista, descrevem uma dinâmica que se efetivava em meio à classe trabalhadora no seu processo de formação e era também observada pelas militâncias operárias gaúchas em suas críticas aos mecanismos de exploração.

Além disso, a modernização da infra-estrutura fabril alterava não apenas a capacidade produtiva da indústria local, pois trazia fortes impactos sobre as formas de vida, práticas e hábitos dos trabalhadores que nela passavam a atuar. A rotina de trabalho determinada pela fábrica Rheingantz de Rio Grande, na época chamada União Fabril e Pastoral, demonstra estas alterações sentidas pelos operários:

Não há quadro na nossa sociedade que se possa comparar. Nem um naufrágio nem um exército batido. Os operários têm meia hora para almoçar. Quando eles saem da fábrica, para esta primeira refeição do dia, saem correndo [...] Eles saem correndo, na expressão mais larga da palavra, e voltam correndo da mesma forma. Têm meia hora para almoçar e a cidade dista dois quilômetros da fábrica; têm de sair correndo, comer correndo e voltar correndo. Geralmente os homens gastam e precisam mesmo gastar meia hora ou mais em cada refeição. E se tratássemos de outra gente [...] estou certo de que os médicos encarregados da saúde pública clamariam um dia contra isso, demonstrando impossibilidade de um corpo se alimentar assim, mas não se trata disso, trata-se de uma classe servil, de uma raça escrava, para quem não há ciência, e quando há é um barato, de esmola e, portanto, de carregação.⁷⁰

Talvez, atualmente, não nos impressionemos com o ritmo fulminante do dia-a-dia nas grandes cidades. Contudo, a rotina dos trabalhadores, antes do surgimento do sistema fabril-industrial, caracterizava-se por um outro tempo, cadência e prioridades, o

⁶⁹ MARX, Karl. *O Capital*, livro I, Parte IV, Cap. XII, § III e V. Apud. GORZ, André. (apres.) *Crítica da divisão do trabalho: textos de Karl Mar et al.* São Paulo: Martins Fontes, 1980. p. 31.

que se pode depreender da crítica ao fato dos trabalhadores necessitarem estar sempre “correndo”. A referência a uma “classe servil”, uma “raça escrava”, coloca-se provavelmente numa associação entre a falta de liberdade de um regime escravista/servil e a falta de autonomia e, portanto, liberdade vivida por estes trabalhadores. Não era mais possível comandar plenamente nem o seu tempo ou mesmo o seu corpo, a começar pela maneira como se realizava uma atividade essencial à sobrevivência, a alimentação.

A relação entre o trabalhador assalariado e um trabalhador escravo também aparece em texto de autoria de João Tolentino, militante socialista de Pelotas, no qual ele apresentava o processo de industrialização e mecanização da produção como destruidores das melhores qualidades do homem e, inclusive, da sua própria humanidade:

O trabalhador em frente do vapor perde completamente a sua autonomia.

Perde as qualidades que o distinguem do animal.

Pela divisão do trabalho, que absorve completamente a parte da inteligência que ele emprega na obra que fabrica, pela subordinação constante à máquina, pelo regime mecânico a que fica submetido, pela ausência completa de liberdade, pela impossibilidade mesmo de falar, impossibilidade absoluta atento ao barulho da fábrica, ele se torna uma inferioridade tal, que nem mesmo o escravo das diferentes épocas da vida humana se lhe pode comparar. [...] ⁷¹

A substituição do trabalhador pela máquina, grande avanço tecnológico da produção, ou a presença de ambos na produção, influenciava no ritmo do trabalho, no grau de atenção e novas habilidades exigidas, no desgaste envolvido na repetição de uma mesma tarefa interminavelmente. Este aspecto fora observado pelo jornal *O Proletário*, de Rio Grande, descrevendo o processo de trabalho ao qual os operários estavam sendo submetidos pela classe patronal. Tanto o artigo anterior, tratando desta “desumanização” do homem, se pudermos assim chamar, quanto o que segue, discutem a introdução de máquinas na estrutura fabril-manufatureira em algumas cidades do estado e as repercussões desse processo mesmo num período ainda bastante incipiente de industrialização:

Máquinas mais aperfeiçoadas introduzem-se cada dia na indústria e vêm substituir o esforço do homem [...] As máquinas devem ser o auxílio do operário. Colocadas nas oficinas por interesse dos patrões, não podem transformar-se em inimigos do trabalho e arrancar-lhe o

⁷⁰ *A Democracia Social*. Pelotas, 10/12/1893. Apud. PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres da cidade...* Op. Cit. p. 43.

⁷¹ *Democracia Social*. Pelotas, 12/11/1893, p. 1.

pão da boca como realmente sucede. Os proprietários julgam hoje [...] as máquinas como alívio do operário e assim tratam de reduzir o salário na razão de menos trabalho para menor remuneração e, depois, não satisfeitos com isso, estabelecem outro, o de menor esforço para mais trabalho. Daí o operário, por motivo das máquinas, trabalhar mais e ser pior remunerado; daí ter o operário nas máquinas o seu maior inimigo; daí o excesso de produção e a crise que nos ameaça.⁷²

Kátia Rodrigues Paranhos aborda alguns aspectos que envolvem as relações de produção do sistema capitalista e afirma que a maneira como o trabalhador industrial é submetido a estas condições e relações define-se através de uma certa contradição:

O indivíduo se educa, se faz homem, na produção e nas relações de produção, através de um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto momentos de educação e de deseducação e, portanto, de humanização e desumanização.⁷³

Esta contradição, ao que se pode observar, encerra a questão da consciência de classe, pois o indivíduo encontra-se em certas relações que o exploram, mas, concomitantemente, permitem que ele adquira consciência e intenção de libertar-se da mesma.

Alguns militantes já visualizavam os resultados funestos que aguardavam os trabalhadores na passagem de uma estrutura artesanal e com mão-de-obra especializada para outra mecanizada e alienante. Nas palavras do operário militante Tolentino de Souza a “divisão do trabalho, que absorve completamente a parte da inteligência que ele emprega na obra que fabrica, pela subordinação constante à máquina” deixaria o trabalhador menos criativo e mais dependente, desaprendendo a produzir de maneira autônoma.

As denúncias observam atentamente o processo de espoliação do trabalhador através da introdução de máquinas que, ao contrário de oferecer melhorias às condições de trabalho, ampliavam o esforço empreendido pelo operário e colocavam-no em risco de uma substituição irreversível. Marx já apontava a lógica expropriadora deste processo “quanto aos serviços executados pelos trabalhadores manuais, podem ser feitos, parcialmente, por máquinas, ou então, visto sua extrema simplicidade, pode-se mudar continuamente e a qualquer momento o pessoal encarregado dessa tarefa enfadonha”.⁷⁴

⁷² *O Proletário*. Rio Grande, 02/08/1896. Apud. PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres da cidade...* Op. Cit. p. 39.

⁷³ PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Os sentidos da formação operária: o trabalho, o estudo e a cultura*. In. *Histórias e Historiografia*. Uberlândia: Ed. da Universidade UFU, 2003. p. 155.

⁷⁴ MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, Parte IV, Cap. XII, § III e V. Apud. GORZ, André. Op. Cit. p. 30-31.

O trabalhador, portanto, ao subordinar-se ao ritmo compassado da máquina, ao seu funcionamento infatigável, perdia sua autonomia de produzir conforme sua capacidade e condições naturais. Ele passava a responder não mais ao ritmo humano, mas a um ritmo mecânico, podendo ser substituído pela máquina quando esta realizasse mais eficientemente a tarefa por ele empreendida. Observe-se, portanto, que os interesses, ações e imposições sobre como deveria se proceder quanto ao trabalho e a produção escapavam da esfera de controle do trabalhador.

Os trabalhadores eram sujeitos dos desdobramentos de um mesmo processo, um a introdução de máquinas funcionando em conjunto com esta mão-de-obra, outro a substituição do trabalhador pela máquina. Ambos incidiam diretamente sobre as formas tradicionais de trabalho, modificavam a relação do operário com seu instrumental de trabalho e também com o resultado da produção, uma vez que o próprio indivíduo podia ser suprimido em certos casos.

Redatores de outros periódicos também mantinham freqüência nas queixas sobre este novo sistema que se instalava. O jornal porto-alegrense *A Voz do Operário*, acompanhando esse desenvolvimento, apontava alguns dos ofícios que mais sofriam com estas inovações, as quais não se referiam somente à introdução de máquinas, mas também à disposição dos operários na fábrica, a organização do espaço interno, a engenharia do prédio. Eram mudanças que respeitavam tanto à economia de espaço e tempo quanto à maximização dos lucros calculados sobre estas variáveis:

Os operários, em sua maior parte, vivem como que seqüestrados do mundo, dos movimentos livres, adstritos a movimentos rítmicos reiterados; em algumas indústrias, principalmente, as condições sedentárias da vida reunidas às circunstâncias deletérias do meio ambiente e a privação do exercício necessário ao gozo de uma saúde perfeita, constituem um atentado à vida dos infelizes trabalhadores. Os alfaiates, costureiras e tecelões são os que estão mais sujeitos a esses esgotamentos de vida pelas circunstâncias acima citadas, cujas conseqüências são o aumento das estatísticas dos anêmicos, tísicos escrofulosos, porque está plenamente provado que a monotonia de muitos gêneros de trabalho origina o aborrecimento e, conseqüentemente, como o tédio provoca a anemia [sic] as mais claras manifestações dela.⁷⁵

O uso de máquinas na produção e a disciplina que elas inauguravam no comportamento dos trabalhadores relacionavam-se ao ritmo do trabalho, sua constância e monotonia. Faltava criatividade ao trabalho, como se pode notar no binômio “monotonia/aborrecimento”, resultante de uma nova ordem imposta sobre os

movimentos do trabalhador. Ao mesmo tempo o texto contrapunha a exploração sofrida a um mundo do qual os trabalhadores não podiam usufruir, um mundo de liberdades e melhor qualidade de vida e saúde que se opunha à realidade de privação e exaustão que lhes cercava.

Michel Foucault em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, afirma que os corpos colocados sob “disciplinas”, ou seja, sob um controle minucioso de suas operações, realizando uma sujeição constante de suas forças e impondo uma relação de docilidade-utilidade, tornar-se-iam “dóceis”, pois submetidos e exercitados por estas práticas. Exemplos da aplicação destas disciplinas, buscando um corpo tanto mais obediente quanto mais útil, poderiam ser encontrados nas forças armadas, nas ordens religiosas, nas prisões e também em fábricas e oficinas.

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.⁷⁶

Faço uso destas idéias desenvolvidas por Foucault, pois considero que sua ótica de compreensão sobre o processo de disciplinarização dos sujeitos e de seus corpos pode bem ser aplicado ao processo de exploração capitalista, cuja lógica era a otimização do tempo e o uso disciplinado da força. Presos à repetitividade de suas tarefas fabris, os operários eram desgastados física e mentalmente, tornando-se indivíduos *anêmicos* e entediados. O formato das jornadas de trabalho que então surgia eliminava também o elemento criativo do trabalho, efetuando a alienação do conhecimento sobre o processo produtivo que caracterizou a Revolução Industrial em seu modelo clássico.

Um conto publicado no *Echo Operário*, de Rio Grande, escrito por um operário que o assinara paradoxalmente como “Sem medo”⁷⁷ (pois, se não tinha medo porque escondia o nome), trazia como argumento central a exploração presente na vida do

⁷⁵ *A Voz do Operário*. Porto Alegre, 01/04/1899. Apud. PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres da cidade...* Op. Cit. p. 41.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Ed Vozes, 1997. 26ª ed. p. 119.

⁷⁷ Conforme opinião das autoras PETERSEN, Sílvia e LUCAS, Maria E., o autor do conto assinado de forma anônima como “Sem medo” era Antonio Guedes Coutinho, líder socialista da cidade de Rio Grande e redator do jornal *Echo Operário*. In. PETERSEN, Sílvia e LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1930)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS/Tchê!, 1992. p. 117.

trabalhador decorrente desta nova rotina imposta com o advento da fábrica. Segundo sua opinião, ingressar na fábrica era como tornar-se prisioneiro em função do regulamento e modo próprios de operar por ela impostos. O conto inicia com a esposa acordando o marido para o início de mais uma jornada de trabalho: “Antonio! Olha que *a fábrica já apitou* há muito tempo e já passou quase toda a gente. Levanta-te, homem!”⁷⁸:

Antonio era o nome do operário que por um capricho da sorte se vira de um momento para outro transformado em escravo de regulamentos severos, quando até os 25 anos tinha gozado da máxima liberdade concedida às classes trabalhadoras, dentro deste regime iníquo e absurdo de que muito tens, muito vales, etc...

.....

Para ele o levantar ao romper do dia, para entrar à hora regimental na fábrica, era o maior de todos os sacrifícios.

.....

[E ele responde à sua mulher] Minha cara, estou farto de apanhar frio no inverno e calor no verão debaixo daquele maldito teto de zinco e vidro, e sempre ameaçado de passar fome se deixo de trabalhar um dia, enquanto que o dono da fábrica sem nada fazer, levantando-se quando quer, comendo e gozando a seu bel-prazer, recebeu no último balanço 40%!⁷⁹

Observa-se, nas palavras do autor, que sua visão da fábrica ligava-se à falta de controle do operário sobre a distribuição do tempo de trabalho, sem que pudesse intercalar sua jornada com outras atividades da vida cotidiana. Da mesma forma tornava-se difícil dosá-lo de acordo com sua capacidade física e/ou condições de saúde. O trabalhador industrial passava a atrelar-se a uma disciplina fabril, inserido numa cadeia de comandos, com espaço e tempo delimitados por vontades e interesses alheios aos seus.

Foucault comenta que na Europa do século XIX, a extensão progressiva do contingente dos assalariados acarretou um esquadramento cerrado do tempo de trabalho. Nas unidades fabris a regulamentação do tempo passa a ser extremamente rigorosa, abandonando-se o ritmo natural da passagem do tempo (noite/dia, verão/inverno). Procura-se, conjuntamente, garantir a qualidade do tempo empregado através de um controle ininterrupto, da pressão de supervisores, da anulação de tudo que possa perturbar ou distrair. É a busca por um tempo “integralmente útil”.⁸⁰ Este objetivo

⁷⁸ *Echo Operário*. Rio Grande, 18/07/1899, p. 2. Grifo meu.

⁷⁹ *Echo Operário*. Rio Grande, 18/07/1899, p. 2.

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir...* Op. Cit. p. 128-129. Jacques Le Goff também já havia pontuado a mudança que o relógio havia imposto ao ritmo de trabalho, embora trabalhasse esta questão para o

disciplinatório pode ser igualmente observado nos regulamentos das fábricas sul-riograndenses na virada do século XIX para o XX, como denuncia o trecho abaixo do *A Luta*:

Entrando 5 minutos depois da hora marcada (quase todo o trabalho é por peça), 100 réis de multa; faltando até a hora de almoço, 300; até o meio-dia, 500; sendo encontrados operários conversando, de 500 a 1\$000 de multa a cada um; quem levar para a fabrica algum livro, folheto ou jornal é multado em 500 réis; subir uma escada, que existe na fábrica, calçado de tamancos, o operário ou operária é multado em 1\$000.⁸¹

A utilização de sanções e multas ligavam-se a este projeto de disciplinarização do trabalhador para seu enquadramento às novas exigências da produção e a uma nova noção de tempo de trabalho. Observa-se nos itens do regulamento da fábrica de meias Companhia Fabril, de Porto Alegre, que os trabalhadores, grande parte deles crianças e mulheres, eram proibidos, sob pena de multa, de conversar durante o trabalho, de fazer barulho com tamancos, de levar quaisquer materiais de leitura para o espaço fabril. Além disso, a cobrança sobre horários de entrada e saída da fábrica era muito rigorosa e um pequeno atraso era razão para descontos significativos no ordenado, sendo que todas as punições eram justificadas para a manutenção da “boa ordem do trabalho” como o próprio redator comenta ironicamente. Mesmo tencionando marcar de forma irônica a razão de tais sanções, esta informação explícita uma visão do que seria o tempo e espaço de trabalho ideais e qualificados buscados pela classe patronal.

A despeito da exploração ser uma experiência vivenciada pelos trabalhadores no seu conjunto, a articulação de propostas para combatê-la era fruto, provavelmente, de uma parcela reduzida destes indivíduos. Estas lideranças tentavam dar uma voz às vontades destes trabalhadores, mesmo que esta voz estivesse filtrada por suas opções ideológicas. Desta forma apareciam nas páginas dos jornais discursos inflamados defendendo as reivindicações identificadas como sendo “da classe operária” e insuflando entre seus pares ações de solidariedade e resistência.

Pode-se observar muitas tentativas de ampliação dos laços de ajuda entre trabalhadores através da sua conscientização em matérias nos jornais operários abordando diferentes temas, dentre os quais os acidentes de trabalho. A frequência de tais acidentes indica, por um lado, a falta de habilidade e perícia dos trabalhadores no

período medieval na sua obra *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980. Trata-se certamente de um outro contexto, mas a lógica é a mesma.

⁸¹*A Luta*. Porto Alegre, 15/12/1906, p. 2.

manejo do maquinário fabril. Por outro, demonstra a insegurança destes implementos inseridos no espaço de trabalho, cujos danos podiam ser irreversíveis e incapacitar o trabalhador para qualquer outra atividade produtiva. A notícia do jornal *A Democracia* demonstra esta vulnerabilidade dos trabalhadores na realização das suas atividades laborais:

Na quarta-feira última foi vítima de um desastre, na fábrica de calçados Progresso Industrial, de que é empregado, o laborioso operário Adão Michalski.

O lamentável sucesso ocorreu na ocasião em que aquele profissional cortava sola em uma nova máquina.

Apesar de reconhecidamente competente no trabalho em que se achava, Adão sofreu a infelicidade de, por descuido ou por qualquer circunstância fortuita, ter o dedo polegar da mão esquerda colhido pela faca da máquina, que dividiu-o ao meio quase que em toda a extensão.⁸²

Pensem quais poderiam ser as opções para um homem adulto manter-se, cuja deficiência na mão comprometia seu trabalho na confecção de calçados. Como poderia ele concorrer ao lado do trabalho feminino e do infantil, tradicionalmente mais rentáveis aos contratadores em razão do salário inferior? Caso fosse necessária sua substituição na fábrica, como ficaria a sua perspectiva em relação a colocação em um novo emprego? Estas são algumas especulações a respeito do acidente sofrido por Adão Michalski, mas não destoam da realidade visto que a frequência de acidentes provavelmente superava a relatada pelos jornais da época, assim como a repercussão dos casos após os acidentes poucas vezes era trazida a público. Contudo, estas questões convergem justamente para as mudanças no processo produtivo e nas formas de exploração dos trabalhadores, que traziam problemas e desdobramentos muito além dos danos ocasionados no momento dos acidentes.

As enfermidades diversas, assim como os acidentes sofridos pelos operários, podiam estar relacionados ao exercício de suas atividades laborais. A descrição da exploração através do excesso de trabalho, da ampliação das horas, da jornada noturna, da insalubridade dos locais em que passavam às vezes 12 ou 15 horas abunda nas fontes consultadas. Um dentre inúmeros casos pode ser vislumbrado no pedido de ajuda feito as páginas do *Democracia Social* que é abaixo transcrito:

POR UMA INFELIZ.

⁸² *A Democracia*. Porto Alegre, 24/03/1907. p. 3.

Reside na Rua Santa Bárbara nº6 uma pobre mulher de nome Maria Madalena, que se acha afetada de gravíssima enfermidade. [...]

Se não fossem os socorros de alguns vizinhos compassivos, a enferma já teria sucumbido à mingua.

Os recursos de que dispõe esta vítima da sociedade de hoje, advindos do trabalho da mesma filha e de outra que está alugada, mal chegará para os remédios, que assim mesmo são insuficientes, como atesta o próprio médico, Sr. Dr. Francisco Araújo, que tem sido de uma solicitude digna dos maiores encômios.

Para atenuar as precárias condições em que se acha essa infeliz, cujo estado é devido ao excesso de trabalho e à natureza insalubre deste, resolvemos abrir uma subscrição, o que fazemos dirigindo um apelo a todos os trabalhadores, cujo apoio esperamos não nos faltará para a realização desta obra de humanidade.⁸³

A solidariedade pedida e esperada pelos jornais operários ao publicarem casos como este demonstrava quão frágil era a condição do trabalhador individualmente e, mais profundamente, nestas situações tão críticas e emergenciais. Defendia-se, portanto, a solidariedade como arma poderosa e imprescindível para luta contra a exploração e contra uma classe patronal defensora exclusivamente dos seus próprios interesses. Era por esta razão, entre outras, que os operários buscavam estratégias alternativas para sobreviver ao conjunto de adversidades que os cercava, o que justifica a análise de formas de solidariedade e ajuda coletiva que buscavam mobilizar.

Os acidentes e doenças advindas do trabalho debilitavam-lhes naquilo que possuíam de mais precioso: seu próprio corpo. Sendo a venda da força de trabalho a lógica da relação assalariada entre patrão e empregado, constituíam-se em verdadeiros bens o corpo e saúde de que os operários dispunham para atender às necessidades do sistema produtivo capitalista. Nesse sentido, não seria exagero compreender a degradação da saúde como a própria expropriação do corpo do indivíduo, uma vez que o mesmo se transmutava em mero instrumento produtivo:

É extensa a série de desastres de que são vítimas operários, no mourejar pelo pão cotidiano!

Em edição passada noticiamos um, ocorrido na oficina da Companhia Progresso Industrial [o acidente ocorrido com Adão Michalski]; hoje trazemos para esta coluna outra triste nova de igual caráter.

⁸³ *Democracia Social*. Pelotas, 03/09/1893. p. 3-4. Em 22/10/1893, publicou-se notícia sobre operários da fábrica de chapéus de Eduardo Silva Carvalho que haviam realizado uma subscrição em nome de um finado colega, cujos filhos haviam sido deixados sob os cuidados da então enferma Maria Madalena. A soma reunida chegara a 20\$300rs e havia sido repassada pela redação da *Democracia Social* à dita trabalhadora. p. 3.

Chama-se Germano Paiva o operário que sofreu o desastre a que nos referimos agora.

O inditoso empregado na fábrica de chapéus do sr. Oscar Teichmann, teve a mão direita colhida em uma das máquinas de aguiar, na ocasião em que trabalhava.

Ao chapeleiro Paiva desejamos pronto restabelecimento; e esperamos que os seus companheiros de classe saibam, no caso, cumprir o seu dever de coleguismo, para com ele.⁸⁴

Nestas circunstâncias, o auxílio ao operário desafortunado, que assim como qualquer um estava “lutando pelo pão de cada dia”, era apontado como um dever moral – que implicava, portanto, solidariedade – a ser cumprido pelos companheiros de trabalho. Como exposto anteriormente, a presença de máquinas favorecia a ocorrência destes acidentes cujas razões podiam ser diversas: despreparo dos trabalhadores, o ritmo intenso do trabalho ou o inadequado funcionamento dos equipamentos. Indicava-se a necessidade de dar algum tipo de suporte ao operário ferido, uma vez que as providências e responsabilidades por tais acontecimentos geralmente recaíam sobre o indivíduo. Por esta razão, fazia-se premente a solidariedade capaz de angariar alguma ajuda material que mitigasse as dificuldades pelas quais o sujeito havia de passar.

Na data da primeira notícia relatando o acidente com operário na fábrica do Sr. Oscar Teichmann, não se mencionara qualquer culpa ou responsabilidade pelo acidente devida ao proprietário do estabelecimento, nem a máquina fora relacionada como causadora ou facilitadora do ocorrido. O mesmo jornal, porém, alguns meses mais tarde atacaria ferozmente a forma como o Sr. Teichmann estava conduzindo as relações de trabalho na sua fábrica, caracterizando-as como práticas exploratórias e criticando duramente o uso que este fazia de maquinário, afirmando que o “proprietário tratou de aumentar a fábrica e substituir o trabalho manual pelo maquinismo”, o que somente aumentava as exigências e a espoliação sobre os operários.⁸⁵

A leitura dos acidentes feita por operários militantes em geral envolvia também o Estado como responsável pela segurança e resguardo do trabalhador no seu local de trabalho. No caso dos socialistas, medidas de caráter reformista, garantindo direitos e fornecendo assistência à classe trabalhadora, faziam parte de sua pauta e uma lei sobre acidentes de trabalho era exigida do governo estadual:

Ainda um desastre! – Como se vai tornando numerosa a série de desastres de que são vítimas os operários em oficinas e em pleno labor!

⁸⁴ *A Democracia*. Porto Alegre, 31/03/1907, p. 4.

⁸⁵ Cf. *A Democracia*. Porto Alegre, 02/07/1907, p. 2.

Parece que a fatalidade quer também demonstrar à própria classe proletária a necessidade da mesma agir no sentido de fazer com que o governo trate de realizar a tão prometida lei sobre acidentes no trabalho.

E essa série de desastres, que colocam infelizes trabalhadores fora da possibilidade de lutar pela vida, durante semanas, meses, anos, ou que, não raro, causam-lhes a morte, vai num crescendo assustador, sem que haja uma qualquer providência cujo escopo direto, real, efetivo seja minorar-lhes os tristes resultados!

A lista daqueles lamentáveis fatos temos hoje a acrescentar mais este: José Marinelli, ativo e hábil profissional empregado na serraria Friederichs, teve a infelicidade de, no sábado último, na ocasião em que trabalhava, sofrer o esmagamento do dedo polegar da mão esquerda.

Enquanto por efeito do desastre, estiver impossibilitado de trabalhar como dantes, Martinelli será compensado disso?

Talvez não porque a doutrina vulgar entre os industrialistas é a seguinte, que ouvimos, não há muitos meses, de um patrão que nunca soube o que é ser profissional do gênero de indústria de cujos proventos goza: ‘Os desastres de que são vítimas os operários - são cavacos do ofício e equívalem, apenas, aos prejuízos pecuniários que os industrialistas sofrem as vezes’.

A esse demos, então, a merecida resposta; mas isto não adiantou nem ainda coisa alguma. O mister é que a classe operária faça com que patrões e governos deste país saibam compreender o caso como o caso é.

Os operários não devem se deixar equiparar a simples máquinas de somenos importância e, ainda menos, a bestas de carga, cuja importância é limitada ao tempo em que podem prestar serviços.⁸⁶

A notícia explicita a crítica ao tratamento dado aos trabalhadores, tomados por meras máquinas. Tinha-se idéia de que o trabalhador ao “gastar-se” seria substituído por outro mais jovem e vigoroso, ou por uma máquina, a qual suprimiria definitivamente o lugar por ele antes ocupado. Assim, buscava-se diminuir os efeitos destas condições de trabalho através da prevenção e garantias materiais nos casos de acidentes e doenças.

Na semana seguinte *A Democracia* publicaria outra notícia sobre acidente ocorrido com operário numa serraria, enfatizando novamente o abandono em que são deixados os trabalhadores em razão da ausência de uma lei que lhes garantisse alguma reparação ou auxílio pelo infortúnio sofrido. Lembrava-se na nota também o problema do tempo de recuperação em que o operário estaria sem receber, pois afastado do local de trabalho pela delicada condição, estaria privado de seus vencimentos até mesmo para lhe auxiliar num mais rápido restabelecimento e retorno às atividades:

⁸⁶ *A Democracia*. Porto Alegre, 07/04/1907, p. 3.

MAIS UM DESASTRE – O operário José Antônio dos Santos, morador à rua Gal. Neto, número 19, quando, um dia desta semana, trabalhava em uma serra circular na serraria do Estêvão Lourenço da Silva, foi vítima de um desastre lamentável.

Lidava, ele, conforme já dissemos, com uma serra circular, quando esta apanhou a mão direita de José Antônio produzindo profundo talho.

Não nos enganamos na demonstração que, parece, faz a fatalidade, a classe operária na necessidade da mesma agir no sentido de fazer com que o governo trate de realizar a tão prometida lei sobre acidentes no trabalho.

Sim, porque quem indenizará José Antônio do tempo em que o mesmo não trabalhar?⁸⁷

Além de exigir do governo medidas que responsabilizassem a classe patronal quanto aos acidentes, mostra-se que se os trabalhadores empregados em oficinas e fábricas sob as ordens de um patrão/proprietário já passavam por muitas dificuldades nos casos de acidentes e doenças, mais crítica era a situação dos que se encontravam “por conta própria”, ou seja, sem um emprego regular. A notícia seguinte publicada em *A Luta* relata um acidente ocorrido com pedreiros, no qual nem o estado, nem a classe patronal contratante dos serviços sentiam-se responsáveis por acidentes, sendo apenas a partir do discurso militante operário que eles eram assim apontados:

VÍTIMAS DO TRABALHO

Os andaimes de um palacete que está sendo construído á praça Júlio de Castilho desabaram quinta-feira última, na ocasião em que os operários trabalhavam.

Na queda ficaram sob os escombros os trabalhadores Antonio Laisseir, Adolfo Margenteis, João Pastro e Antonio Paganini, que saíram horivelmente feridos.

Os srs. empreiteiros, com o fim de ganhar tempo e economizar materiais fazem andaimes ligeiros e de tábuas ordinárias e podres, de forma a ocasionar desastres como estes; e ninguém lhes toma conta por isso. A polícia comparece só para fazer os primeiros curativos e em seguida mandar os operários irem se tratar em casa, como puderem.⁸⁸

Os diversos casos de acidentes apresentados justificam-se pela sua ligação com a exploração do trabalho e as ações de solidariedade. Os acidentes, via de regra, decorriam desta exploração, mas também mobilizavam as ações em prol da defesa e do cuidado dos trabalhadores. As associações de auxílio mútuo criadas por trabalhadores eram organizações destinadas exatamente a ajudá-los nas suas necessidades mais

⁸⁷ *A Democracia*. Porto Alegre, 14/04/1907, p. 4.

⁸⁸ *A Luta*. Porto Alegre, 08/03/1908, p. 1.

emergenciais, contudo, também favoreciam as ações de solidariedade por serem espaços de desenvolvimento de uma sociabilidade entre operários.⁸⁹

As finalidades de muitas dessas associações buscavam cobrir casos de acidentes, doenças, morte e invalidez, pois eram momentos muito críticos que rompiam com a rotina de custos e gastos da vida cotidiana. Estas entidades, pelo seu funcionamento, propunham-se a fornecer melhores condições aos trabalhadores para superarem aqueles momentos que refletiam a agudização de uma condição de explorados.

Um exemplo emblemático deste conjunto de ações que buscavam socorrer o trabalhador encontra-se nos estatutos da Sociedade Beneficente Protetora das Classes Laboriosas, da cidade de Rio Grande. A preocupação com o fornecimento de tais auxílios era uma constante no conjunto de finalidades destas associações, pois estava centrada justamente naquelas questões muito difíceis para os trabalhadores solucionarem individualmente.

Art.2- Fins: 1º) Socorrer todos os sócios e suas famílias, fornecendo-lhes médico, botica e o quantitativo necessário para o enterro.

3º) Concorrer com uma diária de 800rs para sócio simples e 1\$500rs para sócio com família sendo provado por atestado do médico estar impossibilitado o sócio de trabalhar.⁹⁰

Projetos de lei tratando dos acidentes de trabalho foram apresentados em inúmeras ocasiões desde os primeiros anos do século XX (1900, 1904, 1908, 1910, 1915), mas a efetivação de uma lei só ocorreria com o “Decreto Legislativo 13498”, de 12/03/1919. Neste decreto estariam incluídos tanto os acidentes propriamente ditos (causas externas), quanto as enfermidades oriundas do trabalho, abarcando dois dos principais problemas advindos da atividade produtiva. Nele também determinar-se-iam quais seriam as obrigações dos empregadores, tanto os patrões particulares quanto públicos (a União, os estados e os municípios) em relação aos trabalhadores.⁹¹

Observa-se, portanto, um vasto período em que os trabalhadores ficaram descobertos de garantias e deixados à própria sorte quando enfermos ou inválidos pelo

⁸⁹ Para mais informações sobre análises destas associações mútuas ver SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias públicas e privadas: estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: FFCH/PUCRS, 2004; LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe...* Op. Cit.; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja nossa pátria*”... Op. Cit., entre outros.

⁹⁰ *Estatutos da Sociedade Beneficente Protetora das Classes Laboriosas*. Rio Grande: Tipografia do Artista – de Franklin da Fonseca Torres, 1890.

⁹¹ Cf. PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *El proletariado urbano en Rio Grande do Sul – 1888-1919*. Dissertação de Mestrado. México-UNAM, 1977. p. 76.

exercício de suas atividades. Isso significou que a solidariedade entre companheiros devia ser dos poucos recursos com os quais poderiam contar nestas ocasiões e, na falta deles, muito mais difíceis seriam suas condições de recuperação e retomada do trabalho. Quando possível o operário poderia associar-se a uma entidade de auxílio mútuo, mas para aqueles que não dispunham de meios para pagar as mensalidades, a alternativa era contar com a solidariedade alheia que poderia convergir com uma solidariedade de classe.⁹²

A deterioração das antigas relações de trabalho existentes entre patrão e operário era um dos elementos indicados como responsável pela piora nas condições e no tratamento do trabalhador. É claro que as fontes possuem limitações quanto a essa questão, pois não alcançamos a voz do operário comum, daquele que trabalhava em uma pequena oficina ao lado do dono. Porém, os registros nos dão indicações, através da óptica destes militantes, que a mudança nas relações estava ligada ao avanço do processo de industrialização que originava um gradual afastamento entre o operário e o proprietário do estabelecimento. Os interesses ficavam mais demarcados e a exploração acirrava-se, surgiam os empregados intermediários com poderes de mando sobre outros trabalhadores, afastando cada vez mais o operário da figura do seu patrão:

É quando a indústria atinge o grau a que a nossa está próxima a atingir, isto é, quando se centraliza, quando os grandes capitais são postos a seu serviço, quando as pequenas oficinas acabam, quando principia a formar-se a aristocracia industrial, é então que também se põe em evidência o antagonismo do trabalho com o capital, a revolta contra o salário, a questão social, enfim.

Este antagonismo existe naturalmente em toda parte onde existe um patrão que dá um salário e um operário que o recebe, mas existe de uma maneira latente; é neste caso um protesto de homem para homem que não sai fora da órbita das questões pessoais.

Entre o pequeno patrão e o seu operário há um relativo bem estar.

Ambos trabalhadores, participam das mesmas dificuldades, ambos vivem na mesma esfera social, havendo entre eles uma tal ou qual comunidade.

Com o advento da grande indústria estas relações mudam instantaneamente. [...] ⁹³

O afastamento na relação entre operário e patrão deu-se, entre outras razões, em função da complexificação da estrutura fabril, exigindo que novas formas de controle fossem criadas e novos postos de comando instituídos. A existência de supervisores,

⁹² Este é o caso já citado da trabalhadora Maria Madalena que, encontrando-se muito enferma, havia sido auxiliada tanto por vizinhos quanto pela redação de um jornal operário e também por trabalhadores de uma fábrica constituindo, pois, um exemplo desta convergência de solidariedades.

⁹³ *Democracia Social*. Pelotas, 12/11/1893, p. 1.

contra-mestres, capatazes, ou qualquer nome que se dê a esta função, no local de trabalho coordenando e disciplinando o ritmo e comportamento dos trabalhadores foi um aspecto que gerou conflitos no espaço fabril mas, contraditoriamente, também resguardou os padrões das críticas do discurso militante. Conforme Marx:

A subordinação técnica do operário à marcha uniforme do meio de trabalho e a composição particular do corpo de trabalho, formado por indivíduos de idade e sexo diferentes, criam uma disciplina bem militar, que se torna o regime absoluto nas fábricas e desenvolve, amplamente, o já mencionado trabalho dos supervisores e a distinção dos operários em trabalhadores e supervisores, em soldados e suboficiais da indústria.⁹⁴

Quando estes postos eram ocupados por aqueles que um dia já haviam sido simples trabalhadores as críticas eram ainda maiores. Na fábrica de chapéus de Oscar Teichmann ocorrera uma situação em que trabalhadores apelavam ao contra-mestre que levasse em consideração o tempo em que fora operário e se colocasse ao lado dos interesses destes e não dos de seu patrão:

O sr. Adolpho Roever, contra-mestre da fábrica de chapéus Oscar Teichmann e atual presidente da 'beneficência teichmanneana' [sic] acaba de dar, também, uma 'nota' interessante, na questão de salários daquele estabelecimento: respondendo a uma reclamação dos operários da seção de propriagem da fábrica declarou não haver razão para ela pois que os salários que esses companheiros recebem - 'são muito bons'...

Isto diz ele agora, que está ao lado dos interesses do patrão, graças à mamata de contra-mestre. Entretanto, quando sendo simples operário, como nós, sofrem [sic] redução no salário, isto é – quando o sr. Teichmann aboliu o seu ordenado fixo e obrigou-o a trabalhar por obra, sujeitando-o, portanto, às eventualidades de falta de material, etc., ele foi o primeiro a gritar que nenhum chapeleiro poderia sustentar-se, e, ainda menos, com família, ganhando tão pouco. E naquela ocasião os preços do trabalho da propriagem eram superiores aos de hoje! [...]

Sr. Roever! Seja justiceiro, seja criterioso; não continue a auxiliar quem prejudica aqueles a cujo número já pertenceste e à cuja condição ainda podereis voltar. Recordai-vos do tempo em que fostes simples operário também. Deixai de ser inimigo dos interesses legítimos, justíssimos dos trabalhadores. [...] ⁹⁵

Na Fundação Alberto Bins, a situação denunciada pelo jornal porto-alegrense *A Luta* em um texto de Cecilio Dinorá dava uma descrição muito mais violenta da relação entre trabalhadores e contra-mestre, exemplificando a disciplina imposta através do abuso de poder e do desmando:

⁹⁴ Marx, Karl. *O Capital*, Livro I, Parte IV, Cap. XII, § III e V. Apud. GORZ, André. Op. Cit. p. 32.

- Quem é o mestre de vocês? [perguntava Cecílio Dinorá ao menino operário de 12 anos de idade]

- É aquele: o seu José.

- É bom para vocês?

- Ih! é danado! às vezes da cada trombaço na gente... olhe aquele rapaz ali esta, o Ângelo Minossi, estes dias o mestre montou à cavalo nele e deu-lhe uma porção de socos.

- E vocês agüentam isso?

- Que é que vai se fazer? a gente precisa ... respondeu-nos o rapaz lançando-nos um olhar de angustiosa resignação e encolhendo os ombros.⁹⁶

A exploração sobre o trabalho da classe operária esteve atrelada a uma série de mecanismos através dos quais a classe patronal expropriava e subjugava o trabalhador. Os acidentes, as doenças, a ampliação da jornada, a imposição de horários de entrada e saída, as multas, a mecanização, eram alguns aspectos desta exploração e derivavam do avanço do sistema capitalista e suas relações sociais. A exploração proporcionou uma experiência comum aos trabalhadores quanto mais estas práticas se desenvolveram e disseminaram. Foi um processo que, se não diminui automaticamente as diferenças e heterogeneidade da classe trabalhadora, certamente ampliou sua experiência comum e estreitou suas relações intra-classe.

1.2. A carestia, os salários e as condições de moradia

A vida da classe operária, assim como das camadas populares em geral, foi marcada pela profunda precariedade, carestia, insalubridade, baixa estimativa de vida e carências de toda ordem. Este quadro vincula-se diretamente à exploração desta classe que, pelos seus baixos salários e elevada carga de trabalho, mantinha uma existência muito miserável e com pequenas chances de melhora efetiva.

Os jornais, especialmente os da imprensa operária, assim como em relação à exploração sobre o trabalho, traziam constantes notícias e críticas referentes aos problemas cotidianos que afligiam os operários. As questões trazidas pelos jornais referiam-se às habitações operárias, aos baixos salários, ao custo dos gêneros de subsistência, problemas que compunham a experiência de uma classe explorada fundamentalmente através de seu trabalho.

⁹⁵ *A Democracia*. Porto Alegre, 21/07/1907, p. 4.

⁹⁶ *A Luta*. Porto Alegre, 19/07/1908, p. 2.

Uma das questões tratadas com muita frequência pelos jornais operários era a discrepância entre os salários e o preço dos gêneros de primeira necessidade. O jornal *O Proletário*, da capital, afirmava que “os gêneros e os aluguéis das casas sobem e os ordenados descem”⁹⁷:

Da maneira que correm tais coisas que, dizem ser efeito do câmbio, é de esperar que qualquer dia o homem trabalhador terá de ir de escopeta em punho, para as estradas, porque com seu pequeno ordenado não poderá sustentar-se a si e sua família. [...] ⁹⁸

Era muito limitado o padrão de consumo da classe operária e altos os custos básicos de sobrevivência. Muitas vezes, todo o ordenado era despendido somente com itens de primeira necessidade. Os salários ficavam sempre aquém das despesas e as necessidades mais urgentes anulavam os confortos e a qualidade de vida, como exemplifica o trecho abaixo:

Na impossibilidade de morar num cortiço cujo aluguel é de 6 a 8\$000 mensais e na impossibilidade ainda maior de encontrar prédios cujo custo seja equivalente à sua renda, como geralmente se encontra nas cidades industriais, estes homens têm de alugar uma destas habitações que até agora tem se conservado entre 20 e 30\$000 mensais.

Demos-lhe, porém, para casa e água 20\$000
 Gastando 2 k de carne por dia, 1k a cada refeição, e custa-lhes mensalmente 21\$000
 Dois k de toucinho 2\$200
 Açúcar, 1k, ou seja, ½k por dia, a 700 réis, cujo custo é de açúcar ordinário 10\$000
 Pão, 320 [gr.?] por dia, o que é bastante restrito para três pessoas 9\$600
 Café, 4k a 2\$, preço este pelo qual se compra mais milho que café 8\$000
 Arroz, 8k a 320 [réis?] 2\$560
 Verdura e temperos a 100 réis por dia 3\$000
 Lenha 4\$000
 2 e ½ dúzias de velas de sebo, isto é, uma vela por dia 2\$000
 Dois pacotes de fósforos (um fumante gasta uma caixa por dia) 1\$000
 Fumo para o dono da casa 1\$500
 Aluguel de cubo para matéria fecais 1\$000
 Soma 90\$160
 Temos aqui um saldo mensal de 840 réis!
 [...]

Nunca, no Brasil o povo se viu em tão pobres circunstâncias.⁹⁹

⁹⁷ *O Proletário*. Porto Alegre, 02/08/1896, p. 6.

⁹⁸ *O Proletário*. Porto Alegre, 02/08/1896, p. 6.

Retomando *O Proletário* do ano de 1896, eram muito semelhantes as suas queixas àquelas do seu “colega” de Pelotas *A Democracia Social* a respeito dos problemas da carestia:

Parece-nos que de dia para dia, tudo vai se tornando cada vez mais caro. [...]

Pois um homem que é artista e que perdeu seu tempo a estudar, para mais tarde ter o seu futuro, trabalha das 7 da manhã até o escurecer, para muitas vezes ganhar quatro ou cinco mil réis, e tem uma família regular, não poderá de maneira alguma viver decentemente, com toda a economia que fizerem não poderá gastar menos do que se vê na tabela abaixo:

Carne 1\$000	Batatas \$120	Luzes \$100
Feijão \$300	Farinha \$100	Sabão \$100
Arroz \$300	Água \$160	Aluguel da casa
Banha \$100	Açúcar \$400	por pequena que seja 1\$500
Lenha \$240	Café \$300	Limpeza \$60
Temperos \$100	Pão \$320	Se tiver filhos pequenos
		terá de leite <u>1\$300</u>
		6\$500

Pela tabela acima já se vê que também fuma-se e vestem-se, porque não se pode andar nú!

E de que maneira o operário que ganha 5\$000 poderá viver, com tal carestia! [...]

Mas isso não é nada decente, portanto *deveno-nos unir* e pedir aos patrões que sejam mais condescendentes conosco para sermos com eles [...].¹⁰⁰

Observa-se que o apelo feito à união buscava aproximar os trabalhadores colocando-os a par dos problemas alheios (muito semelhantes aos seus) e favorecendo a construção de alternativas coletivas às dificuldades enfrentadas. Ao mesmo tempo, cabe chamar a atenção para a semelhança quanto a forma narrativa utilizada pelas lideranças operárias nas páginas da sua imprensa para tratar de tais problemas, como a listagem de preços dos itens de consumo amplamente utilizada na construção destas notícias.

Existe uma marcada preferência destas militâncias por chamar a atenção para certas reivindicações indicadas como as “mais urgentes” ou as que os operários mais compartilhavam. Se existe uma distância intransponível para o pesquisador entre a realidade vivida pela classe operária e àquela descrita pelas suas militâncias, o fato é que existe uma prática de doutrinar os ditos “trabalhadores comuns” a reconhecer certos tipos de demandas e exigências como específicas da classe e não outras.

⁹⁹ *A Democracia Social*. Pelotas, 09/07/1893, p. ?.

¹⁰⁰ *O Proletário*. Porto Alegre, 02/08/1896, p. 3. Grifo meu.

Solidariedade e união não são expressões que possam ser substituídas uma pela outra nos discursos de militantes, mas possuem uma inter-relação. É o caso da melhoria nas condições de vida através da solidariedade de classe e da coesão das ações. Muitas vezes, como foi exemplificado na primeira parte deste capítulo, a ausência de solidariedade e de união dos trabalhadores para alguma ação resultaram na manutenção de práticas exploratórias ou num aprofundamento das mesmas.

Os elevados custos com alimentação e aluguel não permitiam investimentos em saúde, instrução, moradia própria ou lazer. Da mesma maneira ficavam relegados mobiliário e vestimenta, além dos gastos com doenças e acidentes serem sempre desesperadores, pois atingiam o frágil funcionamento dessa economia doméstica.

O jornal *A Democracia* trazia para o ano de 1907 informações sobre o que representaria o gasto médio diário em produtos e serviços elementares à sobrevivência de uma família operária composta por quatro pessoas. Este tipo de informação é muito importante, pois oferece um ponto de referência para analisarmos as queixas sobre os baixos salários em relação aos gastos com manutenção básica:

Cálculo dos gastos diários (mínimos) de uma família trabalhadora composta pelo casal e dois filhos. Para esta família foi considerado um ganho diário de 3\$583rs. aproximadamente, tendo três de seus membros empregados. [seguem os valores] Carne, 400rs; pão, 300rs; leite, 400rs; hortaliças, 240rs; lenha, 500rs; luz (vela ou querosene), 100rs; café, 200rs; açúcar, 240rs; feijão, 150rs; farinha, 60rs; massa para sopa, 100rs; arroz, 250rs; banha, 200rs; temperos, 140rs; batatas, 100rs; sabão, 250rs; carvão, 40rs; Aluguel da casa 20\$000; água, 40\$000, serviço de remoção de materiais fecais, 4\$000, despesas estas mensais que regulam por dia 933 réis. Custo de vida diário totaliza 4\$603, portanto, um déficit de 1\$020rs.¹⁰¹

Estas condições que, em 1907, eram anunciadas pela imprensa operária como urgentes de mudança, já eram experimentadas duas décadas antes, visto que os problemas que relacionavam carestia e baixos salários podem ser tomados como permanentes. Foram bandeiras da luta operária ao longo dos anos e, por não receberem respostas efetivas e duradouras, exigiam dos operários respostas constantes tais como a criação das relações e redes de solidariedade.

Um outro problema também existente referia-se aos armazéns ligados às fábricas e empresas criados para, supostamente, facilitar a aquisição de produtos por parte dos trabalhadores. Entretanto, através desse sistema descontavam-se os gastos dos trabalhadores com alimentação e outros produtos (fumo, aguardente, roupas)

diretamente da sua fonte de renda. Os preços dos gêneros nestes armazéns eram normalmente muito acima do preço de mercado e, não raras vezes, faziam com que os trabalhadores se endividassem com os proprietários empenhando o total dos seus rendimentos, permanecendo nos locais de trabalho para saldar estas despesas. Assim noticia o periódico *A Luta* de um ocorrido no ano de 1910:

Segundo lemos no Carasinho, folha que se publica na localidade donde tira o nome, grande é o numero de trabalhadores que têm abandonado o trabalho da construção da Estrada de Ferro de Passo Fundo, devido a maus tratos e a serem pessimamente pagos.

Os salários ali são mesquinhos, muito aquém do que os srs. encarregados de agenciar pessoal prometem e, além disso, os gêneros são ali fornecidos por armazéns da própria empresa e por preços exorbitantes.

Aquele jornal deu noticia de dois trabalhadores russos que passaram por Carasinho, de volta da estrada de ferro, e que vinham na mais dolorosa situação, rotos, esfomeados, doentes e sem dinheiro.

Acantelem-se, portanto, os trabalhadores e não se deixem iludir por pessoas que ganham um tanto por cabeça das vítimas que remetem para a construção da Estrada de Ferro de Passo Fundo.¹⁰²

Como se pôde observar pelo que até aqui foi desenvolvido, uma das principais causas da pauperização da vida operária centrava-se no valor pago pelo trabalho. O salário dos trabalhadores era um dos principais pontos em que se efetivava a exploração, pois, a normalidade era a remuneração não acompanhar nem o crescimento dos preços, nem o aumento da jornada de trabalho. Contudo, pressões e ameaças faziam com que os trabalhadores não abandonassem o emprego, nem mesmo reivindicassem melhorias.

A necessidade da manutenção do emprego, impondo aos trabalhadores condições de trabalho que desrespeitavam as normas estabelecidas, fizera com que o jornal *A Democracia* publicasse a seguinte denúncia:

As fábricas de Oderich & C. e Christiano Trein pagam aos seus funcionários o mísero salário de 3\$000 diários, obrigando-os a um horário penoso e despropositual. O trabalho começa as 4 horas da manhã e termina as 7 da noite. Poucos são os que recebem 3\$500 de salário [...].¹⁰³

Essa notícia a respeito da baixa remuneração e da extensão da jornada de trabalho se dá em 1907, um ano após a primeira greve geral do estado, cuja principal

¹⁰¹ *A Democracia*. Porto Alegre, 06/01/1907, p. 2.

¹⁰² *A Luta*. Porto Alegre, 01/05/1910, p. 4.

¹⁰³ *A Democracia*. Porto Alegre, 02/07/1907, p. 1.

exigência e motivo originário fora a reivindicação pela diminuição das horas de trabalho. Vê-se que um acordo firmado entre trabalhadores e classe patronal (a jornada de 9 horas), conquistado através de uma greve, era francamente descumprido e nem por isso fazia com que os operários deixassem de ir trabalhar ou com que se revoltassem por serem mantidos por até 15 horas diárias naquele estabelecimento.

Estes indivíduos experimentavam a “insegurança estrutural”, nas palavras de Mike Savage, visto que esta situação apresentava as marcas profundas da incerteza quanto às provisões futuras e mesmo quanto ao sustento no presente.¹⁰⁴ Nestes casos, as opções eram escassas e muito pouco se podia oferecer a estes trabalhadores além da solidariedade alheia para sua sobrevivência.

Algumas ações preventivas eram realizadas pelas lideranças operárias, mesmo que pontualmente, para evitar que os trabalhadores fossem enganados ou levados a um maior grau de exploração. Isso é o que se pode observar na notícia publicada em jornal operário da capital:

Tendo os proprietários da fábrica de chapéus “Pelotense” anunciado em diversos jornais desta capital e escrito a um nosso companheiro precisar de dois planchadores e outros bons oficiais, julgamos conveniente prevenir os chapeleiros que não se deixem iludir. O gerente daquela fábrica as vezes anda atacado dos nervos e é presa da mania de impor certas coisas que um operário consciente não pode admitir e além disso o trabalho é dado por peça e por preços ínfimos. [...]

O horário de trabalho é ali também superior ao conquistado aqui pelo operariado.¹⁰⁵

Ações como esta buscavam salvaguardar os trabalhadores dos riscos de assumir postos de trabalho em certos estabelecimentos que, por experiências anteriores, sabia-se que praticavam irregularidades e abusos em prejuízo dos operários. Era uma rede de saberes e experiências compartilhadas e tornadas comuns que envolviam desde a circulação de informações sobre locais de trabalho cujas relações produtivas prejudicavam a classe, quanto o esforço em lembrar permanentemente as conquistas e direitos dos trabalhadores, dos quais não podiam abrir mão, sob pena de um retrocesso nas suas lutas. Da mesma maneira alertava também um outro periódico sobre as condições de trabalho e a necessidade de agir coletivamente:

Diariamente ocorrem verdadeiras iniquidades nas oficinas tipográficas.

¹⁰⁴ SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. Op. Cit. p. 33.

¹⁰⁵ *O Exemplo*. Porto Alegre, 11/08/1911, p. 4.

Já não queremos falar na minguada diária que tiram os obreiros num trabalho exaustivo e em oficinas cujas condições higiênicas deixam muito a desejar. Isso já passou aos hábitos e os nossos colegas nem de longe se lembram de os remediar. Referimo-nos às mortificações morais a que se vêm obrigados a sujeitar os tipógrafos para não perder o sempre duvidoso pão quotidiano. [...]

O que é preciso é que quando se dê uma ofensa qualquer a um nosso companheiro de trabalho, não nos tornemos indiferentes; protestar imediata e energicamente e ser solidário em tudo com o ofendido, porque amanhã seremos nós os atingidos pelo mesmo mal. [...]

Um fato para ilustrar as nossas afirmações. Há dias no *Jornal do Comércio*, dois tipógrafos fizeram um avulso em forma de jornal (4 páginas) e feito o trabalho apresentaram a fêria. O proprietário, como é de praxe, achou exagerado o preço cobrado e corroborado pelo administrador, estabeleceu o preço de 20&500. Os operários recorreram a um colega, administrador doutra casa que avaliou o trabalho em 30&000.

Consideraram isso ao patrão e este respondeu que o preço era o que tinha dito e que se quisessem, os tipógrafos, fizessem o preço que entendessem, que pagava e os despediria!

Os operários, na certeza de que não tinham o apoio de ninguém, submeteram-se.

E os demais operários que ali trabalham não quiseram compreender que esse fato importa um prejuízo e uma desmoralização para a classe e que amanhã serão eles igualmente prejudicados e desmoralizados pelo patrão.¹⁰⁶

Vemos nesta situação que a pressão exercida pelos patrões sobre a questão dos salários e da perda do emprego causava grande receio nos trabalhadores de partirem para um embate mais profundo na defesa de seus interesses. A solidariedade, tão defendida e propalada, podia nem sempre oferecer a segurança necessária para tomarem atitudes mais enérgicas quanto às suas demandas, acabando por cederem às imposições e ameaças, resultando em aprofundamento daquela exploração. Isso decorria, geralmente, de atitudes individualistas e interesses particulares contrários à lógica da ação mútua e da solidariedade de classe.

Ainda assim, observa-se que através destas notícias, os jornais operários se esforçavam por ensinar aos trabalhadores que o caminho mais seguro e eficaz no alcance de suas demandas era através da solidariedade com aqueles que necessitavam, investindo-se em ações amparadas pela força do coletivo. Em 1896, o jornal *Echo Operário* de Rio Grande publicara uma notícia que dizia enfaticamente: “seja como for a verdade é que a crise bate-nos a porta e nos ameaça e só a união pode salvar-nos”.¹⁰⁷ Nesta e em outras colocações das militâncias pode-se observar, portanto, que havia um investimento da parte delas em pontuar repetidamente as “lições” que podiam ser tiradas

¹⁰⁶ *A Luta*. Porto Alegre, 20/06/1908, p. 2. Grifos do original.

¹⁰⁷ *Echo Operário*. Rio Grande, 30/09/1896, p. 1. Grifo meu.

de casos concretos para “ensinar” aos trabalhadores seus direitos, suas reivindicações e suas conquistas.

O jornal *A Democracia*, de Porto Alegre, estampara em suas páginas em 1º de maio de 1905 uma idéia que corrobora a da notícia anterior, observando-se que apesar das duas estarem separadas por quase uma década, era pequena ou ainda muito frágil a união entre os operários na opinião dos redatores do periódico porto-alegrense:

Operários! Refleti nessa indiscutível verdade: *unidos e resolutos seremos invencíveis*, porque, além de sermos os produtores, *somos a maioria!*

Tenhamos *consciência de nossa força*, tanto quanto tenhamos *consciência de que abusam de nossa humilde posição*.¹⁰⁸

Os jornais acabavam funcionando como meios de reforço e reiteração de certas experiências ligadas à exploração. Estes veículos traziam para o foco de suas denúncias e manifestos a importância da solidariedade e da união nas lutas em combate à exploração da classe operária. Esta exploração era comum a cada trabalhador individualmente, mas só ganhava sentido como experiência de classe ao ser compartilhada e dividida com os demais. Assim uma experiência que os prejudicava também lhes dava um ponto de apoio para a solidariedade se efetivar. E, ainda que grande parte dos trabalhadores fossem iletrados, havia a transmissão de informações e conhecimentos de forma oral, fosse pela leitura coletiva, pela comunicação em assembleias e reuniões ou simplesmente pela disseminação informal em bate-papos na vizinhança, em conversas de bar, festividades, etc.

Anarquistas e socialistas, as duas principais correntes que disputavam liderança do movimento operário gaúcho, compartilhavam do interesse em melhorar as condições de vida e trabalho da classe operária, a despeito das diferenças nas propostas que cada grupo apresentava.

Os anarquistas eram, em geral, contrários às atitudes que envolvessem algum tipo de negociação com autoridades ou poder público. Defendiam que os trabalhadores deveriam se organizar em sindicatos e criar cooperativas para proverem, de forma autônoma e a partir da sua coesão, as suas necessidades econômicas. Quando a situação exigisse, se usaria o recurso das greves ou outras mobilizações com o objetivo de pressionar a classe patronal.

¹⁰⁸ *A Democracia*. Porto Alegre, 01/05/1905, p. 3. Grifo meu.

Os socialistas, por sua vez, buscavam conquistar benefícios para os trabalhadores através da luta econômica levada à arena política. Eles acreditavam que um dos meios mais eficazes de conseguir mudanças efetivas nas condições da classe operária era pela via eleitoral. Isso fica explícito no Manifesto de fundação do Partido Operário¹⁰⁹ no ano de 1905, publicado pelo periódico *A Democracia*, que atuava como porta-voz dos socialistas em Porto Alegre:

A postos operários residentes no Estado do Rio Grande do Sul. Habilitemo-nos todos para enfrentar com nossos dominadores no terreno político, que é onde dificultam os meios para nossa emancipação; qualifiquemo-nos eleitores e concorramos, dispostos, aos prélios eleitorais; urge derrocar o principal reduto dos adversários de nossa classe!¹¹⁰

O jornal *A Democracia*, por se tratar de um órgão ligado aos interesses de lideranças socialistas, estava atento às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e aos excessos cometidos pela classe dominante. O referido Manifesto de 1905 destacava também o problema da carestia ligada à falta de amparo pelo Estado, o que justificava a via da luta política defendida pelos socialistas:

[...] à nossa custa vivem todos os funcionários públicos, desde o chefe do governo ao mais humilde servente de repartição, desde os marechais ou almirantes à última *praça de pret* do exército ou da armada, - pois, são os pobres trabalhadores que concorrem para as despesas do Estado, visto que a ele fazem, afinal pagar todos os gastos, e aumentados quase sempre nos aluguéis das casas que moram, na compra de comestíveis, de roupa, etc.¹¹¹

Ações solidárias promovidas por entidades de trabalhadores, como a Liga Operária de Pelotas¹¹², buscaram no passado resolver tais problemas. Esta entidade enviara em 1893 uma carta às autoridades do estado e do município, respectivamente o

¹⁰⁹ Já em 1890 havia-se efetuado a fundação de um Partido Operário no estado e em 1897 um Partido Socialista. Cf. PETERSEN, Silvia e LUCAS Maria E. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1930)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS/Tchê!, 1992. p. 81 e p. 89.

¹¹⁰ “Manifesto do Partido Operário ao operariado no Rio Grande do Sul”. *A Democracia*. Porto Alegre, 01/05/1905, p. 2-3.

¹¹¹ *A Democracia*. Porto Alegre, 01/05/1905, p. 2-3. Grifo do original.

¹¹² Algumas informações a respeito desta entidade são importantes. Originara-se da transformação de uma outra, chamada Congresso Operário, que comportava em seu seio também membros da classe patronal. Quando surgira em 1890, esta entidade mantinha a presença de membros da burguesia, mas em sua diretoria participavam também militantes socialistas. Porém, nas duas décadas seguintes à sua fundação, fortaleceu-se o perfil republicano/burguês, o que resultou num esvaziamento dos operários de seu corpo social. LONER, Beatriz A. *Construção de classe...* Op. Cit. p. 169-172.

Presidente do Estado e Vice-Presidente da Intendência, solicitando providências quanto aos efeitos da carestia sobre a vida dos trabalhadores. Argumentava que a escassez dos produtos no mercado estadual dava-se “em virtude dos comerciantes estarem exportando tais gêneros de primeira necessidade, aumentando seus lucros”¹¹³, resultando num aprofundamento da espoliação que sobrevinha aos trabalhadores. Mas, como bem se observa ainda em 1905, os trabalhadores questionavam o poder público sobre as mesmas demandas de mais de uma década atrás.

O quadro das condições de vida operária era, portanto, muito precário. Mas, a particularidade que o difere de outros momentos históricos, como já observei, é a experiência de exploração capitalista que o produzira, a qual nunca antes havia sido vivida pelos trabalhadores. Uma exploração cujos efeitos eram diversos e, muitos deles inéditos, tais como a alienação do trabalhador, a perda da criatividade produtiva, o surgimento de um exército de mão-de-obra assalariada excedente, a desumanização do homem frente ao advento da máquina. Por esta razão é importante tratar as características desta vida operária como resultante, em parte, das relações sociais que se estabeleciam e das imposições do sistema produtivo que se implantava.

Para uma melhor dimensão dos problemas enfrentados pelos trabalhadores – que não são quaisquer problemas, mas aqueles os militantes identificavam como decorrentes de uma exploração da classe e que poderiam resultar em solidariedade ou conflito – devemos observar também os espaços fora dos seus locais de trabalho. Para isso, analisaram-se as condições de habitação desta classe, sendo a casa o local para onde regressavam após longa e exaustiva jornada de trabalho. A despeito de não serem locais de grande socialização – provavelmente os bares e outros redutos dessa espécie fossem mais propícios – as habitações interessam neste estudo, pois, descreviam materialmente as condições exploratórias do trabalho operário.

Frederich Engels, analisando a situação da classe operária inglesa, identifica características curiosamente idênticas àquelas vivenciadas pelos operários gaúchos aqui analisados. Pode-se inferir, talvez a existência tanto de um padrão de características de vida e trabalho quanto um padrão discursivo no apontamento destas características e das lições que se queriam tirar delas. O momento histórico de nossos estudos é concomitante e observa-se a reprodução das condições e também das experiências destes operários na

¹¹³ *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 13/04/1893, p. 2.

Inglaterra, no Brasil ou em qualquer outra grande cidade industrializada do mundo conforme Engels¹¹⁴:

[...] o que é verdade para Londres é também para Manchester, Birmingham e Leeds, e é verdadeiro para todas as grandes cidades. [...] foi obra da indústria que permitiu aos proprietários destes estúbulos alugá-los como se fossem habitações de seres humanos, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas em seu exclusivo proveito; [...] Isto foi obra da indústria, exclusivamente, ela não poderia existir sem estes operário, sem a miséria e a servidão destes seres. [...] *Por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar um melhor.*¹¹⁵

Era comum que muitos operários vivessem em cortiços, habitando espaços minúsculos e sem condições mínimas de higiene, cujos aluguéis devoravam parte significativa dos seus ganhos. Muitas residências não dispunham nem mesmo de água potável, visto seu custo e parca distribuição na virada para o século XX, em Porto Alegre.¹¹⁶

A má distribuição de água somava-se aos problemas de saneamento e coleta de lixo. As casas, em sua grande maioria, não possuíam esgotos e os dejetos eram removidos através de “cubos”, duas a três vezes por semana, por empregados municipais, serviço que também era pago pelos trabalhadores.¹¹⁷ O lixo era geralmente descartado no fundo dos quintais, queimado ou colocado em frente às calçadas das casas, garantindo uma paisagem pouco convidativa à circulação humana.

O fornecimento de energia elétrica, por sua vez, também era muito irregular. A Companhia Fiat Lux restringia seu fornecimento ao centro da cidade e a iluminação pública ainda era feita com lampiões a gás no final do XIX e início do XX.¹¹⁸ A população pobre habitava moradias mal iluminadas, utilizando-se de lampiões a óleo ou querosene e, na sua ausência valendo-se mesmo de velas de sebo e cera. Seu uso parece ter sido bastante comum entre as famílias pobres, pois aparecem nas descrições dos gastos orçamentários nas notícias sobre carestia.¹¹⁹

¹¹⁴ A precariedade das moradias operárias é lugar-comum no processo de industrialização e sua caracterização pode ser mesmo considerada um efeito clássico da inserção capitalista.

¹¹⁵ ENGELS, Frederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora, 1986. p. 36 e p. 66. Grifo meu.

¹¹⁶ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. p. 75.

¹¹⁷ Idem, *Ibidem*. p. 75.

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*. p. 75.

¹¹⁹ Ver lista de produtos na notícia do jornal *O Proletário* de 02/08/1896, já citada neste capítulo, ou na notícia do *A Democracia* de 06/01/1907, também já citada.

Já em 1883 a Companhia União Fabril da cidade de Rio Grande em seus relatórios propunha a construção de casas para operários a serem alugadas a preços acessíveis e próximas à fábrica:

Conviria edificar junto à nova fábrica, casinhas para alugar aos operários, para comodidade dos mesmos e segurança do estabelecimento, e ao mesmo tempo oferecendo resultado vantajoso mesmo a aluguel muito módico naturalmente garantido pelos salários.¹²⁰

E ainda no mesmo relatório da empresa para este ano encontravam-se efetivados os planos de construção habitacional para os funcionários, no qual também se mencionava que, a despeito dos onerosos custos com este empreendimento, ele seria “de hoje em diante uma fonte de receita”¹²¹. Evidentemente que tais ações realizadas pela empresa buscavam otimizar o trabalho dos operários em favor de seus lucros. Somava-se a isso que, ao invés dos trabalhadores pagarem a outrem pelas casas habitadas, esta renda reverteria também para a própria empresa. Destaca-se igualmente que a criação de vilas e bairros operários próximos às fábricas favorecia um maior controle das atividades e da rotina dos seus trabalhadores.

Quanto a Porto Alegre, o arrabalde do bairro Navegantes que, a partir da década de 1910, concentraria indústrias e um considerável número de operários lá empregados e morando nos arredores, encontrava-se em 1907 necessitando ainda de grandes melhorias. A grade população operária que o habitava encontrava-se em meio ao descaso da Intendência Municipal:

O arrabalde, com bonde elétrico, inaugurado poucos anos antes, em 1907, progredira bastante; as ruas, porém, continuavam praticamente intransitáveis, não havia água, salvo a dos banhos e das enchentes; a iluminação era apenas simbólica; existiam fios e lâmpadas que mal encandeciam, semelhando brasas penduradas aos postes.¹²²

O poder público demonstrou algum interesse pela questão habitacional nos anos subsequentes, devido aos cumulativos problemas que ela gerava. No relatório e projeto de orçamento apresentados ao Conselho Municipal no ano de 1912 pelo intendente José Montauray constava que:

¹²⁰ “Relatório da Sociedade Comandataria em Ações Rheingantz & C. 1884. Ano Social de 01/09/1883 a 31/08/1884”. PESAVENTO, Sandra et.al. *Memória da indústria gaúcha*. Porto Alegre, UFRGS/FEE. p. 197.

¹²¹ Idem. Ibidem. p. 197.

Na última sessão ordinária votou o Conselho o crédito necessário para a construção de um certo número de casas de operários que permitisse a Intendência conhecer o custo exato de cada tipo determinado por um certo número de peças – e daí estabelecer favores à empresas ou particulares, que quisessem sujeitar-se às condições idênticas às estabelecidas pela Intendência para ocupação destas habitações.

.....

Parece-me que o juro máximo líquido não deverá exceder ac [sic] de seis e meio por cento já bastante remunerador, ao qual deverá ser acrescido uma porcentagem nunca superior a 2,5% para despesas de concreto, impostos e outras, podendo o locatário se o quiser, ficar proprietário da habitação mediante pagamento de prestações calculadas [...].

.....

Penso que somente desse modo se poderia conseguir habitações higiênicas, confortáveis e de pouco valor locativo, facilitando-se assim a subsistência do proletariado.¹²³

Como se observou, no Navegantes em 1907 já havia notícia da circulação de bondes, embora o bairro enfrentasse uma série de outros problemas. Ainda assim, os gastos que os trabalhadores tinham com passagens e as dificuldades de deslocamento para o trabalho mantiveram-se ao longo da década de 10. Tais questões foram contempladas nas propostas sobre os transportes urbanos feitas pelo conselheiro municipal do Partido Republicano em 1917, Francisco Xavier da Costa, nesta época ex-militante socialista:

Considerando que dentre as providências desejadas pelo operariado porto-alegrense e solicitada aos poderes públicos, uma das mais justas é a que importa serem barateadas nos carros da Companhia Força e Luz, as passagens para operários em serviço.¹²⁴

Ainda assim, a despeito de ações de iniciativa privada e também do poder público nos investimentos em casas para operários, transporte e planejamento urbano, estes problemas de fato não eram solucionados, apenas pontualmente tratados.

Para compreendermos, portanto, no que se relaciona a exploração vivida por esta classe com a sua formação, temos de considerar as relações de solidariedade entre os trabalhadores, ou mesmo aquelas de conflito, como profundamente atreladas a estas experiências de exploração. Devido ao amplo uso das fontes hemerográficas,

¹²² “Orientação Econômica e Financeira”. Porto Alegre, 11:18-21, abr. 1943. In. PESAVENTO, Sandra J. et al. *Memória da Indústria Gaúcha. Das origens a 1930. Documentos*. Porto Alegre: Ed Universidade UFRGS, 1987. p. 265.

¹²³ “Relatório e Projeto apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre pelo Intendente Engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão no ano de 1912. p.18-21”. Idem. Ibidem. p. 249.

¹²⁴ “Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre. 1917”. p. 74-75. In. PESAVENTO, Sandra J. et al. Ibidem. p. 250.

especialmente as da imprensa operária, para análise das características selecionadas, podemos dizer que, em grande parte, estes jornais mais do informando estavam “formando” os trabalhadores aos quais se dirigiam. Mesmo que possa parecer uma relação imediata “exploração-solidariedade”, ela não o é, e a tradução cultural destas experiências em *relações de classe entre operários* passava necessariamente por um aprendizado devido à constância das características de sua condição e o permanente processo de identificá-las com demandas e interesses comuns.

*
* *

A exploração, por ser uma experiência central na vida operária e geradora tanto de relações de solidariedade quanto de conflito, foi uma questão bastante discutida, presente continuamente na imprensa da época e através da qual foi possível recolher as informações aqui trabalhadas.

A exploração configurava-se em ponto de agregação por representar, fundamentalmente, uma experiência coletiva para estes indivíduos, originando demandas e interesses compartilhados. Da mesma forma, era uma bandeira de luta nos momentos em que se fazia necessário angariar apoios entre os trabalhadores para os mais diversos fins (greves, motins, ações de ajuda mútua, festejos, homenagens).

Esta experiência de exploração, contudo, também foi capaz de gerar disputas e concorrência entre trabalhadores, assim como uma ausência de solidariedade de classe em função de interesses individuais ou mesmo coletivos (familiares, de grupos, etc) – mas nem por isso falsos interesses – que se confrontavam com aqueles indicados como coletivos e comuns à classe.

A solidariedade pressupunha o interesse e a disposição em agir frente a uma causa específica, geralmente compatível com interesses mais amplos que os de um único indivíduo. Contudo, mesmo em situações propícias para o surgimento de relações de solidariedade, nem sempre elas afloraram, mesmo que não tivessem tomado lugar conflitos propriamente ditos.

O interesse desta pesquisa ao tratar da questão da exploração nas diferentes esferas da vida do trabalhador repousa nas formas por eles utilizadas para lidarem com tais situações e condições e que envolveram ajudas coletivas com a participação de operários, redações de jornais, associações, partidos de classe, etc. As condições que dificultavam a vida do operariado, como moradia, alimentação, baixos salários, local de

trabalho, altos impostos, foram motivadoras de ações empreendidas por esta classe, seja individualmente, seja no seu coletivo, tanto aquelas solidárias quanto outras.

As ações realizadas pelos trabalhadores para combatê-la ou minimizar seus efeitos envolveram em muitos casos as relações de solidariedade e reciprocidade. Experiência comum e identificação de interesses configuraram formas assumidas pelas relações internas à classe operária, que nem sempre foram de solidariedade, mas que em muitas das vezes incentivaram e investiram neste caminho.

Buscamos analisar situações e condições experimentadas pela grande maioria dos trabalhadores e que refletissem, por sua vez, os interesses e objetivos compartilhados e opostos àqueles defendidos por outros grupos sociais. Por estas razões a exploração constitui-se uma experiência fundamental do “fazer-se” da classe e explicitou os limites e as possibilidades das lutas e das relações internas da classe operária.

Capítulo 2: Nem só de solidariedade vive a classe! As duas faces das relações intra-classe: solidariedade e conflito

Neste capítulo analisaremos as relações de solidariedade e conflito entre trabalhadores através de alguns recortes temáticos como o trabalho feminino e infantil, a participação dos trabalhadores em greves e as relações entre trabalhadores de diferentes etnias. Estes recortes não são aleatórios, pois foram selecionados a partir da possibilidade de observarmos tanto a ocorrência da solidariedade quanto do conflito a partir das relações entre estes sujeitos. Estou ciente de que estas não são as únicas maneiras de abordar o trabalho feminino e infantil, as greves ou os trabalhadores estrangeiros, mas segundo a proposta da dissertação, mostraram-se muita riqueza na análise das relações internas da classe.

2.1. O trabalho feminino e infantil

A mulher e a criança operárias integram este estudo, pois seria impróprio analisar as relações de solidariedade e conflito entre trabalhadores que não contemplasse este segmento que, por suas características, era mais facilmente sujeito às condições de exploração. A importância de um olhar sobre a mulher e a criança trabalhadoras justifica-se tanto pela sua presença nas relações de trabalho e, portanto, num universo de relações de exploração, quanto por sua participação nas relações intra-classe, ou seja, envolvidas em solidariedades e conflitos diversos com seus pares. E para oferecer uma ideia mais concreta da presença em termos numéricos do trabalho feminino e infantil nas indústrias, fábricas e oficinas da época, foi elaborada a tabela que segue.¹²⁵

Quadro 1: Dados sobre estabelecimentos, localidade e constituição da força de trabalho (Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas).

Nome do estabelecimento	Ano de Fundação	Localidade	Operários empregados
<i>Cia. Fiação e Tecidos Porto Alegrense</i>	1891	Porto Alegre	300 operários entre homens, <u>mulheres e crianças</u> (acima de 12 anos)

¹²⁵ Dos 83 estabelecimentos registrados e existentes entre o período final do século XIX e início do XX, nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (salvo uma referência a São Leopoldo, uma a Caxias e uma a Passo Fundo), serão citadas as quinze empresas com maior número de operários, havendo certamente outras com menor concentração e que também empregavam mulheres e crianças, mas para as quais não temos informações a serem quantificadas.

<i>Companhia Fabril Porto- Alegrense</i>	1891	Porto Alegre	320 operários entre homens, <u>mulheres e crianças</u>
<i>Fábrica de Chapéus Pelotense de C.G. Rheingantz</i>	1880	Pelotas	140 operários entre homens e <u>mulheres</u>
<i>Leal, Santos & Cia.</i>	1891	Rio Grande	150 operários entre homens, <u>mulheres e crianças</u>
<i>Fábrica Aliança de Leite, Nunes & Irmão</i>	1906	Pelotas	115 operários, dos quais 14 eram <u>mulheres</u>
<i>Leal, Santos & Cia.</i>	1898	Rio Grande	150 operários (não especifica)
<i>Fábrica de Charutos Havaneses e Nacionais de Poock & Comp.</i>	?	Porto Alegre?	600 operários divididos entre Rio Grande do Sul e Bahia (não especifica)
<i>Jung, Secco & Cia.</i>	1894	Porto Alegre	200 operários, dos quais 140 <u>mulheres</u>
<i>Companhia União Fabril</i>	1873	Rio Grande	1.000 operários entre homens, <u>mulheres e crianças</u>
<i>Otero, Gomes & C.º</i>	1900	Porto alegre	35 operários
<i>J. Pabst & Cia.</i>	1892	Porto alegre	120 operários entre homens e <u>mulheres</u>
<i>João Becker & Irmão</i>	1850	Porto Alegre	Entre 80-100 operários (não especifica)
<i>Alberto Bins, sucessor de E. Berta & Cia.</i>	1904	Porto Alegre	260 operários (não especifica)
<i>Kappel & Arnt</i>	1867	Porto Alegre	200 operários (não especifica)
<i>Francisco Herzog</i>	?	Porto Alegre	110 operários entre oficiais e <u>aprendizes</u>

Fonte: PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja nossa pátria!*”... Op. Cit. p. 183. Grifo meu.

Mulheres e crianças, portanto, fizeram parte de maneira significativa daquele universo de trabalho fabril-industrial. Mas o fizeram como um segmento ao qual eram negadas certas liberdades sociais e/ou direitos políticos devido às características de uma sociedade centrada na direção da figura masculina e numa tradição de poder elitista. Enquanto trabalhadores, as mulheres e crianças sofriam estas limitações, às quais se acresciam outras, vindas das relações tanto com patrões como os demais operários. Portanto, o lugar da mulher e da criança operária dentro da sociedade e do sistema produtivo era ainda mais frágil e inseguro do que o dos homens trabalhadores.

É partindo da constatação de que a mulher e a criança são trabalhadores, mas que como tais possuem características específicas que as distinguem dos homens (como veremos adiante), que serão examinadas as relações de solidariedade e conflito de que participaram. Estas relações são sempre o fio condutor da pesquisa, pois como definem o campo do nosso objeto, não nos interessam a mulher e criança enquanto tal, mas a forma

como elas integram esse universo das relações intra-classe que se forma no processo de exploração do operariado.

2.1.1. A mulher operária

A mulher da sociedade oitocentista era cidadã de segunda categoria por razões diversas, entre elas a falta de direitos políticos, a subordinação social, as regras normatizadoras do comportamento, a tutela masculina. A mulher era cercada de cuidados por sua pretensa incapacidade em lidar com situações importantes da vida e, por outro lado, sobrecarregada de responsabilidades referentes aos tantos deveres que se lhe atribuíam enquanto mulher-esposa-mãe. Desta forma, a discriminação sexista vigente no período também ocorria dentro da própria classe, uma vez que as características deste tipo de relação eram de base cultural daquela sociedade. A par com a discriminação enquanto trabalhadoras, experimentavam também formas de exploração específicas que provocavam toda sorte de abusos e atentados contra sua integridade física, moral e sexual.

Em termos materiais, uma prática bastante difundida e que pode ser considerada como padrão nas relações de trabalho das operárias com seus patrões, encontrava-se no valor pago pelo trabalho feminino. O trabalho das mulheres recebia usualmente remuneração inferior ao dos homens nas mesmas atividades que exercessem. Isso é indicativo de como o capital também se aproveitava da condição social e culturalmente inferior da mulher.

Maria Abel Machado demonstra em um estudo sobre mulheres operárias em Caxias do Sul que este modelo de relações sociais refletia-se diretamente nas relações de produção. Nas fábricas, as relações entre operárias e patrões mesclavam aspectos desta tradição patriarcal com as normas e disciplina do sistema que se implantava. A autora aponta para uma subserviência quase “natural” por parte das mulheres neste espaço de trabalho relativamente novo no universo feminino:

As relações que se estabeleceram no interior da fábrica foram, portanto, relações de submissão e obediência. As mulheres ocuparam as posições de menor prestígio e executaram as tarefas mais simples. Receberam os salários mais baixos, mesmo quando desempenhavam tarefas iguais às dos trabalhadores do sexo masculino. Sujeitaram-se às normas disciplinares da fábrica, porque estavam acostumadas a obedecer. Reconheciam que os salários eram baixos, mas precisavam daquele dinheiro para atender às suas necessidades mais prementes. Sua

condição de indivíduos de segunda categoria não lhes permitia rebelarem-se contra a exploração a que estavam submetidas.¹²⁶

As ações dos companheiros homens em relação às mulheres operárias não puderam escapar ao filtro cultural, aos hábitos e costumes de toda uma sociedade em um determinado momento histórico. Isso demarcou suas percepções sobre comportamentos femininos, delineou liberdades e direitos de participação e validou ou reprovou atitudes tomadas pelas mulheres na experiência de formação da classe. Ou seja, observam-se tensionamentos nas posições referentes à mulher operária e que só podem ser compreendidos sob o prisma dos valores e práticas culturais daquela sociedade.

A experiência comum de exploração dos homens e mulheres trazia em seu bojo, entre outras dimensões conflituosas, a crítica dos próprios companheiros à concorrência da mulher trabalhadora em relação ao trabalho masculino. Ao mesmo tempo, ações de solidariedade de classe entre operários de ambos os sexos implicavam tanto algum tipo de simpatia e/ou apreço pela causa em questão, quanto preocupação no fortalecimento da classe através a união. São aspectos que conviviam e parecem contraditórios, pois como seria possível coexistirem posições de conflito em função da concorrência – sendo a exploração da mulher a promotora desta concorrência – e de defesa de uma ação coletiva e integrada dos trabalhadores contra tal exploração? Como a solidariedade de classe pode ser desenvolvida em meio às concepções divergentes quanto ao papel e local próprios da mulher? Estas questões estão na base da seqüência deste capítulo.

Pensar a *solidariedade/união* e o *conflito* em termos de contradição excludente não corresponde à realidade, uma vez que a formação da classe abrigou estes momentos de embates e acertos em seu interior, ora aproximando e identificando indivíduos, ora delimitando possibilidades de ações e relações entre seus membros. No caso do trabalho feminino e, mais especificamente, do espaço ocupado pela mulher no sistema produtivo, enquanto operária, podemos identificar a presença destas questões. Havia a solidariedade e união impulsionando ações e relações de interesse comum, como também havia as rivalidades e conflitos baseados num sentimento de concorrência e ameaça que uns representavam ao bem-estar e segurança de outros.

As diferenciações entre homens e mulheres enquanto trabalhadores só foram explicitadas em situações cujos interesses em jogo dependiam desta apropriação de lugares. Portanto, não cabe falar em termos de existência ou ausência de relações de

¹²⁶ MACHADO, Maria Abel. O trabalho feminino na indústria de Caxias do Sul – 1900/1930. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.22, nº2, dez. 1996. p. 193.

solidariedade e conflito entre operários de diferente sexo, mas analisar nos casos concretos como se deram estas relações entre homens e mulheres operárias.

Por outro lado, quais seriam as manifestações de solidariedade e de conflito intra-classe no curso da luta contra a exploração, e de que maneira estas relações aproximaram ou distanciaram homens e mulheres no seio da classe?

A ajuda a um companheiro, a manutenção de um jornal, a criação de uma escola, a fundação de uma associação, ocorreram através de identificações baseadas na semelhança dos modos de vida e de luta, espaço de trabalho e convívio destes trabalhadores. Da mesma maneira, os conflitos também tiveram lugar em meio às tentativas de luta e sobrevivência à exploração experimentada, pois nem sempre interesses individuais e coletivos coincidiam no interior da classe.

No dia-a-dia, era freqüente os trabalhadores unirem esforços para enfrentar os efeitos mais imediatos da exploração por meio de listas de subscrição, quermesses, ajuda na obtenção de empregos, denúncias e avisos de exploração em seus jornais. As mulheres estão presentes nestas redes de solidariedade operária, mas as razões devem ser examinadas para que possamos atribuí-las como solidariedade de classe ou não. Assim, as justificativas para os operários agirem em benefício das mulheres não foram únicas e referiram-se tanto à questão da exploração contra o sexo feminino praticada pelo patronato, quanto a uma alegada fragilidade e despreparo da mulher para o trabalho fora do ambiente doméstico.

Em 1893, o jornal *Democracia Social* de Pelotas trazia uma notícia a respeito dos abusos cometidos contra as trabalhadoras em uma fábrica da cidade. Nesta denúncia informavam que “as costureiras [da fábrica dos Srs. Julio Silva & C.] que por qualquer circunstância faltarem um dia à fábrica, são multadas em três mil réis”.¹²⁷ No texto mencionava-se ainda que se “isso se desse com os homens seria, não diremos razoável, mas de uma certa maneira menos horrível. Com as mulheres, porém, é abominável”. Não estava em discussão se as operárias deveriam receber tratamento especial por serem mulheres, mas que certas especificidades da “natureza feminina” (como a menstruação) tinham de ser respeitadas, pois “as mulheres nuns dados dias de todos os meses não se podem molhar. Geralmente não se podem molhar três dias”.¹²⁸

O autor do texto efetuara um cálculo para atestar a exorbitância dos valores das multas. Calculou que uma mulher que tenha faltado três dias consecutivos pelo motivo

¹²⁷ *Democracia Social*. Pelotas, 19/11/1893, p. 1. Na fábrica em questão os empregados trabalhavam conforme rígido regulamento interno, como pode ser evidenciado em alguns trechos sobre as penalidades sofridas.

¹²⁸ Idem. Ibidem. p. 1.

especificado em decorrência da chuva, teria de pagar à fábrica uma multa de 9\$000 réis. Contudo, a mesma operária recebia por um mês de trabalho a quantia de \$600 réis [sic]. Esta trabalhadora, portanto, teria que trabalhar “quatrocentos e cinquenta dias para pagar aos Srs. Julio & Silva C. os três dias que não pôde se molhar”, afirmava a mesma notícia. Mais importante do que os valores cobrados, que podem conter incorreções, é a denúncia a respeito das multas e o quão arbitrárias e reguladoras das necessidades humanas elas eram.

De fato, as multas incidiam sobre um ponto bastante específico: a ausência do operário ao trabalho e o conseqüente prejuízo da produtividade do trabalho, problema que se buscava inibir através da aplicação destas sanções. Estes casos específicos demonstram as situações em que prevalecia claramente, sem distinções de sexo, o interesse da classe patronal frente ao dos trabalhadores.

A aplicação de multas e proibições variadas punia, portanto, não somente as mulheres e já foi objeto de análise no capítulo anterior sobre a exploração. Esta era uma questão que assolava a classe operária no seu conjunto e no referido artigo do jornal *Democracia Social* percebem-se dois níveis na crítica feita aos proprietários da fábrica. Em um nível a notícia refere-se ao abuso que incidia especificamente sobre a mulher, uma vez que “os homens tem um espernear mais pronto” e, portanto, diziam não aceitar tais condições. Possivelmente, não aceitariam que tal arbitrariedade fosse aplicada sem uma resposta em contrário, o que permite perceber a concepção da mulher como “sexo frágil” implícita na argumentação da denúncia. Nesta perspectiva, a exploração que recaía sobre a mulher era vista como mais brutal e danosa, pois esta era apontada como inferior em força e capacidade de reivindicação em relação ao homem, possuindo características que a faziam mais sensível às práticas de exploração e menos apta a defender-se.

Ao mesmo tempo, pode-se perceber que a crítica às atitudes dos empresários possuía também um caráter mais geral, relacionado ao abuso e exploração em relação a qualquer trabalhador. Os homens, a despeito da sua superioridade em resistência (tanto física quanto de organização), como o texto deixa entrever, também eram alvo de explorações da mesma espécie, pois se encontravam do lado mais fraco da relação patrão-operário. Por necessitarem trabalhar para sobreviver, os homens estavam no mesmo patamar de igualdade (de condição de exploração) que as mulheres operárias e ambos compartilhavam o interesse em pôr termo a tal exploração.

É neste aspecto que se pode visualizar uma solidariedade de classe através da denúncia de sua exploração e de como a imprensa incorporava a mulher no conjunto da classe em oposição ao patronato explorador.

Havia, contudo, aquelas situações às quais as mulheres trabalhadoras eram submetidas especificamente. Que mulheres e homens não possuíam uma mesma condição na sociedade não é nenhuma novidade; e o fato de não usufruírem das mesmas liberdades e direitos fazia com que isso se refletisse também no tratamento dado a um e outro dentro das relações de trabalho.

As mulheres acabavam sofrendo, além das diversas formas de exploração econômica, também abusos sexuais. O jornal *Echo Operário* de Rio Grande informava que “vieram-nos trazer uma notícia d’um safado ordinário e patife diretor de uma fábrica que deu um beijo em uma operária contra a vontade desta! [...]”.¹²⁹ Estes abusos deviam ser muito mais comuns do que as denúncias eram capazes de acompanhar, pois certamente o receio de perder o posto de trabalho favorecia tanto o silenciamento quanto a impunidade dessas ações. Ainda assim, a imprensa militante noticiava tais práticas tanto pelo dano causado à classe operária, pois incidiam sobre operárias pobres e que necessitavam trabalhar, quanto se caracterizava em uma afronta à moral da classe.

Levando mais longe a interpretação, pode-se levantar a hipótese de que esses abusos, por seu conteúdo moral, também aviltavam a classe em um momento de sua construção em que ela precisava distinguir-se daqueles indivíduos considerados perigosos, imorais, vagabundos, desonestos, etc.¹³⁰

As mulheres eram “vítimas”, como diziam muitas notícias, das explorações mais atroztes pela sua fragilidade própria ou, em alguns casos, pela pouca instrução e conhecimento sobre os prejuízos decorrentes daquela estrutura produtiva nas relações entre operários e burguesia. Segue neste sentido a notícia do jornal *A Luta*:

MOVIMENTO OPERÁRIO

Na fábrica de escovas, em dias da semana passada, cinco moças viram-se na contingência de abandonar o trabalho, devido às prepotências dos patrões que, depois de as explorarem a vontade, não querem dar mais trabalho às enérgicas moças que não se deixam aviltar, nem prostituir. Então eles, para obrigá-las a irem embora, não só servem-se de todos os

¹²⁹ *Echo Operário*. Rio Grande, 26/09/1897, p. 2.

¹³⁰ Cláudio Batalha expõe com clareza este raciocínio ao mostrar como a classe operária no Brasil buscou, a partir do final do século XIX, construir sua legitimidade e identidade alicerçadas na noção de trabalho. Para mais informação ver BATALHA, Cláudio H. M. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.12, n.23/24, set.1991/ago.1992.

meios ignóbeis, que lhes são peculiares, mas até de moças tolas e incautas, que por qualquer circunstância foram escravizadas.¹³¹

Assim como é visível a “exploração moral” das trabalhadoras, também o é a sua exploração material. Os mecanismos exploratórios que atingiam toda a classe revelavam as diferenças de salário entre homens e mulheres. Podemos acompanhar algumas críticas, através da imprensa operária, referentes a esta questão, tal como no jornal *Echo Operário* que denunciava no ano de 1897 esta situação de diferenças salariais entre ambos os sexos e informava que “qualquer homem, hoje, seja qual for o ramo de serviço, não poderá ganhar menos de cem mil réis mensais, no entanto é muito fácil obter operárias e artistas por metade [disso]”.¹³²

Observa-se que, conforme a citação, o valor do trabalho de uma mulher para uma mesma atividade poderia corresponder à metade do realizado por um homem. Isto acarretava diversas implicações, sendo a principal a desvalorização do trabalho masculino dada a possibilidade de contratações de mulheres por uma menor remuneração. O grande problema desta situação era a concorrência no interior da classe e as disputas entre trabalhadores. Além disso, os dados sobre salários (considerando-os fidedignos) mostram-nos quão sensivelmente podiam influenciar nas experiências e relações entre estes trabalhadores, sendo talvez, um ponto forte de certas tensões e conflitos.

Em algumas situações, a discrepância salarial podia ser ainda maior, como expõe outra notícia do *Echo Operário*, um mês após a anterior, informando que quanto à mulher “o seu pesado labor [era] pago com um terço do que se dá ao homem”.¹³³ Essa exploração fazia com que se mantivesse baixo tanto o valor pago pelo trabalho da mulher quanto do homem, sendo ambos atingidos por esta situação. O jornal afirmava ainda em outra notícia que “nós não condenamos a colocação das mulheres em empregos que elas possam exercer com facilidade e sem esforço físico [...] o que nós condenamos é a especulação a que isto está dando lugar”.¹³⁴ Nesta notícia fica mais explícito o tom classista, expresso pela predominante preocupação com a especulação da remuneração mais do que com a suposta fragilidade feminina.

¹³¹ *A Luta*. Porto Alegre, 29/09/1906, p. 2.

¹³² *Echo Operário*. Rio Grande, 07/11/1897, p. 1.

¹³³ *Echo Operário*. Rio Grande, 17/10/1897, p. 1.

¹³⁴ *Echo Operário*. Rio Grande, 24/10/1897, p. 2.

Outros artigos publicados no jornal *Echo Operário*, também no ano de 1897, indicam claramente que a concorrência entre homens, mulheres e também crianças era um problema crônico da sociedade capitalista em que viviam:

O moderno maquinismo, fazendo tão apta a mulher como o homem para certos trabalhos industriais, permitiu que seja arrancada ao lar doméstico para arrojá-la à oficina. Não foi a falta de braços masculinos o que produziu esta industrialização da mulher, que a obriga ao mesmo tempo a fabricar produtores e a fabricar produtos. Se os capitalistas têm utilizado de preferência os braços femininos, é porque encontram neles – como nos braços das crianças – instrumentos humanos de trabalho por menor preço [...]. Pelo mesmo preço que deveria comprar-se a única força de trabalho do homem, do chefe de família, se a mulher não estivesse na oficina, o capitalista compra atualmente a tripla força de trabalho: do homem, da mulher e do menino.

As mulheres sujeitam-se mais à exploração que os homens, por trabalharem sempre mais barato que estes [...].¹³⁵

A justificativa da classe patronal para a preferência da mão-de-obra feminina estava muito explícita na opinião dos redatores do jornal *Echo Operário*: o salário inferior pago à mulher acabava por beneficiar a classe patronal, repercutindo negativamente nas relações entre operários através da concorrência gerada. Na semana anterior a esta notícia, já haviam publicado uma nota na qual tratavam justamente deste estado de coisas no qual se encontravam homens e mulheres operários:

[...] Essas anomalias são as que enchem os cofres dos negreiros de carne humana; essas anomalias são as que permitem que uma maioria forçada pela lei do salário, pela lei da fome, procure cada dia alugar os seus braços, não ao que mais oferece, mas guerreando-se mutuamente, homens, mulheres e crianças, ficam ao dispor do primeiro açambarcador.¹³⁶

O texto menciona uma situação de “guerra”, mesmo que simbolicamente, entre indivíduos que necessitavam vender a sua força de trabalho em troca de um salário, mas que tinham de lidar diretamente com a grande concorrência interna neste mercado. A exploração e vulnerabilidade em que o trabalhador se via nestas situações tanto podiam promover ações e relações de solidariedade como as de conflito observadas na notícia, resultado deste “exército de reserva”. A maneira como o problema do emprego da mão-de-obra feminina e infantil fora expresso demonstra que tais situações eram catalisadoras

¹³⁵ *Echo Operário*. Rio Grande, 24/10/1897. Apud. PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres da cidade...* Op. Cit. p. 60.

¹³⁶ *Echo Operário*. Rio Grande, 17/10/1897, p. 1.

de conflitos e disputas entre operários, uma vez que todos necessitavam trabalhar para garantir sua sobrevivência, mas contratavam-se, via de regra, aqueles que aceitassem o máximo de trabalho em troca do recebimento mínimo.

Desta forma, como procurei demonstrar através das notícias e artigos da imprensa sobre o tratamento dado à operária e à exploração do trabalho feminino, podem-se notar posições ambíguas ou mesmo contraditórias por parte de seus companheiros de classe: a mulher operária era vista tanto como trabalhadora em busca de um sustento honesto, tal qual outros de seus companheiros (e aí se expressa também o conflito pela concorrência que fazia ao trabalho masculino), como também era investida de funções e papéis específicos, totalmente distintos dos do homem operário. Conforme Petersen:

A imprensa de orientação socialista no Rio Grande do Sul reconhece e denuncia a desigualdade da mulher em relação ao homem, considerando-a uma conseqüência da dominação capitalista. Mesmo assim, esta percepção se dá dentro do marco da dominação e do reconhecimento da existência de uma “natureza feminina”, o que se revela mesmo nas denúncias mais enfáticas que os jornais fazem sobre a opressão da mulher.¹³⁷

Havia, portanto, limites, mesmo que contraditórios e sutis, para as relações intra-classe entre operários e operárias, pois estas relações também esbarravam numa diferença socialmente construída das condições físicas, psicológicas, intelectuais, comportamentais e sentimentais que separavam homens e mulheres. A solidariedade e auxílio mútuo entre trabalhadores acabavam afetados, ao menos na expressão discursiva, por estas percepções morais e valorativas, demonstrando que mesmo quando proferido o discurso em defesa da mulher operária, nele estavam contidos elementos que a deslocavam de uma igualdade de direitos e deveres em relação aos homens, preconizada pelo socialismo, para uma posição inferior, frágil ou submissa.

As noções apresentadas a respeito da mulher transitavam entre uma postura mais liberal e igualitária – vendo-a como trabalhadora, independente, que devia gozar dos mesmos direitos que o homem¹³⁸, com a ressalva da competição que não deveria fazer ao trabalho masculino – e uma postura moralista e sexista – a da boa mãe que devia criar e educar os filhos, da dona de casa responsável e econômica, da esposa

¹³⁷ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX. *Revista de História*. Porto Alegre: UFRGS, n.1, 1986/87. p. 86.

¹³⁸ Uma das bandeiras de luta do programa do Partido Operário do Rio Grande do Sul era a igualdade política para a mulher com o “reconhecimento do direito do voto e elegibilidade à mulher, nas mesmas condições estabelecidas para os homens”. *A Democracia*. Porto Alegre, 01/05/1905, p. 2-3.

atenciosa e honrada, principal responsável pelo cuidado constante do lar e da família operária. Podemos observar esta postura no discurso deste militante ao explicitar suas expectativas sobre a mulher e a criança:

A educação moral das crianças é a base sobre a qual repousa a verdadeira felicidade de um povo. Aquele que for criado no seio duma família honesta, cujo chefe compenetrado de sua missão e auxiliado pela mulher na mais delicada fase de sua existência – esposa – imprimir no lar doméstico a virtude, o amor pátrio, a honra, o dever, não por meio de castigos e asperezas, mas por conselhos havidos que só os sabem dar uma mãe meiga e carinhosa e por exemplos frisantes como compete a um verdadeiro pai [...] pode [...] tornar-se um cidadão útil à sociedade.¹³⁹

Das fontes até aqui examinadas, pode-se perceber que, por um lado, as mulheres ganhavam apoio dos demais trabalhadores através do reconhecimento que partilhavam uma mesma condição de explorados, associado à idéia de que necessitavam agir coletivamente. Por outro, elas representavam um tipo de ameaça aos homens em razão da concorrência que sua oferta de mão-de-obra gerava, além de serem imbuídas de outras funções, por vezes vistas como mais importantes e próprias à sua “natureza” do que o trabalho fabril.

Esta não é uma questão simples, pois vimos não ser possível imaginar que homens e mulheres operários estabelecessem apenas relações de solidariedade e companheirismo enquanto trabalhadores. As relações também foram tensas e de conflito, porém não impediram a existência de solidariedade e apoio enquanto classe, bem como estas não anularam as disputas surgidas pela busca de trabalho, melhores colocações e salários mais justos.

Tinha-se, portanto, de um lado o trabalhador homem que se sentia lesado pela concorrência feminina e, de outro, a classe trabalhadora prejudicada no seu conjunto pelas práticas burguesas de exploração. Via-se a preocupação dos militantes com o desenvolvimento do individualismo entre os trabalhadores, característica que apontavam como sendo bastante peculiar à burguesia. Assim afirmava o jornal *A Luta*, ao ter início a greve de 1906 em Porto Alegre:

¹³⁹ *Gazetinha*. Porto Alegre, 1898. Apud. SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit. p. 38.

[...] vivemos num regime burguês, onde a luta pela vida se resume nos mesmos termos que em qualquer parte: - cada um para si e que mais puder, logo claro está que os resultados relativamente serão os mesmos e sempre funestos.¹⁴⁰

Certamente estas visões e posições opostas nutriam a ambigüidade que caracterizava a postura dos operários quanto ao trabalho feminino e as relações entre homens e mulheres operárias.

Vejamos duas notícias em 1897, do periódico *Echo Operário*, nas quais os autores posicionavam-se diferentemente quanto aos efeitos da exploração capitalista sobre as trabalhadoras. São opiniões fruto, simultaneamente, de dois códigos de valores, um “patriarcal”, outro “socialista” e demonstram esta complexidade com que os próprios trabalhadores tinham de lidar em suas relações de classe. A primeira:

A burguesia, as classes dominantes, a sociedade enfim [...] deve estar orgulhosa d’essa conquista – *arrancar as filhas do povo, do lar doméstico, onde sua missão era toda candura e amor*, criando e educando a prole, preparando a frugal refeição à sua família, lavando, compondo e fabricando o vestuário de todos, *vivendo, enfim, na família e para a família*, arrancá-la dizíamos a essa missão, toda candura e amor, e metê-la na oficina, na fábrica, *a fazer concorrência com o trabalho do esposo, expulsando-o do seu posto no trabalho, reduzindo-o, e com ele a todos, à miséria, à degradação [...]*.¹⁴¹

E, no mesmo mês deste ano, o *Echo Operário* afirmava ainda que:

Para que a mulher seja livre e se pertença, para que recupere a liberdade de seu corpo, fora do qual não há mais que a prostituição revestida pelas formas legais do matrimônio atual, *é necessário que a mulher procure por si própria, independente do homem, os meios da sua subsistência.*

Não deve por esse motivo excluir-se atualmente a mulher do trabalho industrial.

O que se deve reclamar para a operária, com o fim de evitar que em mãos dos capitalistas sirva para aumentar a miséria do proletariado, *é que em trabalho igual haja igualdade de salário para ambos os sexos, pondo assim um termo à especulação que fazem os industriais do sexo das operárias.*¹⁴²

Não há uma posição unívoca por parte dos militantes e outros articulistas que escreviam textos para estes jornais a respeito das atribuições e papel da mulher operária, quer dentro da classe e da organização do movimento, quer inserida na sociedade. Estas

¹⁴⁰ *A Luta*. Porto Alegre, 13/09/1906, p. 3.

¹⁴¹ *Echo Operário*. Rio Grande, 17/10/1897, p. 1. Grifo meu.

posições distintas, marcadas discursivamente pela defesa tanto da independência da mulher quanto da manutenção de um modelo conservador e patriarcal de família, mostra o quanto estas relações de classe estavam em construção e não envolviam somente as relações de produção. Mesmo aqueles que se diziam com espírito instruído por uma doutrina altruísta e livre dos preconceitos e amarras da desigualdade, ainda titubeavam às voltas com os tradicionais valores moralistas do bom comportamento feminino, da retidão de caráter e da necessidade de proteger a figura da “mãe-esposa” guardiã do lar e da família.

Uma vez que a mulher ingressou progressivamente no mundo do trabalho fabril, engrossando este contingente operário, não era mais possível reverter tal processo e tentar mantê-la atrelada unicamente às funções domésticas e familiares. Ainda assim, a não aceitação que comparece – mesmo que implicitamente – em alguns textos sobre trabalho feminino assalariado, demonstra não um conflito aberto, mas uma resistência quanto a dividir esse espaço com a mulher ou permitir que esta deixe seu lugar “de origem”. Pode-se observar a expressão destes valores mais tradicionais mesmo em 1910 no jornal da capital *O Exemplo*:

A boneca é uma das mais imperiosas necessidades, e ao mesmo tempo, um dos mais encantadores instintos da infância feminina.

Vestir, enfeitar, despir, tornar a vestir, ensinar, ralhar um pouquinho [sic], amimar, cantar, embalar, fazer dormir, afigurar-se de que um objeto qualquer é alguém: *eis resumindo o futuro da mulher*.

Sonhando e tagarelando, fazendo enxovinhos [sic], cosendo vestidinhos, fraldas, camisolas, camisinhas e cueiros, a criança passa a ser menina, a menina a ser moça, a moça a ser mulher. O primeiro filho é a continuação da última boneca.

Uma menina sem boneca é quase tão infeliz e tão completamente impossível quanto uma mulher sem filhos.¹⁴³

Para um periódico que se intitulava “Jornal do Povo” como é o caso de *O Exemplo*, apontar a criação dos filhos como resumo do futuro da mulher é indicativo de que deveria haver práticas sociais que amparassem estas idéias entre as camadas populares e, certamente, entre os trabalhadores. Conceitos e valores como estes e que anteriormente apontamos como traços culturais daquela sociedade são muito fortes para serem apagados ou sobrepostos pela experiência de uma classe que se construía.

¹⁴² *Echo Operário*. Rio Grande, 24/10/1897, p. 2. Grifo meu.

¹⁴³ *O Exemplo*. Porto Alegre, 25/12/1910, p. 1.

Portanto, esta experiência formava-se dentro dessa cultura recebida e partilhada no meio das novas vivências destes trabalhadores.

Vejamos a opinião que traz um artigo publicado em 1908 pelo jornal anarquista *A Luta* sobre a mulher trabalhadora e a educação feminina como via emancipacionista ante o preconceito e a discriminação social:

Sobre a mulher já se tem dito muitas verdades, graças à luta constante em que os puros liberais de todo o mundo estão empenhados de lhe fazer adquirir o seu verdadeiro lugar no recinto social, visto que a sociedade, para modificar-se, exige como condição essencial que a mulher esteja completamente emancipada dos preconceitos que a sufocam e que tenha uma educação científica e moral que lhe adorne o espírito. [...]

Estudando-se um pouco a sociedade atual defrontamos ainda hoje com a grande diferença social estabelecida entre o homem e a mulher. A mulher não se ministra a mesma quantidade de instrução necessária; ela não pode usar dos direitos que naturalmente lhe assistem e, em nascendo-lhe os filhos nem sequer o seu nome no deles figura, como se somente o homem cooperasse a nossa construção. [...]

O trabalho industrial lhe é muito mal recompensado, a prostituição as espera quando não tiverem mais um pão para matar a fome. Não tem direitos políticos que lhe sejam relativos, enfim é obrigada pela força a ser escrava, propriedade do homem! E digo eu aos meus iguais, poderá a sociedade continuar assim?

Não conviria defender o direito dos oprimidos em qualquer parte que estejamos? Sim, pela tribuna, pelos livros, e todos os meios ao nosso alcance.

Ladario Traugott¹⁴⁴

Como se pode observar, não era incomum na imprensa operária a defesa de direitos sociais e políticos à mulher. Mas, o que este texto traz em particular refere-se à importância da instrução para que a mulher se tornasse socialmente emancipada, ou seja, capacitada à luta por direitos e contrária aos estigmas e discriminações da sociedade em que vivia. Para os anarquistas, a instrução era uma obra a ser ampliada para todo o proletariado e, ao incluir a mulher trabalhadora, via nela também um membro desta classe a somar em força e união.

Havia ainda aquelas mulheres que iam mais longe, intelectualizando-se e adquirindo respeito por parte de outros companheiros. Existe um caso que ficou muito famoso e foi analisado por Isabel Bilhão em seu livro *Rivalidades e solidariedades no*

¹⁴⁴ *A Luta*. Porto Alegre, 06/01/1908, p. 3.

*movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*¹⁴⁵ e em um artigo posterior e refere-se à família Martins-Budaszewski.

Desta família fizeram parte mulheres com notáveis participações no movimento operário e com significativo conhecimento ideológico e instrução política, conforme se observa neste fragmento que segue de uma entrevista feita pela autora com o militante anarquista Marat Martins Budaszewski. Pode-se observar neste trecho, que algumas mulheres adeptas de certas doutrinas, como no caso da libertária, provavelmente mantinham uma relação muito próxima com a instrução e também um maior engajamento, recebendo por parte de seus companheiros de luta consideração e respeito:

Minhas tias e minha mãe eram mulheres normais, mulheres bonitas, mas que tinham um algo mais... que os homens adoram muito, eram mulheres intelectuais, então seus casamentos também foram motivados ideologicamente, nos grupos que freqüentavam, na escola Eliseu Réclus, na Escola Moderna, conheceram seus companheiros... aí surge o amor... surge o namoro e se casam... [...].¹⁴⁶

Muito semelhante era o que diziam os socialistas a respeito da instrução feminina, quando da fundação do Partido Socialista do Rio Grande do Sul em 1905, ao defenderem também os direitos políticos da mulher. Em seu programa, lançado no 1º de maio daquele ano, afirmavam a importância da luta pela igualdade política na sociedade, através do “reconhecimento do direito do voto e elegibilidade à mulher, nas mesmas condições estabelecidas para os homens”.¹⁴⁷ Essa questão não remete propriamente a uma solidariedade de classe, mas à busca por iguais direitos para homens e mulheres como uma bandeira das lutas operárias. Este tipo de discurso militante assumia, portanto, uma postura inclusiva em relação à figura da mulher trabalhadora nas ações e lutas do operariado.

Como se afirmou anteriormente, a solidariedade apoiou-se em elementos de identificação para se efetivar. Além da identificação como “explorados”, também laços afetivos convergiam nesse sentido.

A situação envolvendo a trabalhadora Maria Madalena, já mencionada no capítulo sobre a exploração, merece aqui ser retomada para observarmos as relações

¹⁴⁵ Op. Cit.

¹⁴⁶ BILHÃO, Isabel A. *Família e movimento operário: a anarquia dentro de casa*. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v22, nº2, 1996. p. 200. Trecho de entrevista concedida à autora por Marat Martins Budaszewski em 21/06/1996.

¹⁴⁷ *A Democracia*. Porto Alegre, 01/05/1905, p. 2-3.

existentes entre esta trabalhadora e demais operários dos quais recebera auxílio.¹⁴⁸ Maria Madalena, trabalhadora na cidade de Pelotas, mantinha sob seus cuidados os cinco filhos do falecido operário Manuel Henrique Corrêa, com o qual não se sabe que tipo de relacionamento estabelecera. Ao se achar gravemente enferma “devido ao excesso de trabalho e à natureza insalubre do mesmo”¹⁴⁹, recebera ajuda do jornal operário *Democracia Social*, através do qual correram, nas semanas seguintes à publicação do seu caso, diversas listas de subscrição em seu favor. Antes mesmo de receber ajuda dos organizadores do jornal, informou-se que ela já fora auxiliada por alguns amigos e vizinhos.

Além das subscrições efetuadas através do jornal, Maria contara também com a ajuda dos operários da fábrica de chapéus de Eduardo da Silva Carvalho, na qual trabalhara o pai das cinco crianças por ela acolhidas.¹⁵⁰ Os operários da fábrica participantes da subscrição certamente tiveram um vínculo muito mais próximo com seu antigo companheiro de trabalho do que com a trabalhadora Maria Madalena, razão pela qual buscaram recolher doações que pudessem auxiliar “aqueles infelizes órfãos” que se achavam sob sua guarda.

Esta mobilização ocorrera algumas semanas após ter sido iniciada a campanha na redação do *Democracia Social*, podendo esta ter influenciado os operários daquela fábrica a se solidarizarem com o caso. A publicidade propiciada pelo jornal, tanto quanto a duração da campanha por mais de seis semanas, produziram uma corrente de solidariedade entre trabalhadores da cidade. Além disso, o fato de Maria Madalena ter, em um momento passado, cuidado dos filhos de um companheiro de trabalho e, no presente, estar necessitando de ajuda, mobilizara a participação daqueles “companheiros de infortúnio”.

Assim como Maria acolhera sob sua guarda as crianças de um operário para que estas não ficassem “por sua própria conta” – talvez, buscando preservá-las de entrarem no mundo do trabalho tão precocemente – também ela se beneficiara de uma ação solidária partindo de operários identificados com as dificuldades daquela trabalhadora e dispostos a agir coletivamente em favor de um membro da classe.

Isabel Bilhão afirma que é em nome da causa operária que se fundam as escolas e os jornais, que ocorrem as greves e agitações,

¹⁴⁸ *Democracia Social*. Pelotas, 03/09/1893, 10/09/1893, 17/09/1893, 24/09/1893, 01/10/1893 e 22/10/1893.

¹⁴⁹ *Democracia social*. Pelotas, 03/09/1893, p. 3-4.

¹⁵⁰ *Democracia Social*. Pelotas, 22/10/1893, p. 3.

[...] mas, ligando essas pessoas estará uma forte afetividade, que gera um sentimento de confiança. Essa afetividade não procede somente dos laços familiares que os unem, procederá também da *solidariedade e da amizade que se geram no interior do movimento, abarcando outras pessoas*.¹⁵¹

Ou seja, as relações de solidariedade tanto geram novos vínculos e aproximações entre operários, quanto os vínculos existentes entre eles inauguram uma solidariedade de classe onde antes não havia. Contudo, faço uma ressalva quanto aos termos “solidariedade” e “afeto” que certamente não são intercambiáveis, nem mesmo necessitando ocorrer aos pares. Considero que a solidariedade não implica necessariamente a existência do afeto, sendo perfeitamente legítima a solidariedade entre trabalhadores que não se conheçam, mas que *reconheçam* a existência de uma condição comum que lhes impulse e motive a agir solidariamente.

Por muitas vezes, o reconhecimento de uma condição e interesses compartilhados mobilizou trabalhadores a entrar em greve em locais geograficamente muito distantes do ponto de origem das paralisações. Não havia necessariamente qualquer simpatia ou afinidade pessoal, mas sim uma experiência de exploração de classe compartilhada mobilizando tais ações as quais analisaremos num outro tópico mais adiante.¹⁵²

2.1.2. As greves: participação das mulheres, solidariedades e conflitos

As mulheres, inserindo-se no mundo majoritariamente masculino do trabalho fabril, a partir do final do XIX, inauguravam uma situação até então não experimentada. Entretanto, desde os primórdios foram construindo a classe participando de suas lutas contra a burguesia. As greves são bons momentos para vermos as aproximações ou afastamentos entre os trabalhadores e a confluência de interesses ou as suas distensões, pois nelas se reforçam ou se vivem novas experiências. Certas mobilizações constituíram momentos privilegiados para se explicitarem interesses coletivos, delimitando as fronteiras entre grupos sociais.

As greves costumavam mobilizar relações de solidariedade entre trabalhadores uma vez que eram momentos onde as demandas de uma maioria – seja de uma categoria,

¹⁵¹ BILHÃO, Isabel A. Família e movimento operário: a anarquia dentro de casa. Op. Cit. p. 208. Grifo meu.

¹⁵² Como exemplo desta forma de ação, citamos antecipadamente a solidariedade demonstrada na greve de 1906 pelos trabalhadores de Buenos Aires com aqueles trabalhadores demitidos pelos patrões em Porto Alegre. Cf. *A Luta*. Porto Alegre, 10/10/1906, p. 2. Apud. BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre. Op. Cit. p. 190.

de um estabelecimento fabril, de uma cidade – eram colocadas em reivindicação, reunindo-se forças contra um inimigo identificado como comum. Conforme Beatriz Loner, a solidariedade ativa, ou seja, o ato de tomar parte diretamente em uma greve, foi um dos trunfos da luta operária na Primeira República, ocorrendo com trabalhadores de uma mesma categoria em diferentes cidades ou de categorias diversas de uma mesma localidade.¹⁵³ A greve em solidariedade, que não necessariamente envolvia benefícios materiais àqueles que aderiam, pode ser entendida, portanto, como uma ação que visava mais amplamente o fortalecimento de laços entre os diversos segmentos da classe, buscando uma atuação mais unida na defesa de seus membros e dos interesses deste coletivo.¹⁵⁴

Na cidade de Rio Grande em 1890, as mulheres operárias da fábrica Rheingantz participaram de uma greve que pretendia despedir um inspetor pelos maus tratos que dispensava aos operários. O movimento paredista manteve-se por sete dias com a participação de homens, mulheres e crianças, tendo por saldo a demissão de oito operários, sem alcançar os objetivos buscados.¹⁵⁵ Alguns anos mais tarde, em 1901, na mesma cidade, outra greve foi realizada contando com a participação feminina das tecelãs da fábrica Ítalo-Brasileira. Nesta greve, as operárias têxteis envolveram-se com reivindicações do conjunto dos trabalhadores, cujas demandas referiam-se, principalmente, a questões salariais.¹⁵⁶

Se, por um lado, as relações que se estabeleciam no interior das fábricas eram de “submissão e obediência”, como colocam, por exemplo, as palavras de Maria Abel Machado referindo-se à reprodução de um modelo social dentro do espaço fabril, por outro, nos fazem questionar também sobre as possibilidades abertas por estas relações. A experiência de exploração entre as operárias dava elementos para sua conscientização e participação em movimentos reivindicatórios, tais como as citadas greves, nas quais tomavam parte lado a lado com os trabalhadores homens.

A solidariedade entre operários homens e mulheres fundamentou-se em situações vivenciadas conjuntamente por ambos os sexos e, necessariamente, reconhecidas quanto a este caráter comum. O caso das greves ilustra estas situações em que a luta de classe motivara os trabalhadores a agirem e cooperarem mutuamente para um mesmo fim. A participação das mulheres em greves vem confirmar que estas

¹⁵³ LONER, Beatriz A. *Construção de classe...* Op. Cit. p. 289.

¹⁵⁴ Idem. Ibidem. p. 290.

¹⁵⁵ Cf. SILVA, Maria Amélia Gonçalves. Rompendo o silêncio: a participação feminina no movimento operário de Rio Grande-Pelotas (1890-1920). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.22, nº2, dez.1996. p. 159.

¹⁵⁶ Idem. Ibidem. p. 159.

situações são propícias para reforço tanto da luta por demandas coletivas – como melhorias de vida e trabalho – quanto de valores de classe – como a união e a solidariedade.

A greve geral de Porto Alegre ocorrida em 1906¹⁵⁷ foi outro movimento que teve adesão das mulheres trabalhadoras de algumas categorias e estabelecimentos. As reivindicações gerais da greve centravam-se na busca da diminuição da jornada de trabalho. Esta greve, partindo da paralisação dos trabalhadores marmoristas, teve a inclusão de diversas outras categorias durante os seus 21 dias de duração. As mulheres assumiram, ao longo da greve de 1906, uma posição mais fortalecida e respeitada enquanto trabalhadoras, segundo afirma Joan Bak em seu estudo sobre este movimento. A autora aponta que:

As trabalhadoras tiveram uma participação visível nas demonstrações públicas da greve, contribuindo para que se tornasse um espetáculo de rua e de teatro.

‘Moças operárias’ dramatizavam sua adesão ao movimento grevista rasgando vestidos vermelhos para fazer laços que usavam orgulhosamente no peito como símbolo de classe. Elas também salientavam o entusiasmo geral marchando juntas pelas ruas da cidade levando um estandarte vermelho pedindo uma jornada de oito horas de trabalho.¹⁵⁸

Esta greve, contudo, não deu conta de todas as particularidades da produção. Assim, para algumas trabalhadoras como, por exemplo, as tecelãs, não seria um benefício a diminuição na jornada de trabalho devido à sua remuneração ser por peça produzida. Em alguma medida, tais acertos e desacertos que transpareciam nestes momentos de mobilização faziam parte destas experiências vividas pelos trabalhadores e que caracterizavam suas relações intra-classe.

O jornal *Correio do Povo*, da capital, noticiara durante a greve que as trabalhadoras da fábrica de gravatas Pabst mantinham-se trabalhando, apesar de encontrarem-se vulneráveis à pressão de grevistas. Frente a essa situação, o jornal também informava que no quarto dia da greve a polícia montara uma guarda armada na entrada da fábrica para evitar que os grevistas pusessem em ameaça o andamento da produção ao tentarem convencer operárias a aderirem ao movimento.¹⁵⁹

Experiências coletivas como eram as greves promoveram tanto o reforço dos vínculos internos entre os trabalhadores, quanto a demonstração dos limites de certas

¹⁵⁷ Sobre esta greve ver SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit., BAK, Joan. Op. Cit., BILHÃO, Isabel A. *Rivalidades e solidariedades...* Op. Cit, entre outros.

¹⁵⁸ BAK, Joan. Op. Cit. p. 212.

¹⁵⁹ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 07/10/1906, p. 1. Apud. BAK, Joan. Op. Cit. p. 208.

relações. Não se deve, portanto, ter uma imagem idílica desta primeira greve geral do estado, uma vez que em seu decurso ocorreram demonstrações de não-solidariedade, desconfiança e rivalidade entre operários, evidenciando que não era tão consensual para o operariado o interesse em confrontar os patrões, nem as demandas eram tão planejadas e uniformes quanto as militâncias em geral se esperavam que fosse.

Não era, portanto, uma atitude automática ou mecânica a participação dos operários em um movimento grevista – mesmo este que obtivera mobilização de 2 à 5 mil operários – pois, envolvia relações entre trabalhadores, capacidade de mobilização das lideranças e identificação com certos valores e necessidades comuns. Portanto, não bastava que os operários se sentissem ameaçados pelos patrões ou explorados através do seu trabalho para aderirem às ações conjuntas de reivindicação. Além do que antagonismo de classes, era fundamental a existência de relações intra-classe que agregassem os trabalhadores em prol de alguma ação coletiva.

Mesmo que não possamos falar em uma “memória” das experiências de greve, ou seja, em uma tradição de greves que as ligassem cronologicamente ou as identificasse como uma “evolução” do movimento, há um lento acúmulo de experiências ocorrido especialmente entre as lideranças.¹⁶⁰ Se, para grande maioria dos trabalhadores, as greves proporcionavam um aprendizado inédito e uma construção de estratégias, a repercussão destas experiências alcançava também as preocupações pedagógicas e pragmáticas das lideranças do movimento que, em muitos casos, faziam avaliações públicas dos resultados do movimento. A experiência desta forma de participação estava se construindo, mesmo com todas as suas contradições e limites, proporcionando à classe uma identificação dos interesses e demandas deste coletivo em oposição aos de uma classe composta pelos donos do capital.

2.1.3. Trabalho infantil: exploração e relações com os precoces operários

O trabalho infantil historicamente fez parte do funcionamento sócio-econômico das sociedades. Porém, o que nos interessa particularmente para esta análise são as relações capitalistas de exploração que submeteram o trabalho infantil a novas formas de expropriação, interferindo no espaço, no tempo e no ritmo de desenvolvimento da criança.

Edward Thompson afirma que o trabalho infantil não foi uma novidade da sociedade fabril, pois “a criança era parte intrínseca da economia industrial e agrícola

antes de 1780 e como tal permaneceu até ser resgatada pela escola.[...]”.¹⁶¹ No mesmo sentido Benito Schmidt também afirma que:

Trabalhar fora não era um caminho incomum para as crianças pobres no Brasil daquele momento [final do séc. XIX e início do XX]... anúncios de estabelecimentos industriais solicitando serviços de crianças e adolescentes multiplicaram-se na imprensa.¹⁶²

A condição do trabalho infantil guarda semelhanças com o trabalho feminino, especialmente pela questão dos baixos salários e pela maior vulnerabilidade que atingia este segmento. Em Porto Alegre também outras possibilidades de sobrevivência se colocavam aos muito precoces trabalhadores das classes populares: a delinqüência, a prostituição, a mendicância e o exercício de trabalhos informais (a venda de doces nas ruas, a atividade de engraxate na Praça da Alfândega).¹⁶³

Os trabalhadores, ao menos os grupos mais esclarecidos dentre eles, tinham consciência das dimensões que esta exploração alcançava sobre as mulheres e crianças e dos custos humanos que ela representava para classe trabalhadora. O *Echo Operário* noticiava em 1897 que “se os capitalistas têm utilizado de preferência os braços femininos, é porque encontram neles – como nos braços das crianças – instrumentos de trabalho por menor preço”.¹⁶⁴

Conforme Thompson, o trabalho fabril produziu a quebra da economia familiar, ocorrendo de forma ainda mais incisiva sobre as atividades e o cotidiano infantil. Ao deixarem a casa e companhia dos pais, muitas vezes por estes também estarem trabalhando, as crianças alteravam seu ritmo de vida e suas atividades. Guardadas as devidas proporções e particularidades locais, o quadro de exploração analisado por Thompson sobre o trabalho infantil pode indicar algumas semelhanças que sirvam de referência para as reflexões seguintes.

O trabalho industrial exigia que as crianças se concentrassem em apenas uma tarefa e a ela se dedicassem longas horas a fio. A intensidade e monotonia do trabalho na fábrica e na oficina, extenuantes para os adultos, tornavam-se ainda mais difíceis para elas suportarem. Thompson afirma que, se o trabalho infantil era parte constitutiva dos

¹⁶⁰ LONER, Beatriz A. *Construção de classe...* Op. Cit. p.302.

¹⁶¹ THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In. *A formação da classe operária inglesa*. Op. Cit. v.2. p.203 e 205.

¹⁶² SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit. p.37.

¹⁶³ Cf. SCHMIDT, Benito Bisso. *Ibidem*. p.37.

¹⁶⁴ *Echo Operário*. Rio Grande, 24/10/1897. Apud. PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres da cidade...* Op. Cit. p.60.

hábitos e costumes das famílias desde muito antes da revolução industrial, ele era quantitativa e qualitativamente diferente neste novo contexto:

[o trabalho infantil não era uma novidade, mas] em relação ao sistema fabril, havia diferenças significativas. As atividades domésticas eram mais variadas. Em circunstâncias normais, o trabalho não se prolongava ininterruptamente, seguindo um ciclo de tarefas. [...] Em síntese, podemos supor que havia uma introdução gradual ao trabalho que respeitava a capacidade e a idade da criança.¹⁶⁵

Devido a esse ritmo de trabalho diferenciado e à imaturidade tanto física quanto psicológica da criança, os acidentes não deviam ser raros e alguns deles chegavam aos jornais, como o noticiado em *A Razão*, de Porto Alegre:

Quando deveria ainda andar no colégio, já era obrigado a ganhar um desgraçado salário para ajudar-se a sustentar. Que miserável sociedade esta burguesa. Um pai vê-se obrigado a sacrificar seus inocentes filhos para não vê-los passar fome...¹⁶⁶

Os operários reconheciam que o espaço mais aconselhado para preservação da infância das crianças era a escola. O trabalho fabril, executado desde muito cedo na vida, acabaria por suprimir longevidade e saúde daqueles tão precoces operários. Assim falava um entusiasta do socialismo, em artigo do *Jornal do Comércio*:

[...] cumpre-nos não permitir que as crianças, ainda frágeis, tomem parte na conquista do pão diário.

Antes deve-se colocá-las sobre [sic] a proteção do ensino, fazê-las fortalecerem-se, afim de que para o futuro sintam-se capazes de enfrentar com a vida.

Ao contrário, sobrecarregá-las de serviço, é inutilizarmos a geração futura, fazendo com que desapareçam ou definhem seu organismo.

É isso o que se deve entender por socialismo, porque procura reformar as leis sociais, tendendo sempre para o bem-estar da coletividade.¹⁶⁷

¹⁶⁵ THOMPSON, E. P. *Padrões e experiências*. Op. Cit. p. 203 e 205.

¹⁶⁶ *A Razão*. Porto Alegre, 01/05/1896. Apud. PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres da cidade...* Op. Cit. p. 64.

¹⁶⁷ *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 01/05/1906, p. 1.

Os jornais operários, ao tratarem da exploração do trabalho infantil, demonstravam solidariedade ao pequeno operário nas denúncias às tão injustas e opressoras práticas. Sem desconhecer que o trabalho da criança tirava o lugar dos adultos no mercado (constatação que complementava a já referida disputa com as mulheres pelos postos de trabalho), criticavam o fato das crianças serem vítimas tão jovens deste sistema, disto decorrendo prejuízo para toda a classe.

O jornal *Gazetinha*, de Porto Alegre, fazia a denúncia do trabalho infantil, mas identificava que na grande maioria das famílias trabalhadoras os pais não tinham condições de manter o sustento da casa, falhando na tarefa de proteger suas crianças da exploração do trabalho: “Os pais de uma dessas infelizes crianças, quando a joga na rua, em busca de alguns vinténs, é porque faltam-lhes completamente os recursos, para alimentá-la e vesti-la”.¹⁶⁸

Neste sentido, os jornais operários repetidamente afirmavam que as crianças deveriam estar na escola, desenvolvendo um aprendizado condizente com a sua idade, longe das fábricas que lhes “roubavam” a infância e lhes destruíam a vitalidade:

[...] Essas alegres crianças, que satisfeitas vão à escola, transformaram-se, na cidade, em tristes farrapos humanos, farrapos com 10 anos, parecendo que tem o triplo da idade: uma anda com o braço ao peito, porque uma engrenagem dilacerou-lhe; aquela tem um dedo de menos em uma mão; reparei, nem uma única sabe a primeira letra do abc.¹⁶⁹

A incorporação de trabalhadores muito jovens à classe operária era uma realidade experimentada desde a última década do XIX. Muitas das crianças e jovens aprendizes que iniciavam precocemente o trabalho fabril-industrial tendiam a manter-se nele, pois já que se viam afastados da vida escolar – o que ocorria com a grande maioria – poucas opções teriam de ingressar em outra atividade menos penosa e que garantisse melhores rendimentos.

Para maioria das famílias operárias, o trabalho infantil não era uma opção, mas uma necessidade premente no complemento dos ganhos domésticos. Em virtude desta condição, as doenças, os acidentes e mortes eram bastante comuns, sendo assunto tratado com frequência pela imprensa operária com críticas, denúncias e, às vezes, algumas sugestões para solução.

¹⁶⁸ *Gazetinha*, Porto Alegre. Apud. PESAVENTO, Sandra J. *O cotidiano da república: elites e povo na virada do século*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1990. p. 78.

¹⁶⁹ *Echo Operário*. Rio Grande, 17/10/1897, p. 1.

Mantinhm-se queixas muito semelhantes em relação ao trabalho da mulher e o da criança, tais como a brutalidade da exploração, os baixos salários, a violação da família e seus valores. Pode-se evidenciar, de certa forma, uma infantilização da mulher e uma feminilização da criança. Porém, como foi observado, a criança era vista menos como uma concorrente no espaço de trabalho do que como uma criatura indefesa que, devido a um sistema injusto e brutal, havia sido impelida a trabalhar. O jornal anarquista *A Luta*, de Porto Alegre, relata com detalhes a rotina de meninos trabalhadores da Fundação Alberto Bins, uma rotina caracterizada pelo alcoolismo, violência e miséria extremada:

Era a hora da refeição: os pequenos operários ali estavam, com aqueles bocados de pão, reparando as forças para continuar o trabalho. [...]

Tivemos curiosidade e nos acercamos. Falamos com alguns deles, e pouca atenção nos ligaram. Um dentre eles, magro, esguio e feio, responde-nos. Teria uns doze anos de idade. Através do carvão que lhes sombreava o rosto, notamos sua palidez doentia; um provável candidato à tuberculose.

.....

Ficamos a contempla-los; os pobres rapazes, muito sujos e muito pálidos e magros, vestindo quase todos uma roupa encarvoada e gordurosa, semelhavam uns miseráveis, condenados arrastando grilhetos [sic]...

E nos lembramos da cachaça que os faz suportar o calor e que mais tarde os fará esquecer as agruras da vida, esquecendo também de que são homens e obliterando-lhes todos os sentimentos.

Serão então: dóceis e inconscientes escravos ou miseráveis e infelizes criminosos. Aqueles o patrão explorará com avidez; a estes a justiça estará pronta a condenar, a apodrecer num cárcere.

A sociedade atual é uma maravilha de organização e nós, libertários, que com ela não estavamos satisfeitos, somos perigosos criminosos que só merecemos a repulsa e as perseguições da gente séria e honrada...¹⁷⁰

Um dos meninos que conversara com os redatores do *A Luta* contara que, muitas vezes, o cansaço era tamanho que “nem vontade de comer” tinha ao chegar em casa, mas esse ritmo de trabalho fazia-se necessário devido ao rígido controle no interior da fábrica, cujo contra-mestre não se eximia em usar de violência no trato com os jovens operários.

¹⁷⁰ *A Luta*. Porto Alegre, 19/07/1908, p. 2.

O socialista Cecílio Dinorá, autor do artigo, afirmava que a manutenção de um sistema como esse acabaria por transformar aqueles meninos em algo menos que homens, talvez apenas corpos dóceis aptos para um trabalho incessante. Dinorá conclui seu texto com um acento irônico, afirmando o quão “maravilhosa” era a sociedade capitalista ao impor um regime tão cruel de exploração aos seus trabalhadores, além de obrigá-los a se tornarem trabalhadores tão prematuramente.

A solidariedade para com as crianças trabalhadoras aparecia lado a lado com as críticas dos jornais operários à sua exploração, como ocorria também com as mulheres. Para efetivar-se a luta contra a exploração, era necessário que esta estivesse clara e evidente para a grande maioria dos trabalhadores, papel que buscavam cumprir aqueles que atuavam na imprensa operária e grupos militantes. Dessas críticas não escaparam as redações dos jornais comerciais que empregavam crianças, como na notícia de 1907 em *A Democracia*:

Há na tipografia do O Sul, um menino aprendiz que ganha 1\$500 por dia. Esse menino trabalha na caixa e é obrigado a produzir 4\$ ou 5\$000 diários, com prejuízo dos empregados que são de obra, e que muitas e muitas vezes estão parados e o menino sempre tem serviço. Dois males provém daí: a exploração que sofre o aprendiz e o prejuízo que causa aos caixistas.¹⁷¹

Nessa perspectiva, as denúncias sobre as situações vividas por jovens trabalhadores tentavam explicitar a exploração, suas formas de ocorrência e aqueles a quem ela afetava. Era uma forma de ensino, uma pedagogia da resistência aplicada pelos jornais, pois através das explicações e ilustrações da condição comum dos trabalhadores buscava-se conscientizar a classe da importância da solidariedade e da cooperação em seu meio.

As relações que se estabeleciam entre trabalhadores e crianças operárias, através daquilo que os registros nos permitiram interpretar, davam-se no sentido da preservação da criança frente aos inúmeros malefícios produzidos pelas relações capitalistas na produção industrial. Da mesma maneira que a solidariedade buscava melhores condições de vida e trabalho através de ajudas e cooperação entre trabalhadores, assim também ocorrera com a preocupação das lideranças e da organização do movimento em relação ao trabalho infantil. Auxiliar as crianças a evitar o ingresso nestas relações de trabalho, alertar as famílias para os danos a elas causados, explicitar os prejuízos que o trabalho infantil produzia ao conjunto dos trabalhadores

eram os recursos (mesmo que limitados) dos quais faziam uso grupos e lideranças operárias na luta contra a exploração, não só infantil, mas do trabalho fabril em geral.

*

* *

O posicionamento, opiniões e ações de trabalhadores em relação ao trabalho feminino e infantil – resgatadas através dos registros de uma imprensa fundamentalmente composta por homens – apresentaram objetivos e justificativas diversas. Em relação ao trabalho feminino, por exemplo, mostraram-se muitas vezes contraditórias e até mesmo opostas, porém, a leitura destas fontes foi feita levando em conta o curso deste processo de formação da classe, no qual as relações intra-classe estavam se forjando em meio aos valores e hábitos de uma cultura patriarcal tradicional.

As mulheres trabalhadoras não tinham um “lugar marcado”, um espaço que lhes fosse reservado. Com elas foram sendo criadas relações – ora de aproximação e solidariedade, ora de conflito e tensão – fundamentais para definição e (de)limitação da classe operária. A presença feminina nos embates em defesa dos interesses da classe, em denúncias da imprensa operária e em ações de solidariedade, mostram a importância que as mulheres tiveram nestas relações, por vezes tumultuadas, que estavam se construindo entre os trabalhadores.

Da mesma forma, os homens não aceitaram unanimemente a presença feminina e infantil no mercado de trabalho ou no movimento organizado, mas também não puderam negar-lhes importância, uma vez que esta força de trabalho era parte constitutiva do universo fabril-industrial e das próprias condições de sobrevivência da família operária. As relações que se criaram foram resultantes de dificuldades compartilhadas, especialmente as que envolveram a exploração direta da mão-de-obra, dando um passo fundamental para uma experiência de classe e para constituição de uma consciência da mesma.

A presença do trabalho de crianças e jovens no mundo fabril, e seus efeitos logo percebidos, contribuíram para a consciência da universalidade da exploração. Identificar, comunicar, alertar sobre as formas de exploração e as maneiras de evitá-la ou minimizá-la eram caminhos da formação da classe. Analisou-se o trabalho infantil não tanto pela possibilidade de desencadear conflitos e disputas nas relações intra-classe, mas para reforçar o que se observava sobre o trabalho feminino quanto à generalização da

¹⁷¹ A *Democracia*. Porto Alegre, 24/03/1907, p. 2.

exploração que prejudicava a classe como um todo. Neste sentido, a exploração infantil, enquanto um outro campo de alcance da exploração classista, abria possibilidades de ações e relações de solidariedade operária.

Assim, não foi somente através das ações organizadas como as greves, paralisações e comícios que os trabalhadores lutaram contra a exploração e a classe que os oprimia. Foi também por meio de ações individuais e coletivas com base em uma solidariedade – que se “fazia” operária – que se efetivaram formas de combate às dificuldades comuns e ampliação da força do coletivo. Como afirma Isabel Bilhão:

[...] muitas vezes o que garante a continuidade e motivação do movimento operário são essas ações concretas de solidariedade.

Ou seja, é na vida cotidiana que se forma a coexistência social – onde ocorre permanentemente a relação entre o indivíduo e o grupo, onde o indivíduo não está isolado, mas liga-se a uma comunidade por uma série de laços de afeto, de costumes cotidianos, de ações.¹⁷²

A análise que apresentamos foi baseada em situações concretas em que estiveram envolvidos homens, mulheres e crianças operárias e espera-se ter podido mostrar que a classe não está “pronta” num dado momento histórico simplesmente por existirem as condições materiais para tanto.¹⁷³ As relações internas que se estabeleciam entre os trabalhadores foram, portanto, cruciais ao desenvolvimento da classe, sua conscientização e organização para a luta. Desta forma, analisar a maneira como os trabalhadores viam a figura da mulher operária, da criança trabalhadora, e como se relacionavam entre si enquanto sujeitos de uma mesma exploração é necessário para que possa compreender a construção dessa classe em termos de participações, ações e relações sociais.

2.2. As greves: momentos de solidariedade e conflito entre operários

As greves, como já foi comentado sobre ações envolvendo mulheres trabalhadoras, são momentos privilegiados para observar as limitações e possibilidades existentes nas relações internas da classe. As greves, por sua característica de conflito aberto, público e organizado na busca por determinados fins, encerram elementos importantes para a análise das relações de solidariedade e conflito no meio operário.

¹⁷² BILHÃO, Isabel A. *Família e movimento operário: a anarquia dentro de casa*. Op. Cit. p. 208.

¹⁷³ WOOD, Ellen. Op. Cit.

Pressupondo-se que os interesses da classe trabalhadora são comuns e compartilhados e se colocam em contraposição aos da classe burguesa, aparentemente não haveria razões para dissensão, rivalidade e conflito entre operários, especialmente nos momentos em que certas demandas coletivas estiveram em jogo, como nas greves. Contudo, a classe é sempre muito mais complexa e heterogênea na sua composição, ações e posições do que a sua redução aos termos básicos do conflito “operariado *versus* burguesia” deixa entrever.

As greves tinham sempre uma perspectiva de “ganho” diante de direitos negados. Neste sentido, as diferenças internas na classe tendiam a se atenuar nos movimentos grevistas, uma vez que as divergências maiores com a classe patronal eram colocadas em destaque.¹⁷⁴ A solidariedade entre operários durante estas mobilizações era, por sua vez, de fundamental importância tanto para declaração quanto para duração e sucesso de uma greve. Ações de solidariedade envolviam uma consciência da importância da luta operária e das vantagens dos movimentos coletivos. Loner afirma que a solidariedade entre operários fundava-se “[na] idêntica situação de abandono e descalabro em que eram deixados pelo Estado e pelos patrões, e da qual sabiam por experiência própria que a única saída e apoio em suas reivindicações eram os demais operários.”¹⁷⁵

A tônica dos discursos em defesa das ações coletivas e, em especial, das greves insistiam na força dos operários em conjunto e em união, e no potencial dos seus movimentos organizados, nos quais e para cujo sucesso a solidariedade devia ser exercida e ampliada. Muitas das greves e paralisações ocorridas durante o período aqui analisado tiveram motivações ligadas à solidariedade de classe, como se observa em todos os casos do quadro abaixo:

Quadro 2: Greves ocorridas no Rio Grande do Sul (1890-1919)

Duração	Local	Categorias	Motivos	Observações
1898 Janeiro -?	Pelotas	Trabalhadores do Centro Telefônico	Dispensa de um companheiro	?
1912 Maio -?	Santa Maria	Operários de uma fábrica de carros	Solidariedade com companheiros despedidos	?
1912 27/28	Rio Grande	Estivadores	Pagamento do salário de uma	?

¹⁷⁴ LONER, Beatriz A. *Construção de classe...* Op. Cit. p. 285-286.

¹⁷⁵ Idem, *Ibidem*. p. 290.

Novembro			noite na qual se suspendeu o trabalho por acidente com um trabalhador	
1913 Setembro -?	Porto Alegre	Padeiros de um estabelecimento	Maus tratos do proprietário sobre um empregado	?
1913 Setembro -?	Santa Maria	Tipógrafos de jornal	Protesto pela repreensão de um companheiro	?
1915 10/? Maio	Porto Alegre	Padeiros	Prisão de companheiros por distúrbios contra padarias que desrespeitam o descanso semanal	Vitória
1916 03/11 Fevereiro	São Jerônimo	250 mineiros	Demissão de um mineiro acusado de provocar um acidente [também outras demandas desta categoria]	?
1916	Porto Alegre	Tecelões de Oscar Schaitza e Cia.	Más condições dos teares; exigência da demissão de um gerente que maltrata os operários	?
1916 Junho -?	Rio Grande	Mensageiros	Maus tratos a um menor mensageiro	?
1916 07/10 Setembro	Porto Alegre	Calceteiro	Solidariedade com companheiros despedidos	Vitória
1917 Agosto -?	Montenegro	Operários da fábrica de banha de J. A. Renner	Solidariedade com companheiros de Porto Alegre [e outras reivindicações da categoria]	Conseguem aumento salarial

1917 16 Out./03 Nov.	[ver nota de rodapé] ¹⁷⁶	Operários da Viação Férrea	Exigência do regresso de operários intimados pela Viação a seguir para Rio Grande e Gravataí [e também outras demandas da categoria]	Vitória
1918 Junho -?	Porto alegre	32 operários estrangeiros da Cia. Fiação e Tecidos	Solidariedade a companheiro despedido	Fracasso
1919 17/23 Janeiro	Santa Maria, Gravataí, Passo Fundo	Operários dos escritórios da Viação Férrea	Demissão de companheiros	Vitória
1919 03/06 Março	Porto Alegre, Montenegro, Gravataí	Pessoal de trânsito e escritórios da Viação Férrea	Solidariedade com companheiro demitido	Fracasso
1919 13/24 Maio	Porto Alegre	Sindicato dos Padeiros	Solidariedade com os canteiros; condições de higiene; prisão de padeiros	Vitória
1919	Pelotas	Estivadores	Solidariedade com companheiros de Porto Alegre	?
1919	Porto Alegre	Padeiros de uma padaria	Solidariedade com companheiro despedido	?

Fonte: PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". In. DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius. (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

Das 73 greves documentadas ocorridas entre 1890 e 1919, pelo menos 18 delas, referidas no quadro anterior, foram realizadas em busca de algum benefício ou reparação em prol de outro(s) trabalhador(es). Eram ações organizadas e com finalidades bem claras e, mesmo que seus ganhos não trouxessem benefícios materiais para todos os trabalhadores, referiam-se a demandas permanentes da classe operária, daí a legitimidade de tais movimentos. Nas páginas do *Echo Operário* de 1897 evidenciam-se

¹⁷⁶ Desta greve participaram as cidades e localidades de Santa Maria, Montenegro, Gravataí, Passo Fundo, Cacequi, Pinhal, Bagé, Fortaleza, São Leopoldo, Cachoeira, Caxias, Margem, São Gabriel, Pelotas e Santa Cruz.

alguns princípios que deveriam nortear a organização de uma greve, exemplificando a postura pedagógica que estes periódicos e suas lideranças mantinham frente a classe operária e sua luta:

[...] Para a greve ser salutar é necessário: 1º um fim justo pelo qual tenham de agir; 2º completa solidariedade de ação afim de que os diretores de fábricas não possuam por si elemento de luta; finalmente 3º possuírem-se os grevistas de bastante ânimo afim de que não fraquejem indo-se apresentar no trabalho antes de obter aquilo pelo qual fizeram greve, colocando assim nas circunstâncias de serem pior tratados.¹⁷⁷

Observa-se que o autor deste texto, Gonçalo Calvo, tinha uma postura bastante objetiva sobre as greves, seu papel na luta de classes e a importância da solidariedade na dinâmica desses movimentos. Uma ação organizada necessitava da participação e solidariedade de todos os trabalhadores para alcançar êxito, pois a maior pressão e melhor chance de sucesso dependiam da atuação coesa dos envolvidos.

A imprensa operária traz numerosos registros de que havia intensa circulação de informações e líderes operários da região do Prata e também da Europa, mesmo não havendo muitas experiências pgressas de greves e movimentos paredistas na década de 1890 nas cidades que se industrializavam no estado. Neste sentido, tinha lugar um aprendizado através de leituras, contatos e do conhecimento de movimentos ocorridos em outros países que auxiliavam e inspiravam as lideranças locais a lidarem com a realidade que viviam, colocando a greve como uma alternativa de luta.

Cabe ressaltar que as greves sempre foram armas de luta “clássicas” entre os operários, defendidas tanto por líderes anarquistas quanto socialistas aqui no estado. Os anarquistas em especial acreditavam que as greves eram a alternativa mais autônoma de conquista de direitos e benefícios para classe trabalhadora, pois se caracterizava pelo confronto direto entre interesses de patrões e operários.

No socialista *Echo Operário* de 1897, publicara-se um texto que tratava da consciência (e a falta dela) entre os trabalhadores locais que resultava em atrasos e perdas para o operariado em momentos de mobilização grevista:

Há alguma coisa de desconhecido no caráter do operariado rio-grandense que o coloca a par do europeu sem, contudo, poder-se dizer que aquele tenha como este o conhecimento preciso dos seus deveres e direitos.

¹⁷⁷ *Echo Operário*. Rio Grande, 28/09/1897, p. 1-2.

Há no nosso operariado uma intuição de revolta de que ele não procura saber a causa; que ele sente como um desejo irresistível, mas que não sabe explicar e que mesmo não procura explicar tal é a indiferença com que olha para as coisas que lhe dizem respeito.

.....

Estas considerações e mais algumas que faremos, vem a propósito da greve dos tecedores da fábrica Ítalo-Brasileira que teve seu princípio no dia 15 do corrente.¹⁷⁸

O texto de Gonçalo Calvo a respeito das ações grevistas, publicado algumas semanas antes da greve na tecelagem Ítalo-Brasileira de Rio Grande, já afirmava que a greve era o único meio “honroso e digno pelo qual os operários devem reclamar os seus direitos em caso de negativa dos patrões”¹⁷⁹. Pode-se ver claramente que o jornal, partidário destas ações, estava temeroso quanto ao pouco entusiasmo e espírito coletivo por parte da classe operária rio-grandina.

Os operários da fábrica haviam entrado em greve em 15 de setembro – aproximadamente 105 operários, grande parte italianos – e buscavam melhorias nos salários e cumprimento de acordos estabelecidos antes de embarcarem para o Brasil vindos da Itália.¹⁸⁰ Porém, o jornal afirmava que em 25 do mesmo mês os grevistas tinham retomado o trabalho ao receberem algumas vantagens, “embora não fossem as que pediram”, mas “vale mais pouco do que nada, e os operários no Rio Grande não estão preparados para greves”¹⁸¹. Concluía pesadamente a nota, a despeito de o jornal ter mencionado num número anterior que não seria fácil arranjar trabalho para 105 operários (pressupondo que fossem demitidos ou que eles mesmos desistissem daquele trabalho), mas que ainda assim os apoiava e fazia votos pela “completa vitória dos grevistas que é justa e digna”.¹⁸² Não sabemos, contudo, se as palavras do jornal se traduziram em algum tipo de solidariedade com ajuda financeira e material às famílias dos operários ou se ficou restrita a um verbal “voto de confiança”.

Pouco tempo depois o mesmo jornal noticiava uma greve ocorrida em São Leopoldo de operários chapeleiros, da fábrica de Guilherme Eggers, que exigiam aumento de salário. Como resultado os trabalhadores receberam aumento de 15%, porém não se permitiu que os líderes da greve retomassem o emprego. Ainda assim, os operários aceitaram a oferta, a despeito de romperem com qualquer vínculo ou relação de solidariedade para com seus companheiros de greve, levando em conta mais os

¹⁷⁸ *Echo Operário*. Rio Grande, 19/09/1897, p. 4.

¹⁷⁹ *Echo Operário*. Rio Grande, 28/09/1897, p. 1-2.

¹⁸⁰ *Echo Operário*. Rio Grande, 28/09/1897, p. 2.

¹⁸¹ *Echo Operário*. Rio Grande, 10/10/1897, p. 4.

¹⁸² *Echo Operário*. Rio Grande, 28/09/1897, p. 2.

ganhos individuais do que a punição recaída sobre seus pares. A notícia concluía mencionando que atitudes como esta só explicitavam o atraso em que se encontravam os operários do estado em termos de organização.¹⁸³

Outro movimento que revela a questão da falta de unidade entre trabalhadores foi uma greve dos descarregadores do porto de Rio Grande ocorrida em fevereiro de 1898. O *Echo Operário* comenta que esta greve foi perdida “vergonhosamente” pelos “cento e tanto carregadores”, posto que sofrera de falta de comunicação e coesão entre os operários desta categoria. O jornal descrevera o desenrolar do fracasso e os pontos fracos do movimento paredista:

[...] pode ser que lhes sirva de lição para que numa outra não sejam tão faltos de coerência.

Logo no mesmo dia tiveram 50% do que exigiam e negaram-se a aceitar esse aumento, como quem está seguro de vencer e, no entanto temos hoje a certeza que nem ao menos tinham combinado com os colegas de Pelotas que os vieram substituir deslealmente e fazendo-os voltar ao trabalho pelo preço antigo para não perderem tudo!

.....

Sirva-lhes o exemplo ao menos para que não caiam noutra e para que se unam não só daqui como os de Pelotas e de Porto Alegre que em casos tais cometem um crime de lesocompanheirismo vindo fazer abortar uma greve que podia ser tão útil a uns como a outros.

Os pelotenses bem devem lembrar-se que podem ver-se na mesma contingência e que não terão senão a pena de Talião como paga do seu procedimento.

.....

Não sejam tão faltos de coerência para outra vez e lembrem-se do rifão:

“Quem tudo quer...”¹⁸⁴

Este texto permite matizar a questão das relações intra-classe. Neste caso específico, observa-se que as ações dos trabalhadores do porto de Pelotas ultrapassaram a não-solidariedade, que já seria prejudicial à classe pela indiferença a interesses gerais, alcançando um patamar de concorrência e rivalidade produzido (ou aprofundado) pela greve. A substituição de trabalhadores era um dos motivos geradores de fortes conflitos no interior da classe operária e do movimento, como foi neste caso.

A falta de solidariedade entre operários de uma mesma categoria que trabalhavam em cidades vizinhas pode ser indicativo do pouco grau de coesão entre eles. Contudo, é no mínimo curioso esse aspecto em se tratando de trabalhadores portuários, pois Loner afirma que greves relacionadas ao porto eram sinônimo de tumultos,

¹⁸³ *Echo Operário*. Rio Grande, 07/11/1897, p. 4.

conflitos e focos de rápida generalização grevista em qualquer uma das duas cidades. Além disso, observa-se que os portuários demonstraram sua solidariedade também em greves de trabalhadores de outras categorias ao paralisarem suas atividades dando um caráter mais radical a esses movimentos.¹⁸⁵

Uma possibilidade de explicação para este fato, que contraria as afirmações de coesão das categorias portuárias feitas por Loner, seria que os trabalhadores aprenderam a “lição”, nos termos em que colocara o *Echo Operário* citado, após o resultado negativo desta greve. Uma outra explicação talvez fosse que a construção dessas experiências de greves e negociações com os patrões estavam em gestação e eram ainda muito novas no momento em que tal paralisação eclodira. Assim, não ocorrera a articulação com os portuários seus vizinhos, aos quais os contratadores recorreram logo que os grevistas não aceitaram a primeira oferta.

Enfim, sejam quais forem as razões desta não-solidariedade, ela é importante para reforçar aquilo que já havia sido destacado: que a solidariedade e a união não são as únicas formas de relação que emergem da experiência de exploração.

Ao examinarmos experiências de greve e o aprendizado delas decorrente não podemos deixar de tratar novamente da greve de 1906. Como antes já foi comentado, iniciara-se com um movimento de paralisação de uma única categoria (os trabalhadores marmoristas da oficina de Aloys Friederichs), reivindicando a diminuição da jornada de trabalho para 8 horas diárias.

Ao longo dos seus 21 dias de duração, pelos menos outras 15 categorias aderiram ao movimento, fazendo com que os trabalhadores da capital – mais de dois mil segundo as notícias da época – permanecessem mobilizados por três semanas¹⁸⁶, caracterizando uma conjuntura extremamente importante tanto para a criação de uma solidariedade operária, como para a eclosão de diferenças e divergências entre grupos e ampliação das tensões no interior da classe:

A greve de 1906 reforçou a solidariedade dos operários, consubstanciada na fundação da FORGS [Federação Operária do rio Grande do Sul], e também a dos empresários que, frente à mobilização do operariado, viram-se na contingência de organizarem-se e tomarem medidas comuns. Entretanto, ela também exacerbou as diferenças e as tensões no interior de cada classe. Nesse sentido, por exemplo, acirrou-se a disputa entre os socialistas e os

¹⁸⁴ *Echo Operário*. Rio Grande, 13/02/1898, p. 3.

¹⁸⁵ LONER, Beatriz A. *Construção de classe...* Op. Cit. p. 291.

¹⁸⁶ Para mais informações e análises sobre a greve geral de 1906 ver SHIMDT, Benito Bisso. *Ibidem*; BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve

anarquistas pela liderança do movimento e muitos patrões adotaram acordos em separado com seus empregados.¹⁸⁷

Portanto, nem só de solidariedades se fez esta greve. Nela também tiveram lugar, e de forma explícita, ações de não-solidariedade entre operários, como neste caso de um trabalhador da indústria têxtil que afirmara, perante o pedido de solidariedade feito pelos marmoristas: “Quê que eu tenho a ver com os marmoristas?”¹⁸⁸ Observe-se que esta notícia, utilizando-se das próprias palavras do dito operário, foi publicada pelo jornal *A Luta*, franco apoiador do movimento paredista e que defendia as greves como movimentos fundamentais de luta e conquista da classe operária e a solidariedade como elemento essencial para vitória destas ações coletivas.

Ainda assim, muitas das ações e relações de solidariedade construídas ao longo deste movimento repercutiram positivamente entre os trabalhadores. Vejamos a notícia publicada no *A Luta* de 1907 e que alertava os operários locais sobre o recrutamento de “fura-greves” para substituírem grevistas da capital paulista:

Informou-nos o Sr. Eduardo Hasslocher, agente de crumiros nesta capital, que de Rio Grande já seguiram 45 indivíduos para substituírem grevistas paulistanos e que também desta capital irá uma meia dúzia, cujo embarque deverá ser por estes dias.

.....

Em vista desta informação e com a intenção de prevenir o operariado de S. Paulo, passamos à redação da *Battaglia* o seguinte telegrama: Battaglia – Rio Grande 45 crumiros e daqui alguns seguirão. *A Luta*.¹⁸⁹

Poucas semanas depois, nova notícia chamava a atenção para a importância da solidariedade para com os companheiros paulistas, avisando sobre operários que haviam se dirigido para lá “traindo” seus colegas de classe.

Atenção!

Os traidores!

Pedimos aos companheiros que souberem quais são os operários desta capital que se comprometeram com Eduardo Hasslocher a ir substituir grevistas de São Paulo, o obséquio de enviar a esta redação os nomes dos mesmos, afim de os publicarmos na *Democracia*, como castigo à traição e aviso aos nossos companheiros paulistanos.

de 1906, em Porto Alegre. Op. Cit.; BILHÃO, Isabel A. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre (1906-1911)*. Op. Cit.

¹⁸⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit. p. 201.

¹⁸⁸ *A Luta*. Porto Alegre, 13/09/1906, p. 2.

¹⁸⁹ *A Luta*. Porto Alegre, 01/07/1907, p.?

Pela moralidade da classe operária é preciso que os Iscariotes sejam expostos ao desprezo público.¹⁹⁰

Um elemento importante pode ser extraído desta situação, pois se observa que na notícia anterior era o jornal anarquista *A Luta* que se manifestava pedindo solidariedade por parte dos operários porto-alegrenses. Já a nota do dia 21/07 partia do periódico socialista *A Democracia*. Os dois jornais, a despeito das diferenças que os separavam nas questões ideológicas, uniram esforços em defesa da classe e buscando difundir a solidariedade operária contra a exploração. Estes são casos de uma experiência de solidariedade que se alargava no interior da classe, alcançando até mesmo o movimento organizado de outros estados.

Nesta conjuntura pós-greve de 1906, também muitas associações foram criadas ou reorganizadas no estado. A União dos Pedreiros¹⁹¹, por exemplo, foi fundada neste ano por ocasião das mobilizações e proferira que sua função era “promover a solidariedade entre a classe e bem assim metodizar os meios de luta pelas reivindicações de seus direitos”.¹⁹²

Algumas das entidades que existiam em Porto Alegre entre 09/12/1906 e 12/08/1907, e das quais se têm registro estão listadas no quadro abaixo:

Nome da entidade	Tendência político-ideológica
União Operária Internacional	Progressiva predominância dos anarquistas
Grêmio das Artes Gráficas e Correlatas	Progressiva predominância dos socialistas
União dos Trabalhadores em Madeira	Progressiva predominância dos socialistas
Sindicato dos Marceneiros	Aparente predominância dos anarquistas
Allgemeiner Arbeiterverein	Tradicionalmente socialista
União dos Pedreiros	Aparente predominância dos socialistas
União dos Metalúrgicos	Aparente predominância dos socialistas
União dos Empregados em Padaria	Aparente influência dos socialistas
Towarzywo Napzod	Boas relações com socialistas
União dos Chapeleiros	Tradicionalmente socialista
Grêmio Instrutivo e Recreativo 1º de	Perfil apolítico

¹⁹⁰ *A Democracia*. Porto Alegre, 21/07/1907, p. 1.

¹⁹¹ Aparentava possuir predominância socialista conforme SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit. p. 208.

¹⁹² *A Luta*. Porto Alegre, 13/09/1906, p.?.

Maio	
Club Imprensa Operária	Ligada aos socialistas
Sindicato dos Marmoristas	Ligada aos anarquistas
Federação Operária do Rio Grande do Sul	Alternância de tendências conforme grupos que estiveram em sua direção
União de Socorros dos Operários	Perfil apolítico
Cooperativa dos Calçados	Perfil apolítico

Fonte: Apud PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja nossa pátria!*”...Op. Cit. p. 207; SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit. p. 207-210.

Em 1907, após a experiência da greve geral, o jornal *A Democracia* fazia um chamado aos operários da capital para que mantivessem ativas as relações de solidariedade forjadas durante a greve e que as ampliassem em favor da união da classe e do sucesso de sua luta:

Como é sabido, por efeito da greve mantida aqui, pela maioria da nossa classe, de 1º a 21 de outubro do corrente ano, ficaram desempregados muitos dos nossos companheiros, principalmente, como era de esperar, aqueles que mais se esforçaram pelo completo êxito do movimento. Não há quem ignore qual é o resultado que a falta de ocupação, e conseqüentemente de ganho, produz para o operário e no lar dele.

.....

As coletas entre companheiros e o espetáculo realizado no salão 1º de maio na avenida Missões, foram medidas postas em prática por ela [a Comissão Central Provisória da Confederação Operária de RGS] para a consecução do seu veemente desejo de minorar, senão extinguir, os desagradáveis efeitos econômicos que a greve de 21 dias haja deixado no modo de vida de não pequeno número de companheiros.

Dessa maneira já bem regular é a soma de benefícios disseminados pela comissão, quer por meio de distribuição de gêneros a família de ex-grevistas que ainda se acham sem ocupação remunerada, quer prestados com pagamento total ou de parte do valor de passagens para os companheiros que têm sido obrigados pela necessidade a ir procurar seu ganha pão em outras localidades.

Entretanto, ainda existe em Porto Alegre número de ex-grevistas, alguns com encargo de família, que precisam e devem ser amparados até que consigam meios de angariar o reclamado pela subsistência sua e dos seus.

Em prol desses a Comissão Central continua a empregar esforços; e tanto assim que é está organizando mais um espetáculo particular que, em benefício dos referidos companheiros, será efetuado, brevemente na sede das sociedades operárias à rua Ramiro Barcelos.

Atendendo-se ao fim nobilíssimo que motiva a projetada receita em benefício, é de esperar que os bons elementos da classe não deixarão de contribuir para que o resultado dela seja excelente.¹⁹³

Auxiliar outros trabalhadores a enfrentar as dificuldades financeiras e necessidades básicas não necessariamente caracterizava uma ação de solidariedade de classe. Porém, quando tais ações resultavam de um movimento organizado mobilizando grande contingente de trabalhadores em torno de uma reivindicação decorrente das próprias condições de exploração de seu trabalho, então estas ações podiam efetivamente ser caracterizadas como solidariedade de classe.

A preocupação de trabalhadores em realizar listas de subscrição, apresentações teatrais ou outras atividades em prol daqueles que foram seus companheiros de greve e lutaram conjuntamente na obtenção de benefícios para classe identifica a permanência e a propagação de relações de solidariedade criadas e/ou intensificadas durante aquele movimento paredista.

Não foram todas as categorias envolvidas na greve de 1906 que tiveram sua jornada de trabalho diminuída. Algumas delas a tiveram, mas algum tempo depois os patrões e estabelecimentos voltaram atrás nos acordos feitos com os trabalhadores. Assim, em 1911, os pedreiros e carpinteiros, duas categorias que haviam tomado parte na greve geral de 1906, estavam articulando uma nova greve em busca das antigas reivindicações. O jornal *O Exemplo* afirmava em 1911 que a consciência das condições gerais de vida e trabalho necessitava de ações mais efetivas e conjuntas por parte dos trabalhadores. E mais, a experiência da greve de 1906 estava sendo trazida, cinco anos após, como justificativa e incentivo para novas ações a se realizarem naquela conjuntura e em outras futuras. Era uma “memória das greves” que estava sendo acionada neste momento:

Há muito tempo que o operariado porto-alegrense achava-se tomado de uma inércia tal, cuja atitude não estava de acordo com o estado atual das circunstâncias da vida.

Andávamos nestas conjecturas, quando chega ao conhecimento público que os pedreiros e carpinteiros estavam se preparando para levar a efeito um movimento de protesto ante as exigências e mistificações do horário estabelecido da “greve dos 21 dias”.¹⁹⁴

Uma notícia publicada duas semanas mais tarde, anunciava que os operários pedreiros e carpinteiros mantinham-se em “greve pacífica”, cuja causa justa estava

¹⁹³ *A Democracia*. Porto Alegre, 06/01/1907, p. 4.

¹⁹⁴ *O Exemplo*. Porto Alegre, 21/01/1911, p. 2.

mobilizando gentilezas de alguns cavalheiros, como um médico que oferecera serviços gratuitos e um ourives que fizera uma doação à causa dos grevistas. Mesmo tratando-se de pessoas que não faziam parte do operariado, as suas ações em prol dos grevistas foram publicadas pelo jornal, provavelmente na intenção de estimular, através destes exemplos, atitudes semelhantes de solidariedade entre operários. Para tanto, o jornal decidira realizar uma subscrição em auxílio dos grevistas:

Nós que vivemos neste cantinho da imprensa batendo-nos pelos fracos, apelando para as nossas associações, para as nossas patrícias que também são operárias, para os nossos homens abrimos hoje uma subscrição voluntária em prol dos grevistas e pedimos o seu auxílio. Qualquer quantia poderá ser remetida à esta redação [...].

O Exemplo..... 20\$000.¹⁹⁵

A consciência que os redatores deste periódico tinham sobre a organização do movimento e suas possibilidades enquanto força conjunta fica demonstrada em outra notícia deste mesmo número.

Os srs. construtores precisam convencer-se de que o operário de hoje não é o mesmo de a 15 ou 10 anos, quando ele tinha medo de falar em greves, socialismo, etc. Não. A situação operária porto-alegrense é muito outra hoje, nem podia deixar de assim ser, porque, como tudo, está ela sujeita à evolução e daí, “outros tempos, outros moldes”.

Porque é na greve que o operário tem o recurso de reclamar pela reivindicação de seus direitos [...].

.....
E o operário? Qual é a classe ou instituição que o ampara quando ele vê os seus direitos amesquinados por quem quer que seja?

.....
Tem ele, pois, de lutar, sozinho, contra todas as classes e contra o governo.

Por conseqüências, só resta a greve.

.....
Operários de todas as classes, sede solidários com os nossos irmãos de infortúnio neste ato de reivindicação, para o ganho da causa que será uma vitória para o proletariado.¹⁹⁶

A solidariedade exortada pelo periódico, entretanto, parece não ter se efetivado nos moldes em que se desejava, pois na seqüência das notícias, um texto escrito por Aristides José da Silva afirmava que a greve já estaria triunfante, se não fosse por

¹⁹⁵ *O Exemplo*. Porto Alegre, 05/02/1911, p. 1.

¹⁹⁶ *O Exemplo*. Porto Alegre, 05/02/1911, p. 1.

aqueles “companheiros de amargores [que, no entanto,] negam solidariedade a uma causa, cuja vitória abrigaria a todos com a sua sombra!”.¹⁹⁷

No dia 12/02/1911 veio a público o resultado da greve dos carpinteiros e pedreiros, com duração de pouco mais de um mês. A greve destas duas categorias saíra vitoriosa nas suas exigências pela diminuição da jornada para 8 horas. Mesmo tendo sofrido críticas por falta de solidariedade de companheiros e também outras categorias, o movimento alcançara os objetivos propostos. Experimentou tanto ações de solidariedade – vindas da redação de *O Exemplo*, da lista de subscrições – quanto também a ausência dela, através do silêncio e apatia de outros grupos de trabalhadores. Importante, contudo, foi a explicitação através das páginas de jornal *O Exemplo*, da consciência sobre a capacidade de pressão dos trabalhadores solidários em greve e dos avanços realizados pelo movimento operário.

*
* * *

As greves, assim como diversas outras ações realizadas por trabalhadores, não apresentam uma lógica estritamente econômica no sentido de uma derivação automática e sem mediações do modo de produção. Portanto, elas estavam associadas a interesses de grupos, individualismos e rivalidades. Contudo, também foram palco de desenvolvimento, ampliação e repercussão de relações de solidariedade fortalecendo através destas experiências de classe a união entre os trabalhadores.

Ao analisar algumas das greves ocorridas entre o final do século XIX e início do XX, buscou-se enfocar os movimentos, sobretudo, quanto às relações de solidariedade e conflito que a partir deles se engendraram. Procurou-se enfatizar a importância destas relações no desenvolvimento de uma experiência organizativa da classe operária, pois as relações intra-classe são, como procurei demonstrar, centrais para efetuação dos movimentos organizados na luta de classes.

A solidariedade e o conflito fizeram parte da maneira como os trabalhadores vivenciaram sua condição de explorados e articularam ações e soluções para lidar com sua realidade. Assim, eles não se relacionavam apenas de modo a maximizar seus ganhos e ampliar suas forças enquanto coletivo, mas também de modo a buscar a sua manutenção individual e preservação própria. A solidariedade de classe, portanto, ganha sentido dentro das relações entre operários, pois existem dentro delas também o conflito e a tensão. Desta forma, as greves podiam trazer à tona ou gerar relações conflitantes

¹⁹⁷ *O Exemplo*. Porto Alegre, 05/02/1911, p. 12.

entre operários, mesmo sendo organizadas para lutar coletivamente contra uma classe antagonica, indicando que os trabalhadores nem sempre estavam dispostos ou interessados na solidariedade e na união através dos laços e valores de classe. Em síntese, é o “fazer-se” da classe, baseado na experiência de exploração e na memória das suas ações resgatadas pelas militâncias operária que influenciava as suas relações internas e o processo de conscientização e organização para luta de classes.

2.3. Trabalhadores de diferentes etnias: a solidariedade (ou ausência dela) nas relações intra-classe

Os imigrantes europeus trazidos em grandes levas para diversas regiões do Brasil, como foi o caso do Rio Grande do Sul, auxiliaram a compor o contingente de mão-de-obra assalariada da nascente indústria. Muitos deles, vindos com algum conhecimento artesanal específico, empregaram-se como artífices em diversas fábricas e oficinas na capital e no interior do estado.

Os trabalhadores de nacionalidade estrangeira eram alemães e italianos em sua grande maioria, convivendo neste universo fabril-industrial e conferindo-lhe heterogeneidade cultural. Também havia trabalhadores vindos de outros países, como portugueses, poloneses, espanhóis, austríacos e outros europeus¹⁹⁸ mas, devido a maior abundância de registros documentais, centrarei atenção nos italianos e alemães. Estes dois grupos étnicos, tendo em vista a proposta deste trabalho, serão analisados nas situações em que manifestaram solidariedade de classe a despeito da nacionalidade, ou quando, ao contrário, a questão da origem nacional ou étnica foi uma característica que produziu tensão e disputas intra-classe.

As formas de organização e agrupamento destes indivíduos quando chegaram às cidades para trabalhar na indústria basearam-se nas suas experiências culturais pré-existentes, tais como a língua, a religião, as relações de parentesco. Podem-se observar tais elementos nas formas associativas ou organizativas criadas no interior de suas comunidades. Encontram-se tais exemplos em associações como a Comunidade Evangélica Alemã da Linha Brochier de São João do Montenegro, a Comunidade Evangélica Alemã de Sampaio ou a Comunidade Evangélica Alemã do Povoado de Bela Vista.¹⁹⁹

¹⁹⁸ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 139.

¹⁹⁹ *A Federação*. Porto Alegre, 29/07/1909, p. 2; 04/10/1909, p. 2 e 13/11/1911, p. 3.

Assim como estas organizações constituíram-se com base nos laços religiosos de seus membros e, portanto, numa experiência cultural comum, também muitas associações compostas por trabalhadores possuíam sua delimitação baseada na origem étnica ou nacionalidade dos membros e surgiam para atender aos seus interesses mais específicos.²⁰⁰ Mesmo em se tratando de trabalhadores, a participação de estrangeiros em associações que não tivessem perfil classista não necessariamente faria com que estes indivíduos constituíssem uma identidade de classe ou estabelecessem relações de solidariedade e ajuda baseadas na sua condição social.

Também os vínculos estabelecidos através da religião auxiliavam a respaldar as relações entre operários e patrões ou aproximar certos grupos de trabalhadores entre si e afastar outros. Joan Bak comenta que entre os alemães protestantes era muito forte a herança etnocultural, contudo, entre os alemães católicos a valorização dos vínculos religiosos era maior do que dos étnicos, o que fazia com que os alemães católicos mantivessem maior afinidade com católicos de fala portuguesa do que com seus vizinhos protestantes alemães.²⁰¹

Estes espaços de sociabilidade, como as associações, não se caracterizavam, portanto, obrigatoriamente como espaços de construção de uma experiência ou de uma identidade de classista. Isto se deve ao fato de não ser qualquer experiência de convívio que produz a solidariedade, o conflito ou a identidade de uma classe, como buscou-se demonstrar anteriormente. Estas relações necessitam, como vimos, da experiência de exploração nas relações de produção e do contexto do trabalho assalariado sob condições capitalistas para se efetivar.

Desta maneira, as relações entre trabalhadores de diferentes etnias nem sempre resultaram em solidariedade de classe, questão que pode ser observada nos acontecimentos da greve de 1906. Da mesma forma, a indiferença ou desinteresse pela condição do outro grupo étnico não ocasionaria necessariamente tensões ou conflitos intra-classe.

A ausência de solidariedade entre trabalhadores, mesmo que estes comungassem das mesmas dificuldades nas relações de trabalho, podia ser uma marca mais geral das suas diferenças e dos seus interesses culturais e étnicos. Podemos pensar numa articulação dos trabalhadores operários considerando-se suas experiências de

²⁰⁰ Para informações mais detalhadas sobre a existência de associações beneficentes étnicas e outras mais ver SILVA, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias públicas e privadas: estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Ed. Universidade/FFCH/PUCRS, 2004.

²⁰¹ Idem, *Ibidem*. p. 197.

exploração e de trabalho, mas também a mobilização de seus laços e relações de identidade étnica recriados no novo território a partir de suas origens.

Estas relações coexistiram e fizeram-se visíveis durante a greve de 1906, como demonstra Joan Bak, ressaltando que as diferenças de classe e interesses entre os estrangeiros eram mascaradas e atenuadas pela proximidade e identificação cultural entre patrões e empregados:

Os empresários, freqüentemente, contratavam seus conterrâneos, dividindo o mercado de trabalho local em linhas étnicas para o benefício do capital, acentuando a solidariedade étnica e camuflando as diferenças de classe. As barreiras linguísticas que isolavam os imigrantes da população de fala portuguesa, reforçavam os laços culturais entre proprietários e operários.²⁰²

As relações entre trabalhadores, portanto, não são previsíveis ou pré-moldadas pelas condições econômicas, pois envolvem outros elementos, como as suas experiências culturais pregressas. Observa-se isso no pensamento de Thompson, ao dizer que as formações de classe surgem e se desenvolvem:

[...] a medida que homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinadas, no interior do conjunto das relações sociais, com a cultura e esperanças que herdaram e a medida que trabalham de formas culturais suas próprias experiências.²⁰³

Sobre as relações que estes estrangeiros travaram nos novos territórios que aportaram, a historiadora Núncia Santoro Constantino faz uma observação importante:

Analisando-se espaços de imigrantes na cidade [de Porto Alegre], ratifica-se que a imigração é um fenômeno social, mais do que individual. Determinados grupos permanecem articulados em função da vizinhança que, por sua vez, auxilia na rearticulação de relações primárias que compõem o universo de origem. Também em Porto Alegre verifica-se que o imigrante quase nunca é um indivíduo isolado, mas parte de um grupo primário que,

²⁰² BAK, Joan. Op. Cit. p. 200.

²⁰³ THOMPSON, E P. *Eighteenth Century English Society: Class struggle without class?*. Op. Cit. p. 76.

dissolvido no outro lado do oceano, de alguma forma se reorganiza também pela ocupação de espaços.²⁰⁴

As relações entre grupos de operários estrangeiros e destes com trabalhadores nacionais devem ser analisadas mediante situações concretas, pois não significam uma fragmentação permanente da classe ou de interesses de classe, mas sim tensionamentos e posições divergentes que surgiam em situações críticas como greves (gerais ou localizadas), formação de associações ou mobilização dos trabalhadores em ações mais gerais da classe. Trataremos, portanto, de analisar algumas destas ocorrências e discursos acerca da questão étnica e do trabalhador estrangeiro enquanto elemento aglutinador e/ou fragmentador, propiciando a solidariedade, a ausência dela ou mesmo o conflito.

2.3.1. Profissões, associações e instrução: trabalhadores estrangeiros e a experiência de classe

Algumas ocupações acabavam concentrando trabalhadores de uma mesma etnia, caracterizando-os e identificando-os através dela. Assim, em certas profissões há predominância de imigrantes alemães e, em outras, maior índice de trabalhadores de origem italiana.²⁰⁵ Profissões como a de sapateiro e alfaiate, padeiro, carpinteiro, funileiro, trabalhador da construção eram comuns entre trabalhadores italianos²⁰⁶. Por seu turno, ofícios como o de metalúrgico, marceneiro ou chapeleiro eram bastante difundidos entre aqueles de origem alemã.²⁰⁷ Contudo, torna-se difícil avaliar, pela ausência ou imprecisão das estatísticas, o percentual de estrangeiros empregados como operários, ou mesmo diferenciá-los de artesãos e donos de oficinas.²⁰⁸

A relação entre certos ofícios e a origem étnica acabava influenciando na organização associativa destas categorias, tendo-se em vista o número elevado de imigrantes em algumas delas. Também devido à questão do idioma, muitas associações

²⁰⁴ CONSTANTINO, Núncia Santoro. Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século. Estudos Ibero-Americano. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.24, n.1, jun.1998. p. 164.

²⁰⁵ No grupo de imigrantes italianos, um número muito reduzido dos que aqui aportaram destinou-se às indústrias, sendo a maior parte da mão-de-obra empregada neste setor composta por elementos de outras etnias. Cf. BORGES, Stella. Italianos e o movimento operário em Porto Alegre, *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.22, n.2, dez.1996. p. 131.

²⁰⁶ Italianos eram em número de seis mil e representavam 10% da população de Porto Alegre nos anos de 1890. BAK, Joan. Op. Cit. p. 197.

²⁰⁷ BAK, Joan. Op. Cit. p. 197 e p. 202.

²⁰⁸ LONER, Beatriz A. *Construção de classe...* Op. Cit. p. 77.

terminavam por englobar indivíduos, majoritariamente, de uma mesma origem estrangeira.

A concentração de estrangeiros em alguns ofícios, como no caso dos italianos, resultou na criação de algumas associações por categoria nas quais eles se fizeram mais presentes. Fundadas em Porto Alegre, algumas dessas associações permitem identificar a predominância de trabalhadores desta origem, como a Associação dos Sapateiros, fundada em 1901, cujos nomes de diversos membros da diretoria e de responsáveis pela elaboração dos estatutos eram italianos. A Associação dos Padeiros, fundada em 1905 e chamando-se, em 1906, União dos Empregados em Padaria, também contara com forte participação de italianos ao longo de toda sua existência. A União dos Chapeleiros, surgida em 1906, era outra entidade que contava com muitos trabalhadores italianos entre seus membros. Contudo, somente na Associação dos Sapateiros observou-se uma predominância significativa de imigrantes italianos, não ocorrendo o mesmo em outras associações de classe ou de ofício.²⁰⁹

A concentração de operários estrangeiros em algumas empresas, possibilitando ações conjuntas que articulassem tanto identificação étnica quanto operária, eram formas de atuar na luta de classes, mas não necessariamente configurariam uma solidariedade de classe. Esse foi o caso ocorrido entre operários italianos da tecelagem Ítalo-Brasileira que haviam comparecido como grupo distinto dos demais ao 1º de Maio de 1899 na Sociedade União Operária de Rio Grande.²¹⁰

Núncia Santoro Constantino afirma que os italianos de Porto Alegre no final do século XIX constituíam um grupo em forma de comunidade possuindo permanência temporal e consciência, e se encontravam unidos por laços afetivos e de compadrio.²¹¹ Os laços de parentesco entre os italianos ou outros estrangeiros nos interessam no que eles possam significar para o estabelecimento de relações de solidariedade étnica que talvez dispensasse a solidariedade de classe. Portanto, retomando o que foi dito anteriormente, a condição depauperada da classe trabalhadora não garantiu a construção de relações de solidariedade de classe, pois muitas vezes efetivaram-se outras formas de solidariedade para suprir as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos operários, como no caso da solidariedade étnica.

O reforço de certos laços culturais entre trabalhadores podia somar-se à simpatia comum por alguma doutrina política, assim como as doutrinas também podiam

²⁰⁹ BORGES, Stella. *Italianos e o movimento operário em Porto Alegre*. Op. Cit. p. 136.

²¹⁰ *Echo Operário*. Rio Grande, 14/05/1899, p.?

²¹¹ CONSTANTINO, Núncia Santoro. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade portoalegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Tese de Doutorado. São Paulo, 1990.

aproximar trabalhadores de diferentes etnias. As discordâncias ou afinidades entre grupos de trabalhadores podiam deslocar-se, portanto, dos elementos étnicos para o campo ideológico. Joan Bak afirma, por exemplo, que “os líderes anarquistas não eram mais [na década de 1900], o grupo italiano homogêneo que tinha sido uma década antes [1890]. A liderança anarquista refletia agora a diversidade étnica da classe trabalhadora de Porto Alegre”.²¹²

Esta agregação em torno de algumas associações por categorias profissionais favorecia o reforço de laços étnicos, mas não resultava necessariamente numa identidade de classe. Neste caso as relações de solidariedade ocorriam mais por conta da proximidade e convivência proporcionada pela participação nestas entidades do que por uma consciência da exploração. Quando esta ocorria, as relações de solidariedade de classe e solidariedade étnica se complementavam.

A despeito de algumas associações darem ênfase à presença do estrangeiro, outras, com membros de diferentes nacionalidades, proferiam seus discursos em várias línguas e buscavam respaldar suas ações entre os diversos segmentos do operariado. Como exemplo do primeiro caso, temos a associação alemã Allgemeiner Arbeiter Verein, fundada em Porto Alegre em 1892, com massiva representação de elementos germânicos. Já como exemplo de associação mista temos a entidade de caráter socialista, Liga Operária Internacional, que contava com a participação de integrantes de diversas origens estrangeiras.

A questão étnico-lingüística preocupava militantes da época, pelos problemas que resultariam da falta de entendimento na organização das ações coletivas. Os anarquistas de Porto Alegre, no contexto da greve de 1906, haviam travado discussões sobre tal questão. De um lado, os redatores do *A Luta* apoiavam a difusão do esperanto, afirmando que: “de há muito julgamos ser esta língua um dos poderosos fatores que concorrerão para apressar a fatal internacionalização dos povos [...]”²¹³. De outro lado, também apoiavam que “a língua a adotar-se numa associação operária, organizada não importa onde, deve ser a do país em que agem os trabalhadores que procuram se associar”, pois, “a duplicidade de linguagem, além de muitas vezes ser a causa de dissensões entre os agremiados, ocasiona uma enorme perda de tempo e energia, com o ter de se redigir todos os trabalhos sociais em duas línguas.”²¹⁴

O jornal *Gazetinha* de 1896 afirmava que o problema dos muitos idiomas deveria ser solucionado através da organização dos operários em diferentes associações:

²¹² BAK, Joan. Op. Cit. p. 204.

²¹³ *A Luta*. Porto Alegre, 29/09/1906, p. 3.

Preferível seria que os operários se reunissem em clubes conforme o idioma que falam, isto é, os brasileiros e os portugueses em um clube brasileiro, e os alemães e os austríacos em outro alemão, e assim os italianos, etc.

Esses núcleos, no entanto, trabalhariam de acordo naquilo que fosse geral da classe, e para isso suas diretorias escolheriam companheiros dentre si para formar um diretório da confederação operária.²¹⁵

Para tratar do problema da pluralidade de idiomas, os militantes esbarravam na questão da instrução e da alfabetização. Este tema será tratado no capítulo seguinte, mas cabem aqui alguns apontamentos sobre a instrução dos trabalhadores estrangeiros e o aprendizado de outros idiomas. Para termos uma idéia, em 1900, o censo realizado no Rio Grande do Sul indicava estas características para o conjunto da sociedade:

Quadro 3: População, nacionalidade e analfabetismo no RS (1900).

Nacionalidade	Nº de indivíduos	Nº de analfabetos
<i>Brasileiros</i>	1.093.986	707.914
<i>Estrangeiros</i>	129.329	63.979
<i>Nacionalidade ignorada</i>	5.755	2.796

Fonte: “De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul”: Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1986.

De acordo com os dados para o ano de 1900, observa-se que os estrangeiros representavam numericamente uma parte reduzida da população do estado, ou seja, pouco mais de 10%. Destes, certamente uma parcela ainda menor destinara-se às atividades econômicas ligadas à indústria ou às artes e ofícios. Levando-se em conta que muitos destes imigrantes não tinham conhecimento da escrita e/ou da leitura, seguindo o padrão observado para a população de nacionalidade brasileira, pode-se inferir que poucos destes indivíduos possuíam algum tipo de instrução. Assim, a preocupação de grupos militantes com o fornecimento de instrução para estrangeiros reforça tal idéia. Foi este o caso da fundação em 1906 em Porto Alegre, por iniciativa do grupo ligado ao jornal *A Luta*, da primeira escola de ensino livre e racional, a Escola Eliseu Réclus.²¹⁶

No programa de ensino desta escola observa-se a preocupação com a instrução do imigrante, oferecendo-se o ensino de alemão e francês ao lado da língua portuguesa e

²¹⁴ *A Luta*. Porto Alegre, 13/09/1906, p. 2.

²¹⁵ *Gazetinha*. Porto Alegre, 10/05/1896, p. 1.

²¹⁶ *A Luta*. Porto Alegre, 13/09/1906, p. 1.

do esperanto. Procurava-se instruir os trabalhadores na língua nacional, mas também em outros idiomas que possibilitassem uma melhor comunicação entre diversos segmentos do operariado. Também se buscava capacitar estes operários para leitura de materiais vindos do exterior, informando-lhes sobre a internacionalização das condições de exploração e da organização do movimento operário em nível mundial.

Para tanto, a Escola Eliseu Réclus dispunha de uma biblioteca com diversos volumes e publicações em língua estrangeira relacionadas à doutrina libertária e temas afins. O jornal *A Luta*, como vários outros da imprensa operária, freqüentemente publicavam alguns dos títulos à disposição daqueles interessados:

Jornais que estão à disposição dos freqüentadores da sala de leitura da Escola Eliseu Réclus: [...] *El Obrero*, de Montevidéu; *Revistas Novos Horizontes*, de Portugal; *Em Marcha*, de Montevidéu; *Germe*, de Buenos Aires; [...] *Temps Neuveax*, e *Sócio Revue* (em esperanto), de Paris.²¹⁷

Oferecer instrução aos operários, inclusive aos imigrantes, ou seja, dar-lhes condições de participarem e integrarem as ações do movimento organizado era demonstrativo de uma solidariedade de classe. Propunham uma instrução da classe que não se limitasse pelas barreiras da língua ou da cultura e que beneficiasse o coletivo com base na solidariedade e na sua promoção como valor positivo no interior deste grupo. Portanto, mais do que a busca pela diminuição do analfabetismo entre os trabalhadores (nacionais e estrangeiros), iniciativas como a dos anarquistas buscavam eliminar os entraves para união da classe e para construção de redes de solidariedade e ajuda que, inclusive, ampliassem o entendimento e comunicação dos operários entre si, bem como a respeito da exploração capitalista.

A fundação desta entidade para instrução operária ocorrera na esteira dos acontecimentos da greve geral. Pode-se supor que também tivera influência na criação da escola o fato das relações entre operários e patrões de mesma origem étnica terem se desgastado muito durante e depois desta greve. Algumas barreiras étnicas foram transpostas com base em uma identificação classista, mesmo que em meio a uma diversidade muito grande de objetivos e demandas de cada gênero ou categoria. Estes esforços de alguns grupos militantes somavam forças no processo de identificação de interesses comuns na formação da classe.

²¹⁷ *A Luta*. Porto Alegre, 02/01/1907, p. 4.

Buscava-se nas experiências compartilhadas pela classe operária a suplantação das distinções culturais – a despeito das dificuldades de idioma, dos costumes e mesmo de afinidades ideológicas que alguns grupos já traziam de suas terras de origem. Isso fica claro nas palavras do líder socialista Francisco Xavier da Costa, ao indicar que as dificuldades de relações no interior da classe ligadas às questões etnoculturais necessitavam ser resolvidas.

[...] devemos todos abolir de nosso íntimo esse preconceito ridículo de nacionalidade.
 [...] somos uma e a mesma coisa aqui ou ali [...] na condição de trabalhar para ter o que comer.
 [...] Que direito especial quer pois o companheiro arrogar para o obreiro nascido neste país, em relação ao nascido em outras terras.²¹⁸

Xavier da Costa estava certamente respondendo aos conflitos e divergências resultantes tanto das diferenciações étnicas quanto ideológicas, como era o caso dos alemães e a social-democracia e dos italianos e o anarquismo (embora estas distinções tenham se diluído com o passar dos anos). A despeito de terem unido esforços no movimento operário da década de 1890, a gradual distinção ideológica entre grupos de trabalhadores estrangeiros acabou por acirrar as tensões e disputas que se observariam na década de 1900 pelo controle da organização do movimento na capital e no restante do estado.

O líder socialista defendia também que os operários estrangeiros deveriam ser chamados à participação junto com os nacionais:

[...] unindo-nos com eles e eles conosco e assim como indubitavelmente são iguais os nossos interesses, poder-se-á com facilidade evitar predileções e, mais do que isso, as prevenções de parte à parte.

.....
 [...] de prontidão devemos estar, e sempre, todos nós trabalhadores nacionais e estrangeiros, tendo como ensinamento inesquecível este brado do impertérrito [sic] batalhador de nossa causa, Carlos Marx: proletários de todo mundo, uni-vos!²¹⁹

Em 1901 o jornal *Avante* de Porto Alegre reforçava a idéia de que a solidariedade entre operários seria um dos únicos meios para solução dos problemas gerais da classe, devendo-se fazer secundárias as diferenças internas, pois necessidades

²¹⁸ *Gazetinha*. Porto Alegre, 23/12/1899, p. 2.

²¹⁹ *Gazetinha*. Porto Alegre, 23/12/1899, p. 2.

muito mais urgentes deveriam receber atenção dos operários, unindo-os enquanto classe explorada:

Consideremos, finalmente, que é necessário que cada lutador divulgue o ideal que defende que os trabalhadores nacionais e estrangeiros devem se unir no interesse geral da classe; que as coletividades dos trabalhadores se devem esforçar por obter propriedades e instrumentos de trabalho, afim de se acobertar das explorações.²²⁰

Neste sentido, buscava-se sobrepor uma identificação de interesses de classe sobre outras identificações também presentes nas experiências destes operários como as identificações de gênero, nacionalidade, opção ideológica e religião. Hobsbawm comenta ser equivocado pensarmos que as identificações dos trabalhadores são eternas e imutáveis, assim como uma identificação também não exclui outras:

[...] tais identificações mudam com o passar do tempo, bem como o contexto da ação. Trabalhadores sicilianos e calabreses foram para os Estados Unidos e se tornaram norte-americanos, mas ao fazê-lo também começaram a se considerar – como talvez não o tivessem feito antes – como italianos que pertenciam, até certo ponto, não só à velha pátria, mas também a uma nação cujos membros estavam espalhados pelo mundo [...].²²¹

Porém, como o próprio Hobsbawm comenta em outro ponto do mesmo texto, “as diferenças comunitárias, por si só, não impediram que os movimentos operários organizassem com sucesso os trabalhadores, apesar das divisões”.²²² Tais divisões tiveram de ser trabalhadas socialmente em termos da consciência e da experiência próprias da classe operária em formação. Neste mesmo sentido encaminha-se o comentário do historiador Boris Fausto:

Sem subestimar o papel das divisões nacionais como elemento limitador da organização da classe operária, não penso entretanto que se deva privilegiá-lo demais. A condição de assalariado tendeu a predominar sobre a de estrangeiro, tanto no interior de cada grupo como em seu inter-relacionamento. Ao lado dos exemplos de divergências, ao menos no nível dos setores organizados, abundam as expressões de mútua solidariedade, particularmente em São Paulo, onde em muitos anos a Comuna de Paris, o 1º de Maio são comemorados por oradores que se expressam em italiano, espanhol, e, por vezes, em alemão e francês.²²³

²²⁰ *Avante*. Porto Alegre, 24/02/1901, p. 1

²²¹ HOBBSAWM, Eric J. *Mudos do Trabalho...* Op. Cit. p. 80.

²²² Idem. Ibidem. p. 85.

²²³ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1976. p. 37.

Mesmo tratando do caso de São Paulo, a situação identificada por Boris Fausto sobre a predominância da condição de assalariado sobre a de estrangeiro também vale para a análise que estamos realizando. O estudo de Joan Bak, já comentado, também afirmara que experiências de embate inter-classe puseram em evidência os interesses comuns que uniam solidariamente os trabalhadores na sua luta.

Podemos observar isso no apelo do militante Cecílio Dinorá, em *A Voz do Trabalhador* de 1911 que, num tom bastante universalista, invocava os trabalhadores a reconhecerem, a despeito das particularidades culturais de cada país originário, as necessidades e semelhanças nas condições e situação de seus congêneres em todo o mundo:

[...] No péssimo estado atual da sociedade a que se chegou por uma fatalidade oriunda da falsidade de suas bases econômicas, as classes dirigentes perderam o seu instinto de solidariedade da espécie – base única sob que poderá perdurar qualquer sociedade animal – para darem surto no instinto de conservação individual, agravado pelo estreito egoísmo de classe.

Uma sociedade donde desaparece a solidariedade de espécie, é uma sociedade prestes a desaparecer, destruída pelos germes intestinais de seu próprio organismo.

[...] As greves que diariamente as ondas oscilantes nos anunciam de todos os recantos do mundo, são os brados de alerta com que os trabalhadores, sentindo que se não agirem serão sufocados até a morte – *pedem a solidariedade de seus companheiros de infortúnios que em todos os seus países sofrem as agruras do desequilíbrio da sociedade atual.* [...] ²²⁴

Nesta mensagem à classe operária em 1911, observa-se que o militante Cecílio Dinorá identificava a solidariedade de classe como uma relação que deveria estar acima das diferenças étnicas e nacionais existentes entre os operários. Ou seja, era uma relação em permanente construção, reforço e ampliação. Um outro texto também do jornal *A Voz do Trabalhador*, de 1912, trazia nas palavras um conteúdo muito próximo ao do artigo de 1911, pois mostrava preocupação com a falta de solidariedade fundada nas diferenças culturais entre trabalhadores. Curiosamente ambos os textos apresentam metáforas orgânicas e biológicas para pensar e explicitar a solidariedade, justificando-a como algo que seria intrínseco ao indivíduo e, portanto, deveria ser resgatado pela classe e para a classe:

A solidariedade é a força combativa e defensiva da espécie. Quanto maior for o grau de solidariedade numa espécie, tanto mais probabilidade terá ela de se conservar.

.....

[...] o povo produtor, cada dia mais estreita os laços de solidariedade, estendendo-os sobre as fronteiras criadas pela estupidez patriótica e deixando antever que num dado momento, um gesto de solidariedade, expresso numa greve geral, porá fim aos dias duma sociedade que é o apanágio da mentira e da degradação.

É, pois necessário que os trabalhadores tenham bem presente que só se furtarão aos rigores e males da sociedade presente, no dia em que souberem dar as mãos em consciente amplexo de Solidariedade, oferecendo combate às forças artificiais que nos impedem de viver, desenvolvendo-nos no sentido das nossas tendências, das nossas aspirações. É só da prática contínua da solidariedade que resultará a nossa liberdade efetiva.²²⁵

Os discursos dos líderes operários deixam entrever que eles consideravam insuficiente para constituição de uma experiência de classe, a existência de uma condição social comum. As palavras de Dinorá sobre a necessidade de que “os trabalhadores tenham bem presente que só se furtarão aos rigores e males da sociedade presente, no dia em que souberem dar as mãos em consciente amplexo de Solidariedade”, demonstra que esta relação entre difícil condição social e consciência de classe não desembocava mecanicamente numa solidariedade de classe. Além disso, fica bastante claro que a constância destes apelos feitos por lideranças – estrangeiras ou nacionais, de uma ou outra corrente ideológica – se davam justamente pela ausência ou timidez destas práticas entre os trabalhadores e pelo reconhecimento da sua importância nas ações da classe.

Os trabalhadores, mesmo de grupos étnicos diferentes e com múltiplas experiências trazidas de seus países de origem, estavam vivenciando as mesmas condições de exploração e participando do mesmo processo de formação da classe. Suas lutas, baseadas em interesses próprios e opostos aos da burguesia, foram fortalecendo uma solidariedade e uma experiência *de classe*, que não excluía as demais experiências, mas as integrava, o que resultava, por vezes, em disputas e conflitos intra-classe.

Pode-se observar que o percurso traçado pela classe operária sul rio-grandense em seu processo de formação, passava pelas diversas manifestações acima descritas (fundação de associações, criação de comunidades étnicas, proximidade nas relações com patrões). Deste modo, não só a identidade étnica, mas todas as demais identidades coletivas formaram-se por uma multiplicidade de relações, que interagindo, excluindo e

²²⁴ A *Voz do Trabalhador*. Porto Alegre, 11/08/1911, p. 2. Grifo meu.

²²⁵ A *Voz do Trabalhador*. Porto Alegre, 11/08/1912, p. 1.

incluindo indivíduos e características, terminavam por desenhar o todo da classe.²²⁶ Não era a homogeneidade, antes sim, a interação de heterogeneidades que conformava o proletariado. Isabel Bilhão, em sua tese, afirma que:

Mesmo existindo uma identidade coletiva dominante, essa nunca ocorre de forma isolada. Assim, algumas identidades coletivas podem conviver “pacificamente”, ou mesmo de forma complementar no interior de uma comunidade (como, por exemplo, identidades étnicas e religiosas), da mesma forma que, no decorrer de determinados processos, podem vir a se tencionar umas com as outras.²²⁷

Thompson refletindo sobre tais questões conclui que existe uma distinção entre situar dedutivamente as pessoas em um mapa de locações de classe e o processo de formação desta classe.²²⁸ A reunião das pessoas em formações de classe seria um processo diferente, pois dependeria da consciência e de interesses comuns, como também da disposição dos indivíduos em agir sobre eles.²²⁹ Através destas definições e das situações trazidas, portanto, podemos pensar uma classe na qual existiam aproximações e identificações entre trabalhadores a partir de suas experiências de trabalho e exploração (resultando em solidariedade e conflito intra-classe), mas que também através de outras experiências tais relações ocorriam e faziam parte da formação da classe operária.

*
* *

Como se buscou demonstrar através de algumas situações – e, certamente, haveria muitas outras que poderiam ser utilizadas relativas à experiência e relações étnicas e de classe – os operários não anularam suas experiências anteriores ao ingressarem na condição de trabalhadores assalariados no universo fabril-industrial. Muitos grupos se valeram de suas relações e identidades forjadas em momentos passados para adaptarem-se à nova realidade e sociedade na qual se instalavam. Laços e relações se formaram também a partir das experiências de trabalho e exploração adquiridas aqui, mas com dificuldade conseguimos evidenciar sua ocorrência e reflexos entre os trabalhadores, pois nem sempre estas experiências de solidariedade (dispersas, individualizadas e cotidianas) estiveram explicitadas pelas fontes. Porém, através do

²²⁶ BILHÃO, Isabel A. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 à 1920)*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2005. Tese de Doutorado. p. 107.

²²⁷ Idem. Ibidem. p. 103.

²²⁸ WOOD, Ellen. Classe como relação e como processo. Op. Cit. p. 77.

discurso dos militantes, pode-se observar que a solidariedade de classe ocorria, e seus esforços concentravam-se em ampliar tais redes de relações para superação das barreiras culturais, fazendo-se reconhecer nas experiências operárias os interesses universais desta classe em formação.

A exploração, como se buscou demonstrar até este momento, podia produzir tanto relações de solidariedade e ajuda mútua, quanto rivalidades e disputas intra-classe. Como já afirmara Ellen Wood e da qual fiz uso para explicitar tais questões, as condições materiais objetivas são imprescindíveis para o entendimento da classe, mas suas relações internas são essenciais para elucidarmos seu processo de formação.²³⁰

De fato, não existiram relações entre homens, mulheres, crianças trabalhadoras, operários nacionais e estrangeiros, desprovidas do filtro cultural e de uma leitura própria daquela realidade e momento em que viviam. Isso, contudo, não torna menor ou desqualifica as ações empreendidas por aqueles que faziam parte deste coletivo (os homens, as mulheres, as crianças, os italianos, alemães, poloneses, etc), pois justamente neste processo de “fazer-se”, muitas vezes contraditório e confuso, é que se constituía a experiência a amalgamar interesses, perspectivas e ações destes trabalhadores.

Procuramos tratar ao longo deste segundo capítulo de algumas (das muitas existentes) situações consideradas de maior relevância para compreensão das relações de solidariedade e conflito na formação da classe operária. Mais do que tratar apenas de identificar a ocorrência destas relações, buscamos analisar as formas e maneiras como ocorriam a solidariedade e o conflito. Com isso, procurou-se contribuir de maneira minimamente criativa para o conjunto das análises e reflexões que vêm sendo efetuadas sobre a classe operária, sua formação e composição.

Espera-se que, ao abordar as relações entre homens e mulheres operárias, entre crianças e adultos trabalhadores, entre operários de diferentes origens étnicas, tenham sido focalizados alguns dos principais nichos onde se desenvolviam profusamente as relações de solidariedade e conflito. Certamente não se esgotou o material documental em termos de leituras e interpretações possíveis, mas o maior esforço foi o de tentar lançar um novo olhar sobre um velho objeto e mudar a perspectiva de análise: das relações da luta de classes para *as relações intra-classe*.

²²⁹ Idem. Ibidem. p. 85.

²³⁰ WOOD, Ellen. Classe como relação e como processo. Op. Cit. A autora afirma que “nem o processo de produção, nem o de extração de mais-valia provocam a união entre eles [trabalhadores]. Classe implica uma ligação que se estende além do processo imediato de produção e do nexa imediato de extração”. p. 89.

Capítulo 3: “Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado, dando força e coesão às lutas por suas reivindicações”²³¹: a solidariedade na ordem do dia

Este último capítulo divide-se em duas partes: a educação operária, englobando também a participação de sua imprensa, e o 1º de Maio. Fez-se este recorte, pois a partir dele foram contempladas muitas das situações de exortação à solidariedade e união operária constitutivas da classe e tão fundamentais neste momento da sua formação.

3.1. Educação operária

O tema da educação operária não é novo nas pesquisas sobre a história da classe, pois ela faz parte de seus principais instrumentos de luta para transformação da sociedade capitalista. Contudo, na perspectiva deste trabalho, as idéias de educação e instrução da classe não são idênticas, podendo ser complementares. A primeira trataria de uma educação formal ou aprendizagem de alguma atividade, assunto/tema ou ofício, já a segunda estaria mais ligada ao ato de aprendizagem para aquisição de uma consciência de classe e para a preparação do indivíduo para a ação social na luta de classes.

A razão de trazer este tema para a dissertação tem como base, no entanto, um outro enfoque que a ele será dado: a instrução enquanto projeto coletivo *a partir da e para a* classe operária traz em seu cerne a possibilidade de construção de laços de solidariedade através da consciência desenvolvida. Como vimos, tal projeto tanto mobilizou relações já existentes no interior da classe quanto teve o objetivo de desenvolver novos laços e relações de solidariedade. Portanto, ela é em alguns casos, ao mesmo tempo, resultante e promotora da afirmação de relações intra-classe.

A instrução foi uma das atividades que mais concentrou atenção e mobilizou esforços de instituições e lideranças operárias socialistas e anarquistas entre o final do século XIX e início do XX. É fácil entender que a “elevação cultural” dos trabalhadores influíra na capacidade de desenvolver uma consciência da exploração e da necessidade de união entre os trabalhadores. Frente a esta razão, associações compostas por trabalhadores buscaram sempre que possível oferecer e incentivar instrução das classes populares.

Como se sabe, a instrução não interessou apenas às lideranças operárias. Ela recebeu atenção também do poder público desde muito cedo. A Constituição de 1824 já

²³¹ *Estatutos da Federação Operária do Rio Grande do Sul*. 1911, Art. 1, item b.

estabelecia o direito à educação para todos e determinava que, em nível elementar, ela deveria ser gratuita. Após o período imperial, a educação nacional manteve-se subordinada, sobretudo, à Constituição de 1891, segundo a qual cabia aos estados legislarem sobre a instrução primária e organizarem os sistemas escolares. No Rio Grande do Sul, no governo de Júlio de Castilhos, dispunha-se que o ensino primário seria “leigo, livre e gratuito”, de acordo com os princípios positivistas. Desta forma, a instrução deveria ser entregue à livre iniciativa de associações particulares, cabendo a cada um a escolha dos caminhos que melhor conviessem.²³²

Contudo, os objetivos e meios de se alcançar a instrução são o que marca a diferença entre as propostas defendidas pelo Estado – em seus níveis nacional, estadual e municipal – e pela classe trabalhadora. Para a organização do movimento operário, instruir os trabalhadores significava não apenas ampliar-lhes os conhecimentos profissionais e o nível cultural e intelectual, mas também instrumentalizá-los para ações conscientes em defesa dos seus interesses enquanto classe social. É neste sentido que a instrução funcionava muito próxima e amparada pelas relações de solidariedade, uma vez que estas buscavam reforçar e alargar a consciência e a união entre os operários.

Planos objetivando a instrução dos operários compareciam em estatutos de associações, programas de partidos operários, artigos da imprensa, discursos e manifestos de lideranças. Ela era constantemente invocada como valor positivo na luta por direitos e como um benefício ao qual a classe operária deveria ter acesso por ser um meio que lhe possibilitaria a emancipação frente à exploração experimentada. O periódico *Echo Operário* defendia que “a instrução é o maior bem que podemos desejar aos nossos companheiros, pois por ela saberão conquistar os direitos que agora lhes são negados”.²³³

A instrução caracterizava-se como projeto coletivo para classe trabalhadora, pois não buscava auxiliar alguns poucos indivíduos menos informados ou intelectualizados, mas ao contrário, alcançar o maior número possível de trabalhadores. Dentro da lógica de que a exploração oprimia o operariado e ele deveria estar consciente disso para lutar contra ela, a instrução poderia fornecer alguns destes aportes para ação e conscientização.

²³² CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. *Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*. Porto Alegre: UFRGS, 1987. Dissertação de Mestrado. p. 105-106.

3.1.1. Estratégias para promoção da instrução e da solidariedade

A instrução da classe podia ocorrer não só através de aulas (alfabetização, matemática, conhecimentos gerais), mas também pelo incentivo à leitura e à ampliação do interesse dos trabalhadores pelo seu próprio processo de conhecimento. Era muito enfatizada também a ampliação e melhoramento daqueles conhecimentos já adquiridos visando um processo continuado de discussões e aprimoramento intelectual necessários a que o trabalhador entendesse os mecanismos de exploração capitalista e se capacitasse para lutar contra eles.

Embora a instrução fosse um projeto coletivo, é preciso explicitar que não havia uma única via para promovê-la, mas sim interesses e maneiras diversas de realização desta proposta de acordo com os grupos nela envolvidos. Como se sabe, existiam também iniciativas por parte da classe patronal e mesmo do Estado. Estes setores da elite também estavam interessados na instrução da classe trabalhadora, porém, com finalidades diversas daquelas defendidas por militantes operários.

A inauguração, em 1906, do Instituto Técnico-Profissional Benjamin Constant (futuramente Colégio Parobé) foi um destes projetos levados a termo pelo governo estadual que visava disciplinar o trabalho fabril e aperfeiçoar a mão-de-obra para este setor econômico. Buscava-se ordenar a conduta da classe operária de acordo com os interesses do capital e da política a ele associada. Portanto, sem que possa estimar o número, certamente trabalhadores e, especialmente crianças, ingressavam nestas escolas que atendiam a estas expectativas de preparação e aperfeiçoamento do operário, bem como seu enquadramento disciplinado na estrutura social.

Entre os grupos operários, por sua vez, existiam também diversas propostas e ações que buscavam na instrução não o enquadramento ordenado da classe trabalhadora no sistema produtivo, mas a sua conscientização para poder agir e defender seus interesses frente ao governo e à classe patronal. Havia, porém, distinções entre as propostas das duas principais tendências ideológicas que orientavam a organização do operariado neste período, a socialista e a anarquista. Também neste quadro é preciso considerar a ação das sociedades em prol da educação, como veremos adiante.

Embora com diferenças sensíveis entre si, tanto anarquistas quanto socialistas defendiam ativamente a elevação cultural da classe trabalhadora, visto que ambos compartilhavam a bandeira de conquista da autonomia para classe. Quando se fala em autonomia, refere-se à relação entre uma consciência da exploração e a ação coletiva

²³³ *Echo Operário*. Rio Grande, 19/09/1897, p. 1.

para mudar tal condição. Desta forma, a instrução relaciona-se à consciência por meio do (re)conhecimento da exploração e à solidariedade por meio de um projeto de melhoria envolvendo o coletivo.

Os anarquistas, que tinham como pressupostos a transformação do indivíduo para transformação da sociedade como um todo, consideravam a instrução como um meio prioritário de promover a consciência dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, fortalecer suas relações de solidariedade. Para os anarquistas, a cultura e a instrução caminhavam lado a lado com as transformações sociais.²³⁴ E, pode-se dizer, que a solidariedade entrava nesta equação como um dos meios de se promover as mudanças necessárias.

Segundo afirma o historiador Flávio Luizzetto, era muito especial o papel representado pela educação dentro do movimento libertário. Mesmo não sendo a via exclusiva para a revolução, os anarquistas concordavam, de modo geral, que sem uma alteração profunda na mentalidade das pessoas, proporcionada por meio desta educação, talvez a revolução social não tivesse o êxito desejado.²³⁵

Alguns dos pensadores que inspiraram os anarquistas nos seus projetos de instrução operária, inclusive no caso do grupo anarquista no Rio Grande do Sul, foram Paul Robin e, principalmente, o espanhol Francisco Ferrer. Foram as concepções de Ferrer sobre a *escola moderna* que orientaram a organização e funcionamento da Escola Eliseu Reclus, criada pelos anarquistas do grupo do *A Luta*, em Porto Alegre, em 1906.²³⁶ Para Ferrer, a *escola moderna* era, antes de tudo, “um método de defesa contra o erro e a ignorância”, pois ele não queria repetir os padrões de valores e de autoridade das escolas tradicionais. Por isso, defendia a prática da “co-educação sexual e da co-educação social”, isto é, “[...] partindo do princípio da solidariedade e da igualdade, [...] não haveríamos de criar uma nova desigualdade”.²³⁷

A idéia principal, portanto, era tornar o trabalhador consciente da sua condição de explorado, auxiliando-o a sair da ignorância que se caracterizava como um dos elos fortes da cadeia de expropriação que o cercava. Desta maneira, a plataforma de luta dos

²³⁴ CÔRREA, Norma Elisabeth Pereira. Op. Cit. p. 129.

²³⁵ LUIZZETTO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 42.

²³⁶ Muitos dos que participaram da sua fundação e funcionamento eram os mesmos militantes identificados como fazendo parte do grupo ligado ao periódico anarquista *A Luta*. Cf. ARAVANIS, Evangelia. *Uma utopia anarquista: o projeto social dos anarquistas do periódico A Luta e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)*. Op. Cit. p. 76.

²³⁷ Idem. Ibidem. p. 54, 63. Conforme Luizzetto, o envolvimento dos anarquistas com as idéias de Ferrer foi estimulado pela mais conhecida obra do educador, a *Escola Moderna de Barcelona*, fundada em 1901. O grande apoio dos anarquistas a esta iniciativa, que colocava em prática os princípios proclamados pelo *Programa Educacional* de 1882, explica a ampla difusão de escolas *Modernas*, *Livres* ou *Racionais* não

anarquistas passava, fundamentalmente, pela via da instrução e da ampliação dos laços de solidariedade entre operários, motivo pelo qual se deveria incentivar o desenvolvimento de ambas no interior da classe.

Os grupos de operários anarquistas que fundaram a Escola Eliseu Reclus defendiam o funcionamento de um ensino livre e desvinculado dos poderes instituídos. Quando da fundação desta escola, o jornal *A Luta* publicara um artigo que a caracterizava, bem como a instrução lá proposta, nos seguintes termos:

Por iniciativa de moços estudiosos foi, com esta determinação fundado um grupo de estudos livres baseados no mesmo princípio das modernas universidades populares, onde podem os trabalhadores encontrar fácil meio de adquirir conhecimentos, que lhes são vedados em vista das condições econômicas em que maioria se encontra.

Este grupo que não obedece a regulamentos nem a presidentes ou autoritárias diretorias, vai se mantendo na melhor harmonia possível [...].

Cada um ensinando o que sabe e procurando cada qual aprender o que ignora, à noite reúnem-se ali em convivência sã com aqueles moços, mantendo palestras interessantes, das quais sempre se sai aprendendo alguma coisa de novo.

Os que aí lecionam prestam-se gratuitamente, visto que não têm outro fim se não o de se tornarem úteis aos que necessitam e nutrem o desejo de se instruir. [...]

O grupo tem uma frequência atual de cerca de quarenta sócios.

As contribuições são voluntárias.²³⁸

As contribuições voluntárias e as aulas dadas gratuitamente com base numa relação de solidariedade entre operários caracterizavam as ações deste, assim como de outros grupos, preocupados com a instrução dos trabalhadores e dispostos a levar adiante um projeto a partir dos esforços e ajudas dos próprios operários. A base do funcionamento desta escola racional era a solidariedade e o auxílio mútuo, cuja “manifestação da liberdade individual para ensinar e aprender era divulgada com orgulho pelos jornalistas de *A Luta*”.²³⁹

Dia a dia cresce a frequência de alunos à essa escola de ensino livre, onde o operário encontra a instrução que lhe falta, sem se sentir constrangido pela autoridade de uma diretoria prepotente nem pela falaciosa sapiência dum rígido professor.

só na Europa, mas também na América Latina (Argentina, México, Uruguai e Brasil) e, como caso mais próximo, a *Escola Eliseu Reclus*, que será adiante analisada.

²³⁸ *A Luta*. Porto Alegre, 13/09/1906, p. 1. Apud. PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja nossa pátria!*” ... Op. Cit. p. 192.

²³⁹ CÔRREA, Norma Elisabeth Pereira. Op. Cit. p. 133.

Tudo ali é feito livre e voluntariamente: enquanto uns aprendem o que tem vontade de saber, outros ensinam o que podem e tem vontade de ensinar. E todos, sentindo e compreendendo os benéficos resultados da solidariedade, entregam-se às suas preocupações e aos seus deveres livremente assumidos, perante os seus companheiros.²⁴⁰

.....

Esta escola, da qual todos os nossos camaradas sentiam a falta, não só pela utilidade que tem para a instrução dos operários, como pela salutar convivência e solidariedade que estabelece entre os mesmos, acha-se reorganizada sob as mesmas bases de outrora, sem peias de espécie alguma para aqueles que desejam aprender o que nela se ensina e que é o que de mais útil e preciso se torna na vida prática.²⁴¹

É importante observar que junto à solidariedade estabelecida, os anarquistas também buscavam afirmar uma autonomia da classe trabalhadora em relação à sua capacidade de organização e provisão de certas demandas, tais como o ensino.

Os socialistas, por seu turno, também conferiam importância à instrução e à solidariedade para um crescimento geral da classe trabalhadora. Porém, mantinham diferenças no tratamento da instrução, que decorriam das propostas de luta no caso político-parlamentares e do caminho que ela deveria tomar na organização do operariado. Neste sentido, em 1897, lideranças operárias identificadas com idéias socialistas reúnem-se para criação do primeiro Partido Socialista do estado. Dentre alguns pontos apresentados em seu programa, encontrava-se já colocada a atenção sobre a instrução operária e suas incumbências: “IV – Instrução geral e profissional gratuita, bem como todos os utensílios necessários ao estudo e, além disso, vestuário e alimentação, a expensas do Estado para os filhos das classes pobres”.²⁴²

Os socialistas, ao mesmo tempo em que procuravam incentivar atividades e práticas de instrução entre os trabalhadores, depositavam no Estado parte da responsabilidade em relação à instrução. Eles consideravam que os poderes públicos instituídos deveriam fornecer instrução às camadas pobres da população. Tal encargo, ao qual se somava a reivindicação de meios para que as crianças pudessem freqüentar as aulas, fica claro no programa Partido Operário do Rio Grande do Sul, em 1905²⁴³, publicado em *A Democracia*. Nele constam os termos nos quais se dava esta “divisão de tarefas” entre os trabalhadores e o poder público:

²⁴⁰ *A Luta*. Porto Alegre, 01/12/1906, p. 2.

²⁴¹ *A Luta*. Porto Alegre, 01/06/1909, p. 2.

²⁴² *Gazetinha*. Porto Alegre, 01/05/1897, p. 1.

²⁴³ O antigo Partido Socialista de 1897 reorganizara-se dando origem, em 1905, ao Partido Operário do Rio Grande do Sul.

Obrigatoriedade dos pais ou encarregados de crianças de 8 à 15 anos fazerem-nas frequentar qualquer colégio diurno ou lhes darem o lar a necessária instrução; ampliação da instrução pública no sentido de serem estabelecidos pelo Estado, cursos primários, secundários e superiores noturnos; fundação de liceus de artes e ofícios e escolas de agronomia em todos os municípios e às expensas destes; fornecimento de roupa e calçados, à custa dos cofres das municipalidades e nas respectivas jurisdições, às crianças que por serem paupérrimas não possam comparecer aos colégios decentemente trajadas.²⁴⁴

Para os socialistas, a educação deveria ser provida pelo Estado, sendo tratada como uma demanda coletiva a ser atendida com recursos públicos. Não se deve esquecer que o projeto de participação na luta político-parlamentar implicava o exercício do voto e a instrução é o que poderia capacitar os operários como eleitores conscientes. Através de representantes dos trabalhadores na política municipal e estadual, as camadas mais pobres poderiam ter suas necessidades contempladas em projetos políticos, dentre os quais a própria educação. Por esta razão não surpreende que tais reivindicações estivessem expressas no programa do Partido Operário, criado a partir das aspirações e interesses dos socialistas nas ações pela via eleitoral.²⁴⁵

Diferentemente dos anarquistas, que buscavam na instrução um caminho para emancipação do proletariado e para construção do “homem novo”, desvinculando-se dos poderes instituídos, os socialistas viam-na como um direito dos trabalhadores que o Estado deveria atender, afirmando que:

[...] só pela instrução é possível emancipá-lo [o operariado] da ignorância que o faz escravo, e o mantém agrilhado, pela miséria e errôneas concepções de justiça, à tutela de predomínio burguês.[...]²⁴⁶

Justificavam que ao Estado cabia prover estas necessidades da classe trabalhadora e, ao socialismo, exigir que elas fossem cumpridas, como bem se observa na seguinte manifestação:

O socialismo [...] tem por principal base das reivindicações o direito de exigir escolas para os filhos dos operários mesmo; direito que ninguém pode contestar-lhe porque são eles quem pagam o professorado e nada mais justo do que reclamar os frutos do seu esforço.²⁴⁷

²⁴⁴ *A Democracia*. Porto Alegre, 01/05/1905, p. 2-3.

²⁴⁵ *A Democracia*. Porto Alegre, 01/05/1905, p. 2-3.

²⁴⁶ *Echo Operário*. Rio Grande, 13/08/1898, p. 1.

²⁴⁷ *Echo Operário*. Rio Grande, 19/09/1897, p. 1.

Feitas estas breves distinções entre as propostas de grupos anarquistas e socialistas, vamos analisar algumas das situações em que as relações de solidariedade estiveram ligadas às propostas de instrução da classe operária.

Pode-se dizer que as associações de trabalhadores desde as décadas finais do século XIX já se mostravam atentas à importância da instrução e cuidavam de criar meios específicos para este fim. Ao serem analisados estatutos de algumas destas organizações encontram-se freqüentemente o oferecimento de atividades relacionadas à instrução dos associados. Portanto, será feito uso deles para analisar como estas propostas de instrução ligavam-se a objetivos mais gerais como solidariedade, união, conscientização e emancipação dos trabalhadores.

A Liga Operária Internacional²⁴⁸, associação de perfil socialista e fundada em 1895 em Porto Alegre, colocava entre seus principais objetivos nos estatutos de 1896: “§ 3º - concorrer para educação dos filhos dos trabalhadores por meio de aulas noturnas que a associação criará”.

A preocupação com a educação dos filhos de operários ligava-se, provavelmente, ao interesse em trazer as crianças para junto da associação desde cedo. Ao passo que se assumia a valorização da educação infantil, isso também repercutia sobre a valorização da própria família operária e das futuras gerações.

Dentro do referido estatuto, o regulamento da Liga apresentava ainda planos para criação de uma “Caixa de Propaganda e Instrução”, que teria a seu encargo “concorrer com as despesas necessárias para o estabelecimento e custeio das aulas que a Liga criar”.²⁴⁹ Propunha-se que os recursos para o funcionamento da “Caixa de Propaganda e Instrução” seriam obtidos com o produto de “subscrições e quermesses operárias, donativos e todos os meios que a sua administração em acordo com a assembléia geral julgarem convenientes”.

Estas propostas investem, como se pode notar, em ações de solidariedade entre trabalhadores, como subscrições e quermesses, estimulando o apoio daqueles que concordassem com a importância do projeto ou que quisessem dele participar. A Liga,

²⁴⁸ *Estatutos da Liga Operária Internacional*. Porto Alegre: Tipografia de Gazetinha, 1896. Apud. PETERSEN e LUCAS. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1930)*. Op. Cit. p. 62-68. Existem indícios de sua existência até 1905; congregava trabalhadores de diversas etnias da capital, tendo como porta-voz das suas atividades o jornal *Gazetinha*. Ela não chegara a possuir grande número de operários associados, segundo opinião do próprio periódico, pois em 1896 contava com 100 a 200 sócios, de um total de 5.000 operários na cidade de Porto Alegre. Cf. *Gazetinha*. Porto Alegre, 27/09/1896, p. 1. Apud. PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja nossa pátria!*”... Op. Cit. p. 100.

de alguma maneira, colocava esperança na atuação solidária dos trabalhadores para efetivação deste projeto de instrução que, por sua natureza, era um projeto de alcance coletivo. O oferecimento de instrução gratuita pela entidade estava, portanto, ligado às ações voluntárias e à solidariedade entre trabalhadores, pressupondo algum tipo de identificação com esta proposta para benefício da classe.

Assim como a Liga Operária Internacional, outras associações, inclusive de perfil mutualista, mantinham ou buscavam construir algum tipo de atividade ligada à instrução. Há vários estatutos destas sociedades, mutualistas ou beneficentes, do final do século XIX e início do século XX, a partir dos quais podemos ter uma idéia mais próxima da atenção focalizada na instrução das “classes laboriosas”.

Tomemos como caso para análise o regulamento do Gremio Typographico de Pelotas, quando de sua fundação em 1881. Esta associação, criada para defesa dos interesses dos tipógrafos, mostrava preocupação com a instrução desta categoria (um pré-requisito deste ofício), buscando encaminhar as crianças interessadas no aprendizado da tipografia e propondo-se a fundar “quando for possível, uma escola para educação artística para crianças interessadas na arte tipográfica”.²⁵⁰

Podemos destacar deste caso que o interesse pela instrução pretendia garantir, através do ensino do ofício, a manutenção futura dos filhos de membros desta categoria profissional. O ensino de “artes e ofícios” representava uma preocupação bastante pragmática com o futuro da classe, ligando-se mais à sua sobrevivência e defesa do “ganha pão”, como era a finalidade das mutuárias, do que a uma proposta mais ampla de transformação social. Não se vê explicitado o objetivo de emancipação da classe, mas sim de conquista das condições de sua sobrevivência frente às adversidades que a falta de um ofício podia gerar.

A Sociedade Beneficente Feliz Esperança, associação também de Pelotas surgida em 1897, buscava assegurar instrução e lazer para os seus associados. Esta sociedade procurava meios de “proporcionar [aos sócios] distrações úteis e agradáveis, já pela leitura de livros e jornais e tudo quanto possa oferecer um resultado útil e instrutivo”.²⁵¹ A sociedade envidaria, segundo seus próprios termos, todos os esforços necessários para alcançar o “progresso e engrandecimento” do grupo que a compunha.²⁵²

²⁴⁹ *Estatutos da Liga Operária Internacional*. Porto Alegre, 1896. “Regulamento da Caixa de Propaganda e Instrução da Liga Operária Internacional”. Apud. PETERSEN e LUCAS. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1930)*. Op. Cit. p. 62-68.

²⁵⁰ *Estatutos do Gremio Typographico*. Pelotas, 1881. Cap. I, Art. 2º, § 4º.

²⁵¹ *Estatutos da Sociedade Beneficente Feliz Esperança*. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1897. Cap. II, Art. 2º, §2º.

²⁵² Idem. Cap. II, Art. 5º.

Estes ideais passavam pela instrução de seus membros que, segundo a percepção da sociedade, devia ser ministrada por meio de “distrações úteis e agradáveis”. Ou seja, tratar desta forma a instrução poderia angariar maiores simpatias por parte dos sócios, incentivando-os a participar de maneira mais ativa e espontânea de práticas educacionais e culturais.

A instrução podia, portanto, aliar-se a atividades que trouxessem algum tipo de recreação para os trabalhadores, evitando-se que ela fosse associada à obrigatoriedade de cumprimento de mais uma tarefa. Quando pensamos em operários enfrentando longas jornadas de trabalho, exaustos ao fim do dia, ganha sentido a preocupação em fornecer aos trabalhadores atividades de instrução que possuíssem características lúdicas e recreativas.

As associações preocupavam-se com a instrução dos operários, pois estavam cientes de que eles dispunham de um tempo muito exíguo para se dedicarem a tais atividades. O investimento em instrução seria sempre feito à custa de um tempo subtraído de seu descanso.

A percepção da relação entre exploração no trabalho e empobrecimento interior e alienação já foi enunciada por Marx que “[...] quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menos ele se pertence a si próprio”.²⁵³

Neste sentido, o relato do militante socialista Antonio Guedes Coutinho²⁵⁴ exemplifica com precisão a importância da instrução e, conjuntamente, a dificuldade de sua aquisição: “[...] gasto muitas horas de sono encostado à modesta escrivaninha pedindo aos livros os conhecimentos necessários para bem explicar o que devemos fazer em nosso benefício como classe explorada”.²⁵⁵ Em outra passagem, ele descreve as condições em que se dava o estudo daqueles que não eram privilegiados pela sociedade e tinham que instruir-se às próprias custas: “[...] era assim que se encontrava muitas vezes depois da meia-noite debruçado sobre os livros ou escrevendo, firme em seu propósito de estudar sociologia, para conhecer os seus direitos e aprender a defendê-los”.²⁵⁶

²⁵³ MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Apud. PARANHOS, Kátia Rodrigues. Os sentidos da formação operária: o trabalho, o estudo, a cultura, in. *Histórias e Historiografia*. Uberlândia: Ed. da UFU, 2003. p. 153.

²⁵⁴ SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antonio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Op. Cit.

²⁵⁵ *Echo Operário*. Rio Grande, 15/06/1899, p. 1. Apud. Idem. Ibidem. p. 73.

²⁵⁶ *Echo Operário*. Rio Grande, 18/07/1899, p. 2. Apud. SCHMIDT, Benito Bisso. Ibidem. p. 72.

É dentro desta problemática que Thompson comenta que “a partir de sua experiência própria e com recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade.”²⁵⁷

E, através do que Thompson afirma e também com base nos relatos da experiência pessoal de Coutinho, identificamos a força impulsionadora da instrução, fornecendo instrumentos para uma leitura mais adequada do mundo em que aqueles operários viviam, percebendo a exploração a que estavam coletivamente submetidos e os caminhos para romper este sistema. Coutinho, portanto, buscava dar um permanente incentivo àqueles que, como ele, tomavam a iniciativa de se instruir por conta própria. Cabe aqui mencionar que o autodidatismo era uma prática relativamente comum entre operários que se tornavam militantes nesta época, na qual companheiros apresentavam uns aos outros leituras e autores que fossem pertinentes à instrução da classe e as trocas de conhecimento e discussões se disseminavam mesmo que informalmente.

A Sociedade União Operária de Rio Grande, importante associação de classe desta cidade e que havia sido fundada em 1893, criara no ano de 97 o Colégio da União Operária. Neste mesmo ano a associação montara um atelier de costura para mulheres aprenderem um ofício do qual pudessem obter algum ganho.²⁵⁸

Este colégio, aparentemente, tornou-se exemplo e referência de iniciativa organizada para instrução da classe tanto na cidade de Rio Grande quanto no restante do estado. Alguns dados são significativos sobre esta instituição e foram publicados no *Echo Operário*, porta-voz da associação:

[...] existem atualmente na matrícula de suas aulas 352 alunos que estão assim distribuídos: aulas diurnas masculino [sic]: matrícula, 288, frequência no mês de agosto, 113; aulas diurnas feminino [sic]: matrícula, 93, frequência no mês de agosto, 57; aulas noturnas de português: matrícula, 38, frequência no mês de agosto, 33; aulas de desenho: matrícula, 13, frequência, 7. Pelo mapa acima se vê que nenhum colégio de Rio Grande tem igual frequência e convém notar que muito alunos são pobres órfãos que não têm parentes como sócios da sociedade e sim porque os recebem nas aulas em nome da solidariedade operária.²⁵⁹

²⁵⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa...* Op. Cit. v.3. p. 304.

²⁵⁸ *Echo Operário*. Rio Grande, 14/11/1897, p. 3.

²⁵⁹ *Echo Operário*. Rio Grande, 11/09/1897, p. 1. Nos estatutos da S.U.O. de 1903 estava especificado que ela se comprometia a “fundar escolas para instrução aos sócios, seus filhos ou dependentes”. Portanto, fica claro em seu regulamento que nada a obrigava ou à sua escola aceitarem crianças órfãs, sendo este um gesto de solidariedade que se buscava propagandear através do comentário feito pelo jornal.

Com um ano de existência a União Operária criou aulas diurnas e noturnas para os trabalhadores, apesar de que estas “lhes custavam metade da sua receita”.²⁶⁰ Além destas informações, também outras atestam a importância das aulas fornecidas pelo Colégio da União. Em 1898, publicara-se nas páginas do *Echo Operário* uma nota sobre a solenidade de formatura dos alunos daquela escola. Também se informava neste mesmo número os resultados dos exames escolares realizados pelos alunos que freqüentavam as aulas do colégio.²⁶¹

Em um artigo publicado no *Echo Operário*, Guedes Coutinho comenta que o colégio mantido pela União Operária era uma atitude louvável visto que, mesmo não recebendo auxílio financeiro do Conselho Municipal de Rio Grande, muitos préstimos tinha feito aos trabalhadores daquela cidade, segundo sua opinião. Ele aproveitava para fazer uma solicitação ao governo municipal, ressaltando a importância desta entidade: “apelamos, pois, para os ilustres conselheiros municipais, para que em nome da justiça e do direito prestem atenção ao colégio da *União Operária* que está prestando reais serviços às classes pobres tão desprezadas pelos altos poderes.”²⁶²

O texto deixa claro o papel da instrução na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, posto que, ao reclamar da falta de auxílio do Conselho Municipal ao colégio, comentava:

Não é uma esmola que pedimos, porque não aceitaríamos esmolas; mas é o futuro para os nossos filhos e irmãos que precisam da luz da instrução e não podem tê-la como desejaríamos.

O que desejamos é a felicidade do povo, é a grandeza da classe que, devido ao relaxamento dos governos se conserva na ignorância.

.....

A instrução é o maior bem que podemos desejar aos nossos companheiros, pois por ela saberão conquistar os direitos que agora lhes são negados.²⁶³

Esta nota fora publicada pouco depois de uma outra, muito semelhante, que criticava a falta de ações do governo quanto a instrução dos trabalhadores. Nela dizia: “Ora, os governos republicanos em suas manifestações tanto blasonam de defensores da instrução, e o povo continua pagando, como se realmente tivesse se beneficiado, quando

²⁶⁰ *Echo Operário*. Rio Grande, 20/03/1898, p. 1.

²⁶¹ *Echo Operário*. Rio Grande, 01/08/1898, p. 4.

²⁶² *Echo Operário*. Rio Grande, 19/09/1897, p. 1. Grifo do original.

²⁶³ *Echo Operário*. Rio Grande, 19/09/1897, p. 1.

apenas tem uma péssima instrução primária para as crianças e nenhuma escola para adultos”.²⁶⁴

O *Echo Operário* publicara, pouco tempo depois, uma outra solicitação feita também por membros da União Operária, em carta enviada à municipalidade “impetrando um auxílio anual para os colégios da mesma sociedade”.²⁶⁵ Não identificamos balanços anteriores desta associação, mas para o ano de 1899 foi encontrada informação de envio do subsídio municipal no valor de 1:000\$000 “aos colégios da União Operária”.²⁶⁶

Como pode-se observar, a importância que o jornal dava às aulas fornecidas pela associação remete ao descaso dos órgãos públicos para com a classe trabalhadora e sua formação e instrução gerais. A maneira de colocar-se frente ao poder público era bastante comum entre os socialistas daquele período— e Coutinho, professor daquela escola, não fugia à regra — buscando explicitar o desinteresse das autoridades para com as camadas populares.

Esta postura vinha a reforçar a tese do discurso socialista sobre a necessidade de uma ação mais efetiva — no caso, a ocupação de cargos públicos via eleições — para melhoria das condições de vida e trabalho do operariado. Porém, a execução desta proposta implicava na instrução dos trabalhadores e na sua elevação intelectual, podendo assim alcançar a consciência da exploração que lhes atingia e buscar a mudança pelo caminho do socialismo.

Os apelos da associação e do *Echo Operário* à instrução da classe eram feitos enquanto uma via legítima e fundamental de libertação do proletariado da sua condição subjugada e explorada. Reforçava-se a solidariedade entre os trabalhadores por meio de atitudes solidárias como a dos membros do Colégio da União Operária, dentre eles Guedes Coutinho, mas juntando-se a isso, também havia a preocupação com uma melhora na condição social e material do proletariado através da vitória nos pleitos eleitorais por candidatos socialistas.

Diversas propostas de instrução que, pelas notícias anteriores, estavam se efetivando na cidade partiam daquela associação. Ela propusera e colocara em prática a instrução para sócios, filhos e dependentes. Fornecera instrução primária, para ambos os sexos, diurna e noturna, através de aulas gratuitas fornecidas voluntariamente por outros operários. Também colocara em prática aulas para aprendizagem de ofícios manuais e tivera como seu porta-voz um jornal de defesa dos interesses do operariado em geral.

²⁶⁴ *Echo Operário*. Rio Grande, 11/09/1897, p. 1.

²⁶⁵ *Echo Operário*. Rio Grande, 28/09/1897, p. 4.

Observa-se, portanto, que o propósito das lideranças e associações operárias em fornecer algum tipo de preparo educacional aos trabalhadores resultava, como no caso da União, em experiências bem sucedidas, mesmo com as dificuldades de recursos e manutenção tão comuns a esta e inúmeras outras associações.

Deste mesmo período, temos também informações sobre uma associação de Pelotas, o Congresso Operário, fundada em 1889 e dando origem no ano seguinte à Liga Operária daquela cidade. O Congresso Operário, a despeito de ser uma entidade mista de patrões e operários, comportava interesses ligados aos trabalhadores no que se referia à sua instrução e, com destaque, à instrução profissional. Em seus estatutos declarava como um de seus objetivos: “[...] procurar melhorar o mais possível as artes e indústrias locais, já por meio de exposições, fazendo a aquisição de obras e tratados instrutivos para utilidade de seus associados e tendentes a fazer despertar o gosto pelo ensino profissional”.²⁶⁷

Também, na cidade de São Borja, podemos acompanhar o esforço feito em garantir aos trabalhadores a instrução que, por outros meios, tornava-se praticamente inviável. A União Operária de São Borja, cuja orientação ideológica não fica explícita, trazia em seus estatutos de 1905 diversas propostas de instrução, num claro reconhecimento e defesa da sua importância para a classe, contemplando, entre outros aspectos:

Art.1- proporcionar a instrução dos seus membros e dos seus filhos;

Art. 19/4- aos filhos menores de 16 anos dos sócios falecidos, a sociedade proporcionará a aprendizagem de primeiras letras e de um ofício ou arte;

Art. 20/1- a sociedade estabelecerá uma escola de ensino primário e leigo para parentes e dependentes dos sócios;

Art. 20/2- uma aula noturna de primeiras letras para sócios adultos; §1º- instituirá logo que os recursos permitirem, o ensino profissional (artes e ofícios).²⁶⁸

Além disso, os estatutos a União Operária de São Borja previam como falta passível de punição os sócios que se negassem a mandar os filhos ou dependentes à escola.²⁶⁹ Pode-se observar que a instrução era não um projeto com vistas ao benefício apenas dos trabalhadores associados. Também se propunha melhorar o nível cultural geral das famílias operárias no presente e seu preparo para o futuro. Desta maneira,

²⁶⁶ *Echo Operário*. Rio Grande, 18/07/1899, p. 3.

²⁶⁷ *Estatutos do Congresso Operário*. Pelotas, 1889.

²⁶⁸ *Estatutos da União Operária*. São Borja, 1905.

²⁶⁹ *Estatutos da União Operária*. São Borja, 1905. Cap. VII, Art. 26, § 5º.

previa uma maior segurança material para os associados e seus familiares que, ao mesmo tempo estimularia a maior participação na associação.

A convivência entre os operários e famílias, através destes espaços criados pelas associações – mesmo não se caracterizando como espaços de experiência de trabalho e de exploração de classe – auxiliava a construção e reforço dos laços de solidariedade e identidade quanto às demandas comuns à classe trabalhadora. Em situações como esta, a oferta de instrução em suas várias modalidades podia muito contribuir para o compartilhamento de experiências, união de esforços e solidariedade entre operários.

Outra organização também em São Borja, chamada Liga Operária²⁷⁰, em seus estatutos de 1903, mostrava-se preocupada em promover para seus associados diversos tipos de aulas. Estas aulas seriam criadas no momento em que a associação obtivesse os fundos necessários, porém, já no projeto estavam especificadas algumas delas, como aulas de ensino primário e secundário, esgrima, ginástica, natação e equitação.²⁷¹ Para enriquecimento dos conhecimentos dos trabalhadores, a associação buscava criar também uma biblioteca para a qual seriam solicitadas remessas de jornais do estado e de fora, bem como do estrangeiro, sem distinções de caráter político ou religioso.²⁷²

A associação garantia ainda matrícula gratuita aos filhos de seus sócios em todas as aulas que viessem a ser instituídas.²⁷³ Por meio da oferta de aulas diferenciadas buscava-se, possivelmente, atrair a atenção dos trabalhadores na tentativa fazê-los se associarem tendo em vista alguns benefícios pouco usuais. A preocupação da entidade em fornecer aulas e disponibilizar a biblioteca demonstrava o desejo de que os operários participassem destas atividades instrutivas como meio de adquirirem crescimento intelectual, bem como conhecimento sobre acontecimentos da atualidade e da classe operária de outras regiões.

Cabe também mencionar que se a instrução podia assumir características de desporto, formação profissional, elevação cultural, ela também estava envolvida na tarefa de trazer melhorias para as ações do movimento organizado. E esta era a visão defendida pelo anarquista Gomes Ferro em uma publicação intitulada “A escola”, do jornal *A Luta*. O projeto político dos anarquistas, como já mencionado, tinha como um de seus fundamentos a instrução como preparação para a luta, o que se pode observar nas palavras do militante:

²⁷⁰ *Estatutos da Liga Operária*. São Borja, 1903.

²⁷¹ *Estatutos da Liga Operária*. São Borja, 1903. Cap. XI, Art. 103º.

²⁷² *Estatutos da Liga Operária*. São Borja, 1903. Cap. XI, Art. 105º.

²⁷³ *Estatutos da Liga Operária*. São Borja, 1903. Cap. II, Art. 10º

Parte do operariado porto-alegrense já vai, pouco a pouco, de per si, reconhecendo que, sem uma fonte educativa de onde jorre a luz que há de guiá-los na íngreme senda da vida para sua futura emancipação, desenvolvendo-lhe o espírito e inoculando-lhe todas as idéias sublimes, lógicas e irrefutáveis, serão baldados todos os esforços que se fizerem em prol das classes escravizadas: tanto que, além de já possuímos a Escola Eliseu Reclus de ensino livre e que tem se desenvolvido progressivamente, dando ótimos resultados, pretendem como também o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e o Clube Instrutivo e Recreativo 1º de Maio, fundar escolas no bairro industrial dos Navegantes para o operariado em geral, afim de torná-los homens conscientes na luta árdua pela existência.

[...]

A escola livre é o sol esclarecedor de todas as consciências, o tronco por onde brotam todas as amizades, a causa principal da educação humana, a imagem viva duma sociedade em miniatura.

A consciência, quando sã e pura, torna-se mãe fecunda, germinando idéias nobres: a Amizade – *o campo onde mais amplamente floresce a solidariedade; a educação, se completa, o vínculo de toda a humanidade.* [...]

Urge, portanto, que o operariado porto-alegrense passe por uma pequena evolução educativa, sem o que serão frustradas todas as greves, que devem ser o genuíno resultado da revolta íntima, espontânea e consciente de cada um e não produzidas pelo inflamado verbo dos que têm sede de notoriedade. [...]

Convença-se o proletariado de que a educação, adquirida numa escola noturna de ensino livre, é o único fator capaz de torná-los independentes; e que é alcançando-se um certo grau de conhecimentos úteis que a gente pode encaminhar-se mais ou menos livremente, para a vindoura sociedade tão bem interpretada pelo másculo talento de Jean Grave.²⁷⁴

Retomando a proposta de ensino anarquista do *A Luta*, vemos no texto citado a relação que estabelece entre educação, consciência e experiência solidária de classe. A leitura que o jornal *O Exemplo* fez de uma greve dos pedreiros em 1911, envolvia estas mesmas questões: instrução, consciência e emancipação operária.

Aqui em Porto Alegre, onde os pedreiros e carpinteiros conseguiram com as 8 horas já um pouco de amor ao estudo um dos fatores que elevando o proletariado, faremos compenetrar-se melhor do que deve fazer para conseguir o seu completo desideratum [sic].

Atualmente dispõem os pedreiros e carpinteiros de algumas horas de descanso e estas devem ser aproveitadas no que for útil e necessário para o levantamento moral e intelectual dos mesmos, além do que já se acham.²⁷⁵

²⁷⁴ FERRO, Gomes. *A escola*. In. *A Luta*. Porto Alegre, 22/02/1907, p. 1.

²⁷⁵ *O Exemplo*. Porto Alegre, 12/01/1911, p. 1.

No caso da categoria dos pedreiros, a existência de uma escola organizada pela sua associação já em 1907 e mantendo aulas gratuitas para membros e seus filhos, poderia agir positivamente no desenvolvimento de união e solidariedade em greves ou outras mobilizações destes operários:

Aulas noturnas operárias - serão instaladas amanhã, na nova sede social da pujante ‘União dos Pedreiros’ as aulas que esta bem orientada associação resolveu fundar para os seus sócios e para os filhos dos mesmos.

.....

Logo que estejam desenvolvidas as classes destas, serão instaladas as de geografia, história e outras que estiverem ao alcance da sociedade estabelecer.

O competente professor de matemática Sr. Raul B. de Souza, que mantém uma aula particular onde há preparado vários alunos para exames oficiais e que todos eles tem sido aprovados com excelentes classificações, teve a generosidade de oferecer-se para lecionar gratuitamente, duas vezes pôr semana, aritmética e álgebra aos alunos da aula da União dos Pedreiros.²⁷⁶

Mesmo que a associação estivesse contando com a generosidade de um professor e não de um operário pedreiro ou marceneiro – portanto, alguém que não era nem membro daquelas categorias, nem da classe operária – a solidariedade estava presente justamente no repasse da manutenção da gratuidade para os alunos da escola. As redes de solidariedade podiam, desta forma, envolver pessoas alheias à experiência de classe, mas que através de suas ações efetivavam ou facilitavam que uma relação de solidariedade tivesse lugar no meio operário.

Servem aqui como base para reflexão as palavras já citadas de Thompson a respeito da criação de uma consciência de classe através da educação: “a partir de sua experiência própria e com o recurso à instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade”.²⁷⁷ Ou seja, as experiências das quais se tratou indicam a importância conferida à da educação pelas militâncias enquanto um caminho para consciência de que a união e a solidariedade eram os fundamentos da sua vitória na luta de classes.

3.1.2. A participação da imprensa operária na “elevação cultural” da classe

⁴⁵ *A Democracia*. Porto Alegre, 02/07/1907, p. 4.

⁴⁶ *A Democracia*. Porto Alegre, 07/07/1907, p. 4.

²⁷⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária...* v.3. Op. Cit. p. 304.

Não podemos falar de um projeto educacional organizado com o esforço das associações, lideranças e militantes sem mencionarmos a participação dos jornais operários e seus grupos de redatores envolvidos neste processo. Nas palavras do jornalista e assíduo pesquisador da classe operária gaúcha, João Batista Marçal:

Falar de imprensa operária é falar do movimento operário e do lento processo de formação da própria classe trabalhadora. Essa imprensa, de mãos calejadas, na medida em que espelha o cotidiano da luta entre capital e trabalho, se constitui na própria história do movimento operário. História viva, palpitante, densamente humana.²⁷⁸

Este parágrafo resume o árduo trabalho realizado por esta imprensa e também a sua intensa relação com as experiências de formação da classe. Para continuarmos, faz-se necessário explicar, ao menos em linhas gerais, as condições sob as quais funcionavam tais periódicos e as possibilidades que ofereciam para desenvolver a instrução e as relações de solidariedade. Os jornais operários, independente do período em que estiveram atuando, funcionaram, via de regra, com muitas dificuldades econômicas, contando com grande dose de voluntarismo e doação pessoal por parte de seus membros, aqueles militantes que se dispunham solidariamente a auxiliar na edição, impressão, circulação e cobrança dos jornais. Apesar disso, tais jornais muitas vezes cruzaram as fronteiras do município, do estado, ou mesmo, do país.

A circulação e as redes de informações mantinham-se freqüentes devido à presença de correspondentes destes jornais em outros lugares. Isso permitia a aproximação e o estreitamento de vínculos de apoio e a troca de experiências, mesmo à longa distância, entre organizações de classe, suas lideranças e seus movimentos. Apenas para dar um exemplo dentre muitos outros, cito o caso do periódico *A Voz do Trabalhador*, de Porto Alegre, órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul que, no ano de sua fundação, em 1912, informava aos seus leitores sobre as diversas localidades com as quais mantinha vínculos, seus colaboradores e o recebimento e envio de notícias e materiais:

A Voz do Trabalhador mantém correspondentes nas principais cidades do Estado, em São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Portugal, Itália, etc. *A Voz do Trabalhador* mantém uma lista de contribuições voluntárias para auxiliar sua publicação. As remessas de dinheiro de

²⁷⁸ MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, s/ed., 2004. p. 11.

fora da capital para o jornal devem ser feitas em vales postais ou carta registrada com valor declarado.²⁷⁹

Existiam, obviamente, diferenças significativas entre os inúmeros jornais da imprensa operária da época, desde o posicionamento ideológico defendido até a categoria ou entidade específica que representavam. Ao longo deste trabalho foram feitas algumas rápidas menções a estes periódicos, dentre os quais retomaremos alguns e outros mais para demonstrarmos a diversidade desta imprensa. Apenas para retomar temos o *Echo Operário* de Rio Grande, ligado à Sociedade União Operária, o jornal de Porto Alegre, *A Democracia*, porta-voz dos socialistas da capital, o *A Luta*, órgão representante dos anarquistas porto-alegrenses, também o jornal *O Alfaiate*, defensor dos interesses desta categoria profissional.

Quadro 4: Dados sobre jornais da imprensa operária (nome, localidade, ano de surgimento e tendência ideológica. RS: 1881-1913).

Nome do Jornal	Localidade	Ano	Tendência
<i>O Tipógrafo</i>	Porto Alegre	1881	classista
<i>O Operário</i>	Porto Alegre	1885	classista
<i>O Proletário</i>	Porto Alegre	1896	socialista
<i>A Voz do Operário</i>	Porto Alegre	1899	socialista
<i>Avante</i>	Porto Alegre	1901	socialista
<i>O Exemplo</i>	Porto Alegre	1902	classista
<i>A Voz dos Oprimidos</i>	Porto Alegre	1903	socialista
<i>O Caixeiro</i>	Porto Alegre	1910	anarquista
<i>A Voz do Trabalhador</i>	Porto Alegre	1912	anarquista
<i>O Sindicalista</i>	Porto Alegre	1914	anarquista
<i>O Século</i>	Livramento	1891	?
<i>O Operário</i>	Pelotas	1892	socialista
<i>Democracia Social</i>	Pelotas	1893	socialista
<i>A Razão</i>	Rio Grande	1895	socialista
<i>União Caixeiral</i>	Pelotas	1896	classista
<i>O Social</i>	Alegrete	1897	socialista
<i>O Proletário</i>	Rio Grande	1904	socialista
<i>A Evolução</i>	Bagé	1907	classista
<i>O 1º de Maio</i>	Santa Maria	1908	classista?
<i>A Verdade</i>	Livramento	1909	socialista
<i>Intrépido</i>	Rio Grande	1910	socialista
<i>O Protesto</i>	Rio Grande	1911	socialista
<i>O Operário</i>	Santa Maria	1912	classista

²⁷⁹ *A Voz do Trabalhador*. Porto Alegre, 11/08/1912, p. 1.

<i>O Trabalho</i>	Bagé	1913	sindicalista/revolucionário
<i>O Popular</i>	Passo Fundo	1913	classista

Fonte: MARÇAL, João Batista. *A Imprensa Operária no Rio Grande do Sul*. Op. Cit.

Poderíamos continuar com uma lista muito maior dos jornais que circularam no meio operário e de alguma maneira atuaram na organização dos movimentos operários nas localidades, no estado ou até no exterior. Mas, o interesse não está em ampliar a sua listagem, pois a imprensa nessa dissertação será analisada como um veículo através do qual a solidariedade também se manifestou. Assim, a publicação de matérias e o estímulo permanente à “elevação cultural” do proletariado eram promovidos como formas de ampliar as relações intra-classe através desta imprensa.

A tônica do seu discurso era o apelo à união da classe. Para tanto, os jornais buscavam instruir ou levar os trabalhadores a buscarem tal instrução como meio para torná-los conscientes e capazes de agir coletivamente em defesa da causa operária. As formas de valorizar e propagandar a instrução podiam variar, dentre as quais se encontravam os anúncios de peças teatrais (organizadas por grupos operários), a publicação de comentários sobre literatura, a listagem de autores e obras de caráter político-ideológico de interesse para classe, a disponibilização gratuita de jornais e outros impressos aos operários. Como exemplo das atividades promovidas por estes jornais e que serão mais adiante analisadas, cito o editorial de fundação do jornal *Avante* de Porto Alegre, em 1901, substituto do extinto *A Voz do Operário*. No seu programa, propunham-se garantir aos trabalhadores “instrução primária, técnica e secundária gratuita e obrigatória”.²⁸⁰

Os contatos, notícias e relações no interior da classe também eram muito facilitados em função desta imprensa, pois dentro de seu diversificado noticiário permitia também que se tomasse conhecimento das experiências, ações coletivas e dificuldades gerais dos trabalhadores nos diferentes locais onde a classe surgia e se organizava. Também por meio da imprensa tornava-se possível uma melhor organização das ações conjuntas dos operários na busca pelas suas demandas coletivas.

Estava envolvido nestes esforços de desenvolver e incentivar atividades educacionais também o interesse em estabelecer relações e firmar contatos com outros núcleos operários, fortalecendo apoios e alargando a atuação e influência de correntes, grupos e lideranças. Mostrava-se, através destas ações, a tentativa de ampliar os laços intra-classe para além de uma esfera estritamente local de atuação dos jornais, grupos

militantes e associações, fortalecendo o próprio caráter universal da classe e das experiências de exploração e de luta.

Tais trocas de experiências podem ser vistas, por exemplo, nas páginas de um periódico como o *Echo Operário*, evidenciando os locais pelos quais estes jornais circulavam. Em 1898, por exemplo, a redação do *Echo Operário* agradecia ao colega José Ingenieros, de Buenos Aires, redator do periódico *La Montaña*, pela doação de diversos livros sobre o socialismo. Um trecho da nota publicada dizia que “o nosso ilustrado colega e comp. José Ingenieros, [...] atendendo a falta de livros que há por aqui para propagar o socialismo, presenteou-nos, o que muito agradecemos, com um pacote de diversos folhetos [...]”.²⁸¹ A gratidão pela oferta devia-se ao fato do *Echo Operário* ser defensor dos princípios socialistas, para os quais as obras poderiam muito auxiliar na sua propagação e melhor conhecimento dos trabalhadores sobre esta doutrina.

Neste sentido, a solidariedade através da troca de materiais que incluíam livros, revistas ou jornais de outras localidades auxiliavam a tornar acessível aos trabalhadores informações e conhecimentos tanto sobre a organização da classe trabalhadora em outras localidades, como sobre os ideários de defesa dos interesses da classe.

Porém, certas situações também explicitavam as dificuldades enfrentadas pelos jornais que, nem sempre, tinham os pedidos de ajuda atendidos para manter o seu funcionamento. Se pensarmos que estes jornais buscavam, fundamentalmente, a defesa dos interesses do proletariado, é de espantar que fossem freqüentes as queixas à falta de colaboração por parte da classe para sua manutenção. Assim declarava *O Alfaiate*, de Porto Alegre, em 1907:

Este periódico se mantém por subscrição voluntária, a qual não publicamos no presente número por não nos terem sido entregues as listas em circulação.

Pedimos aos colegas que as possuem de no-las entregar o mais breve possível, embora com pequena quantia.[...] ²⁸²

Assim como *O Alfaiate*, também *O Proletário*, de Rio Grande, comentava que no ano de 1906 aquela folha só era impressa e distribuída graças ao esforço concentrado de alguns poucos participantes:

Aparece hoje mais um número do nosso jornal, graças aos esforços de dois ou três companheiros, que querem embora com sacrifícios, retribuir de vez quando a visita os jornais

²⁸⁰ *Avante*. Porto Alegre, 24/02/1901, p.?

²⁸¹ *Echo Operário*. Rio Grande, 18/01/1898, p. 4.

amigos, que apesar das longas interrupções continuam pontualmente a honrar a nossa modesta mesa de trabalho.

.....
 Ele depende unicamente da boa vontade da classe que defende, e mesmo assim ou talvez por isso mesmo, luta sempre com mil dificuldade [sic].²⁸³

Geralmente, os redatores dos jornais eram membros mais “esclarecidos” da classe operária por serem alfabetizados, terem certas leituras e conhecimentos gerais, mesmo que estes saberes tivessem sido adquiridos de maneira diletante e autodidata. Suas preocupações centravam-se, portanto, em levar até o operariado as idéias e informações que consideravam necessárias para seu aprendizado e consciência de sua exploração. Assim, as propostas apresentadas por grupos operários organizados tanto nas associações (como anteriormente analisou-se), quanto nos jornais, proporcionavam um importante auxílio para o aprimoramento intelectual da classe com vista a ampliação da solidariedade e através da explicitação de experiências indicadas como comuns. Estas ações educacionais buscavam garantir benefícios no momento presente, mas também poderiam alargar a solidariedade e união entre operários em momentos futuros.

O auxílio e solidariedade dos quais os jornais tanto dependiam eram colocados a público também como modelo de solidariedade a ser seguido e ampliado para toda a classe. Havia, portanto, um papel pedagógico nas práticas desta imprensa, pois os meios que ela usava para se colocar em circulação eram exemplares em termos de solidariedade e apoio a serem ensinados e seguidos pelo restante do operariado. A instrução operária, neste sentido, auxiliava a pôr em prática para o maior número possível de operários àquelas relações de solidariedade e união que já se efetivavam nas atividades de sua imprensa.

A instrução, pela sua capacidade de transformação de idéias em práticas, poderia ensinar os trabalhadores a compreender a sua exploração coletiva e conscientizá-los da importância da solidariedade para sua emancipação. Assim, as ações da imprensa operária buscaram difundir as relações de solidariedade entre operários com o objetivo mais imediato da sua instrução e, mais geral, de conscientização e vitória na luta de classes.

Em síntese, fosse por meio dos esforços das associações, da visibilidade e capacidade de propaganda e circulação de informações através dos jornais, dos discursos combativos e engajados de lideranças, enfim, no uso destes diferentes mecanismos, a

²⁸² *O Alfaiate*. Porto Alegre, 12/10/1907, p. 4.

²⁸³ *O Proletário*. Rio Grande, 28/01/1906, p. 1.

defesa da instrução fez-se constante e relacionou solidariedade e organização operária na luta coletiva. Quaisquer que fossem as tendências ou correntes ideológicas envolvidas, a instrução esteve em seus discursos e propostas como um direito e uma necessidade aos quais os trabalhadores deveriam ter acesso e deveriam usufruir em prol da sua causa social.

Ao ser apresentado como um projeto coletivo, visando um bem comum e um alcance o mais amplo possível, a instrução resultava e/ou se estruturava sobre relações de solidariedade e apoio recíproco, pois buscava tanto o crescimento individual dos trabalhadores, quanto a “elevação” intelectual e política de toda a classe. Portanto, o ponto de articulação entre a instrução e a solidariedade de classe situa-se na possibilidade criada através dela de uma experiência capaz de conscientizar os trabalhadores daqueles objetivos, interesses e lutas apontados como comuns a toda classe operária.

A instrução caracterizou-se, portanto, como uma via de mão-dupla, pois tanto auxiliou no desenvolvimento de relações de solidariedade de classe (através da conscientização dos trabalhadores quanto à importância da união para luta e para vitória), quanto esteve amparada por estas ações e relações de solidariedade para se efetivar. Foi sob esta perspectiva de duplo papel que se buscou analisar a educação e a imprensa operária, visto que relações de solidariedade partiam ou eram requisitadas por elas.

3.2. O 1º de Maio: comemorações e propagação da solidariedade

O 1º de Maio possui um significado ímpar para classe trabalhadora, pois através dos eventos que marcaram esta data observou-se conjuntamente a construção de seu conteúdo simbólico e experiências em torno de uma identidade trabalhadora. Como se sabe,

o Congresso Operário de Paris de 1889, que iniciou a Segunda Internacional, estabeleceu uma data mundial para que os trabalhadores de todas as partes intimassem os poderes públicos a fixar em oito horas a jornada de trabalho e para implementar outras demandas relacionadas à legislação social.

Mesmo levando-se em conta as razões oficiais do surgimento do 1º de Maio, os festejos, discursos e ações referentes a esta data ou nela ocorridos integram a análise desta dissertação por sua importância enquanto comemoração coletiva, que trazia em seu

bojo, entre outras experiências de classe, não só as de congraçamento, mas também de solidariedade.

Cabem aqui alguns breves apontamentos sobre as diferenças entre socialistas e anarquistas nas suas concepções e atividades referentes ao 1º de Maio. Mesmo que o interesse não repouse nas distinções entre ações promovidas por estes dois grupos, é apropriado indicar algumas particularidades.

Para os socialistas, a data estava muito ligada à valorização do trabalho na sociedade e em suas comemorações buscavam dar um caráter mais cultural, político e festivo às atividades, com realização de conferências e sessões solenes. Os anarquistas, por seu turno, criticavam a excessiva importância dada pelos socialistas aos festejos da data, enquanto eles a consideravam mais como uma ocasião própria para incentivo da luta e da conscientização da classe, inclusive defendendo a paralisação coletiva do trabalho neste dia.

Mas por ser uma festividade *da* classe trabalhadora, feita *por e para* ela, os discursos dos militantes em prol desta data tiveram aspectos comuns associados aos interesses mais gerais da classe neste final do século XIX e início do XX. Hobsbawm afirma que o 1º de Maio era uma festividade muito peculiar dos trabalhadores e, acrescenta ainda que, talvez “seja o mais ambicioso dos rituais do operariado”:

O 1º de Maio partilhava [...] a característica essencial de ser a apresentação pública e regular de uma classe em si, uma afirmação de poder; de fato a sua invasão do espaço do sistema, uma conquista simbólica. Mas, de forma igualmente crucial o 1º de Maio foi a afirmação da classe através de um *movimento organizado*.²⁸⁴

A importância agregadora que adquiriu o 1º de Maio nos mais diversos locais do Brasil pode ser avaliada ainda por outro indício: a encenação de peças teatrais sobre a data. Como se sabe, entre os anarquistas o teatro social sempre constituiu um importante instrumento pedagógico, pelo conteúdo e pela repetição dos textos ao longo dos anos e em diferentes centros onde os operários estivessem relativamente organizados. São pequenos diálogos em que a argumentação central – mais importante que a qualidade cênica ou a particularidade estética – se baseava no enfrentamento entre o dominante e o dominado.

²⁸⁴ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho...* p. 111. Grifo do autor.

A peça mais encenada em todo o Brasil – segundo Edgar Rodrigues mais de uma centena de vezes²⁸⁵ - foi não outra que *Il Primo Maggio* ou *O 1º de Maio*, do anarquista italiano Piero Gori, dramaturgo e poeta, também autor do hino referente à data. O drama de Gori integrava de forma quase obrigatória o repertório dos grupos culturais anarquistas em todo o Brasil.

Um indício também significativo que aponta para as relações solidárias entre as entidades operárias está expresso no hábito de troca de textos dramáticos – no caso *O Primeiro de Maio* – como no trecho abaixo transcrito das Atas da diretoria da Sociedade União Operária de Rio Grande, em 1907:

[Recebemos] uma carta da Federação Operária em Paraná, participando-nos que, havendo sido fundado um grupo dramático social e havendo necessidade de se levarem à cena dramas que temos, de acordo com a propaganda operária, pedem para enviarmos algumas peças, correndo as despesas por conta deles, e nos oferecem os dramas O Semeador e o Primeiro de Maio. Resolveu-se [ilegível] participando os dramas que temos, de acordo com seus pedidos, e que estamos prontos a enviar logo.²⁸⁶

O ritual anual do 1º de Maio constitui, portanto, um momento associado exclusivamente ao proletariado e traduz-se na afirmação e reforço da classe, da comunidade, da luta e da união.²⁸⁷ Por ter se tornado tanto uma celebração festiva quanto de luta – tendo sofrido oscilações entre um e outro aspecto nos diferentes momentos históricos e de acordo com a política e ideologia envolvidas – esta data também ganhou importância por sua capacidade de mobilização mesmo entre parcelas do operariado que não eram regularmente engajadas no movimento organizado.²⁸⁸ Assim, cada vez mais o 1º de Maio tornou-se a afirmação anual da presença da classe, sintetizada numa afirmação da força fundamental dos trabalhadores: a ausência ao trabalho através de uma greve de um dia.

²⁸⁵RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992. p. 24.

²⁸⁶ *Atas da Diretoria da Sociedade União Operária de Rio Grande*. nº 619, de 29/06/1907. In: SILVEIRA, Marcos C. Borges. *O teatro operário em Rio Grande na época das primeiras chaminés*. São Leopoldo, PPG em História da UNISINOS, 1999. Dissertação de Mestrado. p. 117.

²⁸⁷ Idem. Ibidem. p. 113.

²⁸⁸ As primeiras referências de comemorações do 1º de Maio no estado partem de duas associações e datam de 1893, realizada pela *Liga Operária* de Pelotas e, em 1894, pela *Sociedade União Operária* de Rio Grande. Para mais algumas informações a respeito ver LONER, Beatriz A. *Construção de Classe...* Op. Cit. e PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Origens do 1º de Maio...* Op. Cit.

As primeiras comemorações do 1º de Maio ocorreram nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, pois são para estas localidades que se encontram os registros mais antigos. Pelotas tivera, no 1º de Maio de 1893, sessão solene na *Liga Operária* a qual fora descrita pelo jornal local *Correio Mercantil*:

Na madrugada de ontem, foram queimados, em frente do edifício da Liga Operária, foguetes de bomba real, saudando o dia 1º de maio, dedicado pelas classes operárias à libertação do trabalho.

Durante o dia de ontem, esteve hasteado o pavilhão da Liga Operária, e à noite o Sr. Alexandre Gastaud realizou nos salões da mesma uma conferência.

Ocuparam também a tribuna os Srs. Francisco Antônio Macalão, João Tomás Mignone e outros. Esteve presente à sessão um representante desta folha.²⁸⁹

O *Correio Mercantil* dava mais detalhes sobre as comemorações da *Liga* no número do dia três de maio:

Esteve extraordinariamente concorrida a sessão festiva que a Liga realizou [...]. Ao ato compareceu toda a diretoria, sob presidência do Sr. Luiz Carlos Chevallier que, ao abrir a sessão, pronunciou algumas palavras análogas ao ato.

.....
Falaram também:

[...] o Sr. João Tomás Mignone, que acentuou o valor das vitórias sucessivas que o trabalho livre e bem organizado vai conquistando sobre o capital retrógado e opressor, e o Sr. Manoel Lopes da Cruz que ocupou-se também do alcance social do 1º de maio. [...]

Por último, fez-se ouvir um cidadão de nacionalidade alemã, cujo nome ignoramos.

.....
Após esta modesta, mas eloqüente demonstração de solidariedade operária [referindo-se à realização da sessão solene] o Sr. Chevallier encerrou a sessão.²⁹⁰

Também temos notícias sobre as comemorações de Pelotas ocorridas em 1897, envolvendo atividades como um piquenique no bairro Fragata para confraternização operária, em meio às outras atividades.²⁹¹

Na vizinha cidade de Rio Grande, no ano de 1894, instalara-se oficialmente a Sociedade União Operária, acompanhada de festejos pela rua saudando a imprensa

²⁸⁹ *Correio Mercantil*. Pelotas, 02/05/1893, p.1. Apud. LONER, Beatriz A. *Construção de classe...* Op.Cit. p337

²⁹⁰ *Correio Mercantil*. Pelotas, 03/05/1893, p. 2. Apud. LONER, Beatriz A. *Ibidem*. p. 337.

²⁹¹ Apud. LONER, Beatriz A. *Op. Cit.* p. 337.

operária, o socialismo e o 1º de Maio.²⁹² A fundação da associação nesta data fora proposital e uma forma de comemorar a data. No ano de 1896, as atividades na cidade já alcançavam um grande vulto e, segundo informações, uma expressiva participação da classe operária. Os jornais estimavam cerca de 1.600 pessoas, das quais 600 eram sócias da *União Operária* e mais de 1.000 operários, “[...] tomando a [rua] Marechal Floriano, a multidão seguiu, erguendo entusiásticos vivas ao 1º de Maio, à Revolução Social, ao socialismo, à confraternização da família operária e outros.”²⁹³

Em 1898 noticiava-se que, após quatro anos desde a primeira celebração coletiva do 1º de Maio, a data havia crescido muito em importância e participação operária:

Hoje, finalmente, depois de aturada e ininterrupta luta contra a ignorância das teorias e predisposição dos espíritos contra as inovações, conseguimos reunir um grupo de conscientes e dedicados companheiros para lançar Manifesto político ao Povo Rio-Grandense, fazendo-lhes ver qual é o fim das sociedades operárias e qual deve ser a atitude dos operários em face da burguesia a quem são adversas às modernas teorias visto que os operários querem ser livres e a burguesia quer-nos escravos a bem dos seus interesses.²⁹⁴

Pode-se perceber que havia uma relação expressa no discurso dos militantes ligados ao jornal *Echo Operário* que articulava elementos da experiência operária como as associações de classe, a solidariedade, a consciência e a organização para concretização do ideal de emancipação proletário. Além disso, fazia-se menção a estas questões juntamente com os elogios às atividades e participação classista no 1º de Maio naquela cidade.

Assim, nas comemorações de 1899 em Rio Grande, o *Echo Operário*, através de seus organizadores, saudava os operários pela sua data, ao mesmo tempo em que explicitava a importância político-econômica desta comemoração que já se efetivava na cidade há alguns anos:

Irmãos! Abracemo-nos!

Ao principiar este número do Primeiro de Maio de 1899, enviamos fraternal amplexo a todos os irmãos de luta, a todos os batalhadores da grande causa, aqueles, finalmente, que sentem o peso desta organização desumana e cruel que se chama capitalista burguesa.

²⁹² *Diário Popular*, 28/04/1893 e 03/05/1893. Apud. LONER, Beatriz A. *Construção de Classe...* Op. Cit. p. 336.

²⁹³ *Echo do Sul*. Rio Grande, 02/05/1896, p.?. Apud. Idem Ibidem. p. 337.

²⁹⁴ *Echo Operário*. Rio Grande, 01/05/1898, p. 2.

Aos colegas, principalmente, que, sem tiblezas [sic], se batem pela realização do nosso ideal emancipador enviamos muitas saudações e que possam lembrar-lhes que nós também nos esforçamos por fazer triunfar o socialismo.

Viva a Revolução Social!

A Redação. [Antonio Guedes Coutinho, Ricardo Doni, e Angelo Caldonazzi]²⁹⁵

Na capital, por sua vez, no ano de 1892 aparecem notícias nos jornais a respeito das atividades que se realizaram em função da data. Apesar de bastante resumidas, as notas publicadas indicam a atenção que alguns militantes e associações já davam ao 1º de Maio afim de que este não passasse “em branco”. No *A Federação*, jornal da grande imprensa representante do Partido Republicano Rio-Grandense, apareciam algumas informações sobre as atividades operárias:

Nosso colega Dr. Colombo Leoni do *L'Avvenire* nos comunica que as classes operárias desta capital também comemorarão, este ano, o 1º de maio, reunindo-se para este fim na Praça da Alfândega, domingo às 2 horas da tarde.²⁹⁶

.....

As classes operárias reunir-se-ão amanhã, às duas horas da tarde, na Praça da Alfândega, donde seguirão por várias ruas da cidade em grande marcha comemorativa ao dia, consagrado às expansões pacíficas do proletariado.²⁹⁷

O jornal *Diário Popular*, de Pelotas, noticiava naquela cidade os festejos que haviam ocorrido na capital no 1º de Maio de 92:

Porto Alegre, 2 de maio – Ontem realizou-se aqui grande reunião popular, comemorativa do dia 1º de maio.

Foram pronunciados discursos em alemão, italiano e português.

Reinou completa paz.²⁹⁸

Observa-se que o jornal pelotense comunicava terem sido feitos discursos em três idiomas diferentes, justamente aqueles falados pelo grande contingente de trabalhadores nacionais e estrangeiros que ocupavam as fábricas e oficinas de Porto Alegre no final do século XIX. Buscava-se, ao pronunciar discursos em mais de uma

²⁹⁵ *Echo Operário*. Rio Grande, 01/05/1899, p. 2.

²⁹⁶ *A Federação*. Porto Alegre, 29/04/1892, p. 1.

²⁹⁷ *A Federação*. Porto Alegre, 30/04/1892, p. 1.

²⁹⁸ *Diário Popular*. Pelotas, 05/05/1892, p. 1. PETERSEN, Silvia Regina. F. *Origens do 1º de Maio...* Op.Cit.

língua, alcançar o maior número de operários que, a despeito de suas diferentes origens culturais, compartilhavam uma experiência comum: a de exploração.

Por ser um momento de construção da força através da ação coletiva, o 1º de Maio era a ocasião de relembrar a todos os trabalhadores as experiências (a de exploração, sobretudo), interesses e características que os uniam, para além daquelas diferenças existentes no interior da própria classe. Desta maneira, a solidariedade era também invocada como uma relação e uma experiência a integrar esta rede de força, apoio e união operária, visto que a meta desta articulação – festiva e/ou de luta – era articular e envolver o máximo possível este coletivo, fazendo eco ao chamado de Marx: “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”.

Entre inúmeros exemplos, podemos observar esta idéia nas palavras expressas por um militante em artigo do *A Democracia* de 1907, que afirmava a importância da data para o reforço das relações de solidariedade entre operários, na busca de uma união para as ações de interesse geral da classe:

É hoje o dia, que, o operariado de todo o universo exclama: liberdade, justiça e paz; é hoje o dia em que o operário demonstra pela solidariedade de idéia o quanto pode o braço humano; nenhuma fábrica ousará fumejar sua chaminé, e nenhum operário esquecerá de reunir-se entre seus companheiros de infortúnio, para unidos protestarem contra as cousas mal constituídas e sucedidas de velhas crenças ostentadas pela força de uma minoria astuciosa.

Avante! Avante companheiros! Não esqueceréis amanhã, o dia de hoje, sigamos sempre com a idéia que temos almejado para a conquista dos nossos direitos para a paz de nossas famílias e para o pão de nossos filhos.²⁹⁹

J. F. Santos

Pode-se observar que a solidariedade, ao ser trazida para o centro das preocupações de alguns discursos operários, contribuía tanto para construir o significado da data – não por acaso estava descrita como “solidariedade de idéia [para demonstrar] o quanto pode o braço humano” – como também para embasar a realização dos objetivos comuns da luta operária. Da mesma forma, para promover e realizar estes eventos a solidariedade estava calcada na base de tais mobilizações pois, como já foi dito para outras situações, a classe sempre carecia de recursos em todos os sentidos.

Encontramos já no ano de 1898, no *Echo Operário*, um poema anônimo mas indicado no jornal como de autoria de um operário de Pelotas, que homenageava os trabalhadores pela sua data, valendo-se da rima para incentivar também a união da classe:

Aos Operários

Ao som das fanfarras/ Desponta hoje o dia!/ Ó hostes bizarras,/ Que grande alegria!
 Heróis do Trabalho,/ [ilegível]/ Emudeça hoje o malho/ E rufem os tambores.
 E vamos, com fé,/ Com muita alegria,/ Saudar este dia,/ Que grato nos é.
 Unidos sigamos,/ Na nobre missão./ A força tiramos/ Da nossa união.
 Fortes seremos,/ E sem vacilar,/ Na luta veremos/ O inimigo baquear.
 Avante, operários!/ É nosso o porvir!/ Que bela vitória/ Havemos usufruir!³⁰⁰

O poema, a despeito da simplicidade de sua construção, expressa um dos fundamentos nos quais se deposita o significado da data: a centralidade da união do proletariado nas ações da luta coletiva. Desta forma, mesmo não estando mencionada, a solidariedade integra essa exortação, pois ações de auxílio e amparo entre membros da própria classe são um desdobramento freqüentemente necessário para alcançar os objetivos da luta contra a condição de explorados.

Observa-se, por exemplo, que na comemoração da data em 1905 em Porto Alegre, aproveitara-se a reunião de diversos trabalhadores no clube *Polytheama 20 de Setembro*, para tratar de um interesse coletivo: a lei de amparo para acidentes de trabalho.³⁰¹ A data representativa da classe trabalhadora era uma ocasião própria para abordar um assunto de seu especial interesse e, por meio da reunião dos operários nesta ocasião, buscava-se defender e propagar a importância das ações organizadas de classe que deveriam e necessitavam contar com a união da maioria.

A própria instrução e o 1º de Maio não estiveram desvinculadas nas ações e propostas de grupos operários, os quais esperavam que também não estivessem dissociadas estas duas questões para o restante da classe. Este foi o caso da comemoração do 1º de Maio pelo Colégio União Operária ligado à associação homônima de Rio Grande. Uma notícia do *Echo Operário* de 1899 mencionava a participação desta escola nos festejos dos trabalhadores e, conforme a tese de Norma Corrêa, havia uma constância na celebração da data “procurando nesta festa somar todas as realizações da sociedade, sobretudo, sua obra prioritária, o Colégio da União”³⁰². Como já havíamos abordado anteriormente, o funcionamento do Colégio União Operária

²⁹⁹ *A Democracia*. Porto Alegre, 01/05/1907. p. 3.

³⁰⁰ *Echo Operário*. Rio Grande, 01/05/1898, p. 6.

³⁰¹ *A Democracia*. Porto Alegre, 07/05/1905, p. 2.

³⁰² CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. Op. Cit. p. 124-125.

promovia e amparava-se na solidariedade de classe uma vez que mantinha aulas gratuitas, resultado direto do trabalho voluntário de outros operários.

No 1º de Maio, contudo, não eram apenas lembradas as razões e a importância da união e da solidariedade nas suas diversas escalas de alcance. Esta data também servia para ressaltar aos próprios trabalhadores, mediante discursos militantes, a pouca participação do operariado nos seus projetos de luta e alertar para as consequências deste descaso:

[O 1º de Maio] em países mais adiantados, em indústrias, que o nosso, é um dia de protesto contra as explorações e extorsões cometidas por conta do regime burguês, em nossa terra não passa de um feriado operário...

Na Europa, nos Estados Unidos da América do Norte e mesmo nas repúblicas do Prata e do Pacífico a data de hoje alarma governos e classes burguesas; aqui, o 1º de Maio é um dia de festa dos trabalhadores, festa a que de bom grado e espontaneamente aderem patrões, funcionários públicos e as vezes também, embora indiretamente, o governo...³⁰³

O 1º de Maio era, sem dúvida, importante pela sua força emblemática enquanto data universal do proletariado, permitindo que nela fossem evocadas um leque de questões concernentes às lutas do operariado. Buscava-se unir a classe em torno da sua condição e demandas comuns e, ao mesmo tempo, alertá-la para os problemas causados pela sua inércia e pouca participação.

Algumas vezes o 1º de Maio foi uma data muito fecunda quanto à diversidade de suas comemorações, envolvendo, em diferentes localidades, ações de luta, festejos, solidariedade, união e conscientização. Estes momentos nos auxiliam a compreender que o significado do 1º de Maio estava em plena construção pelos trabalhadores não somente na capital como no interior do estado, sendo os anos finais do século XIX exemplares neste sentido.

Como afirma o periódico *Gazetinha* da capital, “acentua-se, de modo entusiástico, a unificação operária no Rio Grande do Sul. Há três anos ninguém diria que houvesse em tal sentido ao menos um pouco de orientação na classe obreira deste estado; ninguém [...] preveria o que o 1º de Maio de 1898 acabou de demonstrar[...]”.³⁰⁴

A relação de atividades comemorativas do 1º de Maio em 1898 nas muitas cidades do estado foram publicadas nas páginas deste periódico e as relacionamos abaixo:

³⁰³ *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 01/05/1906, p. 1.

³⁰⁴ *Gazetinha*. Porto Alegre, 17/05/1898, p. 1.

Em Rio Grande as comemorações deram-se enormemente na “União Operária”, com salva de bombas, passeata pelas ruas, sessão solene e após banda que tocou em frente ao prédio social e também a banda do 3º Batalhão.

Em Pelotas a “Liga Operária” e a “União Operária Internacional” realizaram grandes festejos, com lançamento de tiros, bandas, jantar, sessão solene, piquenique, inauguração de bandeiras.

No Alegrete a “Sociedade Operária Mútua Proteção” comemorou com salvas e retreta e passeata pelas ruas. Na mesma cidade foi instalado nesse dia o Partido Socialista que tem seu programa uniforme ao do instalado em Rio Grande, na mesma data, e ao de Porto Alegre que surgiu no ano passado.

Em Bagé, a “União Operária”, recém fundada também comemorou. O “Escrínio”, semanário da inspirada escritora rio-grandense Andradina de Oliveira, inseriu, além de outras produções referentes aos operários, o hino da “Liga Operária Beneficente”, de Santa Catarina.

Em Uruguaiana, a “União dos Artistas” teve sua banda musical tocando, distribuiu esmolas aos mendigos da cidade, fez uma sessão magna, fez passeata pela cidade e piquenique e durante este a comissão encarregada de obter donativos para as obras de caridade extraiu rifa dos objetos doados para tal fim. A “União Protetora dos Operários” também participou dos festejos.

Em Santa Vitória do Palmar o “Club Amparo e Recreio dos Artistas” comemorou. O jornal “Echo do Palmar” publicou na véspera um manifesto intitulado “A miséria” de J. Calixto aconselhando a união de todo operariado da cidade e concitando-o à luta no terreno das idéias.

Em São Leopoldo efetuou-se espetáculo em benefício dos desamparados empregados da fábrica que incendiou, Kappel & Irmãos, tendo sido enviado à Redação da “Gazetinha” para ser enviado para Comissão central da Confederação Operária Sul-Rio-Grandense.³⁰⁵

A notícia, bastante extensa e detalhada, menciona comemorações da data em diferentes cidades do estado e de fora dele, informando sobre articulações da classe e do movimento operário tanto na luta pelos seus interesses mais gerais, como em auxílio a causas específicas, como o espetáculo teatral realizado para ajudar operários da fábrica Kappel & Irmãos. Podemos perceber, portanto, que as ações eram muito variadas tanto naquilo que objetivavam quanto o eram os grupos que as organizaram, tal como o incentivo do jornal *Echo do Palmar* à luta dos trabalhadores contra a miséria ou o Hino da Liga Operária Beneficente de Santa Catarina, publicado nas páginas do jornal *Escrínio* de Bagé, dirigido pela escritora Andradina de Oliveira.

Percebe-se uma intensa circulação de informações e também certa articulação de atividades e ações promovidas pelos trabalhadores por meio de suas organizações de luta e proteção. A solidariedade promovida para auxiliar os empregados da fábrica

Kappel & Irmãos, que haviam perdido suas ferramentas no incêndio, nos dá uma amostra das relações que se estabeleciam entre operários visando amparar seus “companheiros de infortúnio”. A ocorrência de tal desastre próximo a uma data que carrega consigo objetivos de ampliação da união e da solidariedade entre os trabalhadores poderia conferir mais força e incentivo a este tipo de ação. Fique claro que não se está supondo que operários seriam mais solidários com outros somente em razão do dia 1º de Maio, mas que suas experiências e demandas coletivas construídas e explicitadas através de comemorações de rua e outras atividades nesta data certamente mobilizavam uma maior participação solidária no interior da classe.

Vivências experimentadas nestes momentos de maior agregação e comemoração de uma causa coletiva poderiam, inclusive, ser levadas adiante e ampliadas tanto no interior das associações quanto nos locais de trabalho, na vizinhança e no dia-a-dia. Esta é, portanto, a importância de uma data celebrada pela classe operária que congregava experiências, relações e significados para além da própria data, ligando-se à cultura operária e às experiências de vida, trabalho e luta destes indivíduos.

Eis a razão da análise sobre o 1º de Maio fazer parte desta dissertação, pois tal data carrega em seu cerne a idéia dos trabalhadores enquanto grupo social, enquanto coletivo, cujas experiências de classe eram fundamentais, dentre as quais as relações de solidariedade forjadas e/ou ampliadas a partir deste momento próprio de explicitação dos interesses e de reunião da classe. O 1º de Maio evidencia publicamente, para a sociedade em geral e para os próprios operários, assuas múltiplas experiências de classe, dentre as quais a solidariedade.

E, para concluir, busco em Hobsbawm uma observação muito lúcida sobre as relações que se construíam juntamente aos seus significados nestas comemorações coletivas como é o caso do 1º de Maio. Ele afirma que tais rituais buscam essencialmente a auto-afirmação e definição próprias de uma nova classe através da “organização de classe”. Nesta medida, passa-se de uma auto-afirmação do “ofício” ou “ocupação”, para aquela dos trabalhadores assalariados dentro do ofício e dentro da comunidade de classe como um todo.³⁰⁶ É, portanto, a classe construindo-se no processo das suas experiências de luta, organização e comemoração.

*
* * *

³⁰⁵ *Gazetinha*. Porto Alegre, 17/05/1898, p. 1.

Neste capítulo buscou-se tratar de certas experiências vividas pelos trabalhadores que acabaram resultando em algum tipo de relação de solidariedade de classe. Considerou-se as experiências aqui tratadas como sendo *de classe*, tendo-se em vista os objetivos das ações promovidas, dos projetos defendidos e das lutas travadas.

A instrução, por exemplo, buscava um benefício geral para todos os trabalhadores e muitas das suas formas de realização e atividades contaram com auxílio de operários preocupados com o bem-estar e a elevação do conjunto da classe. Da mesma forma, a imprensa operária procurou incentivar os operários, através de suas páginas, a participarem da luta de classes e a se organizarem e desenvolverem a solidariedade de maneira mais efetiva entre os seus companheiros.

O 1º de Maio integrou este capítulo por possibilitar a análise de outras circunstâncias das relações intra-classe. Neste sentido, observou-se que a importância conferida à solidariedade e à união se fazia presente nestes festejos, resultado das diferentes manifestações destas relações internas da classe. Portanto, a consciência, a união e a solidariedade que compunham esta equação de experiência de classe no 1º de Maio, se expressavam de maneira mais explícita nestes momentos de comemorações das vitórias, de engajamento para lutas futuras e de resgate de uma memória e de uma tradição destas lutas. Mostra-se aqui, portanto, mais uma vez a pedagogia da resistência praticada pelas militâncias e que buscava ampliar a solidariedade com base no aprendizado com destas experiências vividas pelos operários.

³⁰⁶ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho...* Op. Cit. p.115.

Conclusão (considerações finais)

Oferecer uma “conclusão” ao final deste trabalho pareceu-me pouco apropriado, visto que a própria dissertação no seu desenvolvimento teve sempre a característica de um caminho que experimentou algumas vias e deixou outras tantas de lado. Por esta razão, optei por não fazer uma conclusão que fechasse as discussões aqui propostas, mas por apresentar algumas considerações que abrissem possibilidades para a continuidade do diálogo sobre esta temática.

A dissertação procurou, através da análise das relações internas da classe, particularmente as de solidariedade e conflito, abordar um ângulo ainda pouco explorado da dinâmica da sua formação, sempre repleta de ambigüidades, avanços e recuos, união e dissensão, pluralidade e unidade, enfim, de fatores centrífugos e centrípetos dentro da classe operária.

Quando se realiza uma leitura menos linear das fontes, é fácil perceber a grande heterogeneidade na composição da classe. Afinal, que diferenças não existiriam, por exemplo, entre um tipógrafo mulato do jornal *A Democracia* de Porto Alegre e uma mulher tecelã da Cia. Rheingantz de Rio Grande? Que significariam as variáveis de profissão, etnia, gênero, cultura, tradições e até mesmo a distância geográfica que separavam estes e outros operários frente a certas vivências comuns?

Mas o capitalismo ou, mais precisamente, o processo de industrialização, submeteu o conjunto desses trabalhadores a uma mesma experiência crucial: a exploração (sempre mais intensa) de seu trabalho. E é esta a experiência mais profunda e que penso ser a explicação para que, desde o início da formação da classe, nos deparássemos com uma lógica de solidariedade transpondo as inúmeras barreiras produzidas por tantas diversidades (como a solidariedade que se observou na greve geral de 1906 em Porto Alegre; ou as tantas outras ações mais pontuais como as conhecidas “listas de ajuda” aos companheiros em desgraça), sem que tal lógica significasse uma contradição inexplicável ao encontrarmos situações de desunião e rivalidade. Deste caso retomo a concorrência feminina no mercado de trabalho, em que as mulheres recebiam salários inferiores por tarefas iguais as dos homens, situação que tanto produzia ações solidárias em sua defesa enquanto trabalhadoras, como fazia aflorar todo um ideário conservador e sexista que postulava o lar como o lugar por excelência da mulher.

Esta relação permanente entre solidariedade e conflito dentro da classe e que procurei analisar na dissertação, merece, portanto a atenção de outros pesquisadores, pois é um ângulo que certamente poderá oferecer muitas contribuições para que melhor

se entenda o que foi a classe operária no Rio Grande do Sul naqueles anos iniciais de sua formação ou, na conhecida expressão de Thompson, “do seu fazer-se”.

O fato de que o último capítulo da dissertação coloque a solidariedade “na ordem do dia” dos trabalhadores não foi casual. Ele se propõe destacar uma questão crucial na formação da classe onde quer que ela tenha se constituído: o sentido de unidade, de solidariedade, sem a qual os trabalhadores não poderiam enfrentar as várias modalidades de exploração a que estavam submetidos. Afinal, sem este tipo de relação não seria possível imaginar a coesão e identidade necessária para que a classe se constituísse enquanto tal. E não foi por acaso que o *Manifesto Comunista* conclui com a exortação para unidade dos proletários de todo o mundo. Assim, examinar o ângulo da solidariedade operária é colocar na agenda da historiografia uma das questões básicas do protagonismo dos sujeitos na formação da classe.

Outro comentário que desejo fazer, agora mais especificamente do ponto de vista das referências teóricas dessa dissertação, é que os conceitos de solidariedade e conflito que considerei próprios para balizar um conjunto de relações intra-classe são, no entanto, demasiado genéricos para expressar a complexidade dessas relações, que podem ser surpreendidas em circunstâncias tão variadas e desiguais em termos de constância e intensidade como o local de trabalho, as entidades associativas, as greves, as comemorações etc., sendo todas estas, experiências reais das condições da existência operária. Por essa razão, procurei sempre ancorar os conceitos de solidariedade e conflito nas situações concretas vivenciadas pelos trabalhadores.

Também, sem desconhecer que a classe se forma enquanto luta com sua antagonica, procurei, pelas razões expostas em vários momentos desse trabalho, deslocar o foco de análise das relações *entre* as classes para o das relações que se desenvolveram no seu interior.

Nesta perspectiva, o conceito de experiência de Thompson foi fundamental para fazer a articulação entre a posição que as pessoas ocupavam no processo produtivo e as relações que estabeleciam entre si. Sem este conceito, torna-se muito difícil entender em que sentido e através de que mediações as relações de produção propiciam situações não só de antagonismo entre as classes, mas também de criação de relações intra-classe, ângulo da experiência de exploração que Ellen Wood desenvolve em seu trabalho e que foi fundamental para a proposta da dissertação, abrindo espaço para problematizarmos a solidariedade e o conflito internos à classe.

Como a leitura da dissertação deixa perceber, a complexidade dessa perspectiva de analisar as relações sociais dentro da classe fez com que ficassem abertos

muitos caminhos para a pesquisa, como seria o caso de examinar, em conjunto, as relações entre as classes e as intra-classe, ou de investigar todo um outro leque de relações dentro da classe operária que não decorrem diretamente da condição de exploração, como seria o caso das resultantes dos afetos, dos diferentes laços identitários, etc. Quais seriam os significados – se é que significariam algo – destas e tantas outras questões para a formação da classe?

Os esforços empreendidos e que resultaram nesta dissertação são fruto de uma ambição bem mais modesta, mas inteiramente legítima, de tentar dar ao estudo da classe operária uma perspectiva mais voltada para os sujeitos, para as ações humanas que definem, delimitam e, muitas vezes, determinam os resultados de processos mais amplos. Não é tanto uma “história vista de baixo”, mas uma proposta para que se analise, quem sabe, “*uma história vista de dentro*” e dialogue sobre as relações de solidariedade e conflito que os operários no Rio Grande do Sul do final do século XIX e início do XX estabeleceram entre si e o modo como tais relações influenciaram a formação desta classe.

Nos limites de tempo e espaço impostos para elaboração de uma dissertação, tenho claro que muitas questões foram apenas tangenciadas ou mesmo omitidas, mas ainda assim considero que aspectos importantes foram tratados e fontes já muito percorridas pelas pesquisas receberam um novo fôlego. Cabe então apenas a expectativa de que outras investigações dêem também atenção para as relações internas da classe como forma de abordagem deste que é um objeto tão estudado, mas capaz de oferecer sempre um entendimento mais aprofundado quando os historiadores lhe colocam novas questões, como a que orientou essa dissertação.

Espero ter contribuído para este debate que não é regional, nem nacional, mas é, assim como a própria classe operária, internacional.

Referências Documentais

Documentos impressos

NPH/IFCH/UFRGS (Núcleo de Pesquisa Histórica)

Estatutos, Relatórios e Regimentos

1. Estatutos do Gremio Typographico. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1881. (Microfilme- Rolo 1)
2. Estatutos do Congresso Operário. Pelotas: Typ. do Onze de Julho, 1889. (Microfilme- Rolo 1)
3. Estatutos da Sociedade Beneficente Feliz Esperança. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1897. (Microfilme- Rolo 1)
4. Estatutos da Sociedade Beneficente Protetora das Classes Laboriosas. Rio Grande: Typ. do Artista – Franklin da Fonseca Torres, 1890. (Microfilme- Rolo 1)
5. Estatutos da Sociedade União Operária. Rio Grande: Typ. do Diário de Rio Grande, 1903. (Microfilme- Rolo 1)
6. Estatutos da Liga Operária. São Borja: Estabelecimento Typographico “Forvenir”, 1904. (Microfilme- Rolo 1)
7. Estatutos da União Operária. São Borja: Typ. [?], 1905. (Microfilme- Rolo 1)

Periódicos

- A Democracia, Porto Alegre. (Microfilme Rolo 2)
- Democracia Social, Pelotas. (Microfilme Rolo 2)
- Echo Operário, Rio Grande. ((Microfilme Rolo 2)
- A Luta, Porto Alegre. (Microfilme Rolo 2)
- Avante, Porto Alegre. (Microfilme Rolo 2)
- O Alfaiate, Porto Alegre (Microfilme Rolo 2)
- O Proletário, Rio Grande. (Microfilme Rolo 2)
- O Proletário, Porto Alegre. (Microfilme Rolo 2)
- A Voz do Trabalhador, Porto Alegre. (Microfilme Rolo 4)

MCSHJC (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

Jornais

- A Federação, Porto Alegre: (1892-1910)
- Jornal do Comércio, Porto Alegre. (1906-1918)
- Gazetinha, Porto Alegre: (1896-1899)
- O Exemplo, Porto Alegre: (1902-1903; 1905, 1911)

Documentos manuscritos

NPH/IFCH/UFRGS (Núcleo de Pesquisa Histórica)Estatutos

Estatutos da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1911.(213-E)

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Ju, 1982. 2ª Ed.
- ARAVANIS, Evangelia. **Uma utopia anarquista: o projeto social dos anarquistas do periódico A Luta e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)**. Porto Alegre: PPG em História UFRGS, 1997. Dissertação de Mestrado.
- _____. Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 a 1911: uma análise a partir do periódico A Luta. **História-Unisinos**. São Leopoldo: UNISINOS. v.6, n.6, jul/dez.2002.
- BADARÓ, Marcelo (org.). **História: Pensar e Fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales: memórias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.
- BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre. **Metis: história e cultura**. Caxias do Sul: Educs, v.2, n.4, Jul-Dez. 2003.
- BATALHA, Cláudio H. M. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.12, n.23/24, set.1991/ago.1992.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. Família e movimento operário: a anarquia dentro de casa. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.22, n.2, dez.1996.
- _____. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906-1911**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- _____. **Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 à 1920)**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2205. Tese de Doutorado.
- BORGES, Stella. Italianos e o movimento operário em Porto Alegre. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.22, n.2, dez.1996.
- CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Ed.Difel, 1984.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.24, n.1, jun.1998.
- COSTA, Emília Viotti. Estrutura versus Experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos? **História-Unisinos**. São Leopoldo: PPGH/UNISINUS, Número Especial, V Encontro Estadual de História, 2001.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. **História-Unisinos**. São Leopoldo: UNISINOS. v.6, n.6, jul/dez.2002.
- DUTRA, Eliana & GROSSI, Y.S. Historiografia e movimento operário: o novo em questão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, v.65, 1987.
- ENGELS, Frederick. **A situação da classe operária na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1986.
- FAGUNDES, Ligia Ketzer et. al. (orgs.). **Memória da indústria gaúcha (1889-1930). Documentos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/FEE, 1987.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Ed. Difel, 1986. 4ª ed.
- FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito...: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

- GOERZ, André (org.). **Crítica da divisão do trabalho. Textos Escolhidos.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil.** São Paulo: Ed. UNESP, 2002. 3º Ed.
- HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- JARDIM, Jorge Luiz. Imprensa operária: comunicação e organização. **Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS.v.22, n.2, dez.1996.
- KIRKE, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In. BATALHA, Cláudio et. al. (org.) **Culturas de classe.** Campinas: Unicamp, 2004.
- LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **Por um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente.** Lisboa: Ed. Estampa, 1980.
- LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930).** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.
- LUIZZETO, Flávio. **Utopias anarquistas.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Maria Abel. O trabalho feminino na indústria de Caxias do Sul – 1900-1930. **Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.22, n.2, dez.1996.
- MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: sem ed, 2004.
- MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital.** Petrópolis: Vozes, 1982.
- PAOLI, Maria Célia et al. “Pensando a classe operária: os trabalhadores como sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.3, n.6, set.1983.
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. Os sentidos da formação operária: o trabalho, o estudo e a cultura. **História e Historiografia.** Uberlândia: Ed. Universidade/UFU, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. **Memória da indústria gaúcha. Das origens à 1930. Documentos.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1987.
- _____. **O cotidiano da República: elite e povo na virada do século.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1990.
- _____. **Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920).** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX. **Revista de História.** Porto Alegre: UFRGS, n.1, 1986/87.
- _____. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In. DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius. (orgs.). **RS: Economia e Política.** Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1979.
- _____. **El proletariado urbano en Rio Grande do Sul. 1888-1919.** Dissertação de Mestrado/UNAM. México, 1977.
- _____. **Origens do Primeiro de Maio no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1981.
- _____. **“Que a união operária seja nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.** Santa Maria: Editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Univesidade/UFRGS, 2001.

- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. e LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992.
- RODRIGUES, Edgard. **O anarquismo na escola, no teatro e na poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.
- SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In. BATALHA, Cláudio et al. (org.) **Culturas de classe**. Campinas: UNICAMP, 2004.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. **Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- SILVA, Maria Amélia Gonçalves. Rompendo o silêncio: a participação feminina no movimento operário de Rio Grande-Pelotas (1890-1920). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: Ed. Universidade?PUCRS, v.22, n.2, dez.1996.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/PUCRS, v.22, n.2, dez.1996.
- _____. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul:1854-1889). **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v.5, n.2, 1999.
- _____. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias públicas e privadas: estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940**. Porto Alegre: FFCH/PUCRS, 2004. Tese de Doutorado.
- _____. **Povo! Trabalhadores!: Tumultos e movimento operário: estudo centrado em porto Alegre 1917**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1994. Dissertação de Mestrado.
- SILVEIRA, Marcos C. Borges. **O teatro operário em Rio Grande na época das primeiras chaminés**. São Leopoldo: PPG em História da UNISINOS, 1999. Dissertação de Mestrado.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v.1
- _____. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VÁRIOS. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Globo, 1963.
- WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.